

CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região

v. 11 Índice anual p. 682-806 jan./dez. 2015



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região**

**Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Escola Judicial**

Escola Judicial

Desembargador do Trabalho

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani - Diretor

Desembargador do Trabalho

Manoel Carlos Toledo Filho - Vice-diretor

Conselho Consultivo

Desembargador do Trabalho Edmundo Fraga Lopes
Representante dos Desembargadores do Tribunal

Juíza do Trabalho Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza do Trabalho Teresa Cristina Pedrasi
Representante dos Juízes Substitutos

Servidor Evandro Luiz Michelin
Representante dos Servidores (voz e assento)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Representantes das Circunscrições

Araçatuba - Juiz do Trabalho Sidney Xavier Rovida
Servidora Rita de Cássia Leite Motooka Kozima

Bauru - Juíza do Trabalho Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima
Servidora Terezinha Aparecida Camargo de Freitas

Campinas - Juíza do Trabalho Ana Cláudia Torres Vianna
Servidora Flávia Pinaud de Oliveira Mafort

Presidente Prudente - Juiz do Trabalho José Roberto Dantas Oliva
Servidor Adailton Alves da Silva

Ribeirão Preto - Juiz do Trabalho Fabio Natali Costa
Servidora Mileide Isaac

São José do Rio Preto - Juiz do Trabalho Hélio Grasselli
Servidora Márcia Mendes Pequeto

São José dos Campos - Juiz do Trabalho Marcelo Garcia Nunes
Servidora Meire Ferreira Ferro Franco Kulaif

Sorocaba - Juiz do Trabalho Firmino Alves Lima
Servidora Sandra Cristina Ribeiro

Coordenação

Desembargador do Trabalho
João Alberto Alves Machado

Juiz do Trabalho
Firmino Alves Lima

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas
Laura Regina Salles Aranha - Assistente-chefe
Elizabeth de Oliveira Rei

Seção de Biblioteca
Ana Paula Takaki

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Emtra XV

Bimestral

v. 11, Índice anual, jan./dez. 2015

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro

13015-001 Campinas - SP

Telefone: (19) 3731-1683 - Fax: (19) 3236-0585

e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

Sumário

ONOMÁSTICO.....	686
TÍTULO.....	723
Doutrina.....	723
ASSUNTO.....	724
Íntegras.....	724
Ementário de Jurisprudência.....	734

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta, optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ANJOS, Alexandre Vieira dos

- Acidente de trabalho.....	5/482
- Assédio moral.....	5/490
- Assistência judiciária gratuita.....	1/45
- Horas extras.....	5/517
- Intervenção de município.....	5/522
- Litigância de má-fé.....	1/45
- Médico veterinário.....	5/527
- Multa do art. 477.....	2/161
- Penhora.....	6/634
- Prestação de serviços.....	5/539
- Responsabilidade subsidiária de ente público.....	6/659
- Substituição processual.....	2/178
- Terceirização.....	5/544

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Abuso do direito de defesa.....	4/360
- Acidente do trabalho.....	4/345, 5/498, 6/604
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. (Íntegra de Acórdão).....	6/589
- Acordo coletivo.....	5/483
- Acúmulo de função.....	5/483
- Adesão do trabalhador ao PDV.....	4/380
- Agressão a professor.....	5/538
- Compensação.....	6/613
- Compensação semanal.....	5/483
- Contrato de prestação de serviços.....	4/357
- Cumprimento de metas.....	2/130
- Dano moral.....	1/50, 2/132, 5/521, 6/613, 6/616, 6/653, 6/660
- Decisão monocrática.....	6/618
- Degeneração moral do trabalhador. Ato ilícito da empregadora.....	4/359
- Dever de reparação.....	5/525
- Diferenças salariais.....	4/374
- Doença do trabalho.....	4/364, 5/509
- Doença ocupacional.....	3/289, 5/509, 5/527
- Dosimetria.....	5/538
- Férias.....	6/635
- Horas <i>in itinere</i>	5/518
- Impedimento de produção de prova essencial.....	5/492
- Indenização por danos morais.....	5/538, 6/618

- Intervalo	4/374
- Intervalo intrajornada	5/521
- Jornada	5/523
- Juros de mora	3/296
- Justa causa	2/158, 5/525, 6/645
- Laudo pericial	3/296, 5/525, 6/604
- Lide temerária	5/521, 5/526
- Litigância de má-fé	3/289
- Norma coletiva	6/635
- Nulidade do auto de infração	3/298
- Pedido de demissão	1/52, 5/498
- Pedreiro	4/386
- Perícia	5/530
- Perícia. Componente probatório. Valoração do juiz. <i>Judex peritus peritorum</i> . (Íntegra de Acórdão)	5/450
- Prescrição	6/652
- Prestação de serviço em campanha eleitoral	1/66
- Princípio do livre convencimento	5/526
- Processo trabalhista	1/64
- Processo trabalhista. Simplicidade das regras procedimentais. Acesso à justiça e resposta jurisdicional eficiente e a tempo. (Íntegra de Acórdão)	2/102
- Prova	1/52, 5/509, 5/534
- Regime de sobreaviso	5/536
- Responsabilidade civil do empregador	5/531, 5/538, 6/653, 6/658
- Responsabilidade civil do empregador. Concausalidade. (Íntegra de Acórdão)	5/450
- Responsabilidade civil	5/525
- Responsabilidade civil. Morte de filho solteiro. Presunção de dependência financeira dos genitores. Família de baixa renda. (Íntegra de Acórdão)	6/589
- Responsabilidade da Administração pública	5/539
- Responsabilidade subsidiária	6/660
- Revelia	1/67
- Terceirização ilícita	2/178
- Tese recursal contrária à prova	5/498
- Vínculo de emprego	1/67, 2/172

BARÊA, Sérgio Milito

- Adicional de insalubridade	2/119
- Desvio de função	6/619
- Horas <i>in itinere</i>	6/639
- Ingresso em área de risco	5/485
- Justiça gratuita	6/646
- Recurso ordinário deserto	6/655
- Terceirização	4/390

BENATTI, Juliana

- Penhora	2/164
-----------------	-------

BOSCO, Carlos Alberto

- Ação de consignação em pagamento	3/274
- Acidente de percurso.....	3/274
- Agravo de petição.....	4/348
- Dissídio de alçada	3/279
- Doença congênita.....	3/302
- Embargos de terceiro	4/365
- Horas	6/639

BURATTO, Renato

- Contribuição sindical.....	2/129
- Embargos protelatórios.....	2/142
- Equiparação salarial	1/55
- Sentença de liquidação	2/159
- Trabalho em área de risco.....	1/41

CAMPOS, Flavio Nunes

- Conduta culposa.....	5/539
- Gestante	4/369

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Acidente de percurso.....	5/481
- Acidente do trabalho.....	2/115
- Acúmulo de funções	2/170
- Agente comunitário de saúde	2/121
- Agravo de petição.....	2/122
- Bancário.....	2/125
- Chapa	2/180
- Competência material.....	4/355
- Competência material da Justiça do Trabalho. Ação civil pública. Legalidade da intermediação de mão de obra. Tomador ente público. (Íntegra de Acórdão).....	3/252
- Contrato de gestão	4/356
- Contrato de gestão. Fomento da execução das atividades e serviços de saúde de hospital. Ausência de violação do princípio constitucional do concurso público. Não caracterização de terceirização ilícita. (Íntegra de Acórdão).....	3/252
- Dano moral.....	2/132, 2/152
- Danos morais coletivos.....	2/134
- Desconsideração da personalidade jurídica.....	2/174
- Embargos de declaração.....	3/290
- Embargos de terceiro	1/54
- Estabilidade do acidentado.....	5/481

- Estabilidade provisória.....	2/151
- Grupo econômico	2/174
- Horas extras e reflexos.....	5/531
- Horas extras	2/152
- Horas <i>in itinere</i>	2/151
- Indenização por danos morais.....	4/373
- Justa causa.....	1/60, 4/375
- Justa causa. Mau procedimento. (Íntegra de Acórdão).....	2/99
- Motorista	5/531
- Obrigação de fazer	5/529
- PLR.....	5/531
- Prescrição total	4/362
- Professor	2/168
- Recurso apócrifo.....	5/535
- Recurso ordinário	1/65
- Tempo à disposição do empregador.....	2/152

CÉSAR, João Batista Martins

- Acidente de trabalho.....	6/603
- Acumulação de cargos	5/483
- Adicional de insalubridade.....	6/607
- Adicional de periculosidade	1/41
- Assédio moral	6/611
- Ausência de pressuposto	1/45
- Bem de família.....	4/352
- Cargo de confiança.....	6/611
- Competência.....	6/613
- Contribuição referente ao RAT	1/49
- Correção monetária.....	4/358, 6/615
- CPFL.....	6/657
- Dano à moral.....	1/46, 2/131
- Dano existencial	2/131
- Dignidade da pessoa humana	2/137
- Doença ocupacional	6/629
- Embargos à execução	5/511
- Enfermeira	4/366
- Ente público	5/516
- Estabilidade gestacional	5/536
- Estabilidade pré-aposentadoria	4/366
- Execução individual.....	6/633
- Fraude	1/57
- Fundação Casa.....	5/516, 6/651
- Garantia de emprego.....	5/513
- Garantia provisória	2/179
- Honorários advocatícios	6/637
- Horas extras	6/637

- Horas <i>in itinere</i>	1/59
- Indenização por dano à moral	2/179
- Intervalo intrajornada.....	1/59, 5/520
- Jornada trabalhada.....	3/295
- Justa causa.....	4/375
- Motorista carreteiro.....	6/657
- Município de Araraquara.....	4/378
- Município	6/649
- Parcela incluída em outra execução.....	4/354
- Preposto	6/651
- Processo administrativo disciplinar.....	2/167
- Promessa de contratação.....	4/359
- Quinquênio e licença-prêmio	6/654
- Reconhecimento de vínculo	5/536
- Reprodução da contestação.....	2/171
- Rescisão indireta	6/657
- Responsabilidade dos sócios retirantes	4/389
- Responsabilidade subsidiária	4/389
- Responsabilidade	4/389
- Revogação de lei.....	2/159
- Santander	6/664
- Seguro de vida.....	1/68
- Sentença de liquidação	5/487
- Terceirização ilícita	2/178
- Terceirização.....	2/179, 5/544
- Testemunha	6/651
- Transporte de valores por bancário.....	4/352
- Turnos ininterruptos de revezamento	6/665
- Vínculo de emprego.....	2/173, 6/656

COCA, Eleonora Bordini

- Ação.....	4/344
- Acidente de trabalho.....	3/274
- Acúmulo de função.....	3/275
- Adicional de insalubridade.....	5/485
- Agravo de petição.....	4/348
- Alta previdenciária	3/300
- Contrato de gestão	4/356
- Dano existencial	3/283
- Dano moral.....	1/50, 4/358
- Décimo quarto salário.....	5/541
- Direito de imagem.....	3/286
- Doença ocupacional.....	3/289, 6/628
- Empregado	6/630
- Falecimento do empregado durante a jornada. Acidente de trabalho não demonstrado. Atestado de óbito retificado posteriormente, apresentando como causa da morte o infarto agudo do miocárdio. (Íntegra de Acórdão).....	1/33

- Fraude à execução.....	3/293
- Intervalo intrajornada.....	6/641
- Massa falida.....	1/61
- Morte.....	1/61
- Nulidade processual.....	3/298
- Penhora de bem imóvel.....	5/486
- Penhora.....	6/650
- Piso salarial.....	3/286
- Reintegração.....	2/172, 4/386
- Verbas rescisórias.....	3/275

COELHO, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins

- ECT.....	4/381
------------	-------

COOPER, Fábio Allegretti

- Acidente de trabalho.....	3/275, 5/482, 6/603, 6/604, 6/605
- Acordo.....	1/40
- Adicional de insalubridade.....	5/484
- Ajudante de motorista.....	6/647
- Aposentadoria.....	6/614
- Audiência.....	6/612
- Auxílio alimentação.....	6/611
- Aviso-prévio.....	1/45
- Bancário.....	1/46, 3/281, 5/491
- Caixa Econômica Federal.....	3/281
- Cargo em comissão.....	3/291
- Cerceamento ao direito de produção de provas.....	4/353
- Cerceamento de defesa.....	1/47
- CIPA.....	1/48
- Contradição.....	1/49
- Contrato de trabalho temporário.....	6/632
- Contribuição sindical.....	1/50, 4/357
- Contribuições previdenciárias.....	6/615
- Diferenças salariais.....	1/52
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Caracterização. Função social e caráter sinalagmático do contrato de trabalho. Equivalência material das prestações e caráter finalístico do direito. (Íntegra de Acórdão).....	2/108
- Empresas de crédito.....	1/54
- Estabilidade provisória.....	6/631
- Excesso de execução.....	6/632
- Execução.....	4/366
- Execução fiscal.....	6/633
- Execução trabalhista.....	6/633
- Indeferimento de oitiva de testemunha.....	5/492

- Indenização de danos materiais	1/58
- Indenização por danos morais.....	1/58, 5/497
- Intervalo do art. 384 da CLT	5/491
- Jogador de futebol	3/275
- Juros de mora	1/46
- Justa causa	6/645
- Montadora de veículos	5/512
- Mora salarial	3/285
- Motorista	3/275
- Município de Capão Bonito.....	4/379
- Prescrição	6/652
- Recurso ordinário	4/385
- Responsabilidade civil.....	4/388, 6/658
- Reunião de execuções	6/635
- Técnico de enfermagem	5/536
- Tempo à disposição do empregador.....	5/522
- Terceirização.....	6/658, 6/663
- Vendedor.....	3/305, 5/545
- Vigilantes armados	4/347

COOPER, Flavio Allegretti de Campos

- Alçada.....	4/350
- Cesta básica	5/493
- Conversão de procedimento.....	5/533
- Diferença salarial por acúmulo de função	6/619
- Intervalo	4/374
- Município de Amparo	4/378
- Revogação de norma legal.....	3/298

DE BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos

- Ação civil pública	3/273
- Cultura canavieira.....	1/69
- Embargos de terceiro	3/290
- Garantia da execução.....	4/365
- Lei Complementar Estadual n. 1.080/2008	5/526
- Motorista	2/160
- Município de Cruzeiro.....	5/528, 5/529
- Pausas do trabalhador rural	1/69
- Professor	4/384
- Salário profissional	1/68

DIAMANTINO, Adriene Sidnei de Moura David

- Estabilidade gestante	4/366
-------------------------------	-------

ESCANFELLA, Carlos Augusto

- Abonos fixos	2/113
- Ação promovida por sindicato	4/345
- Artigo 950 do CC	5/490
- Correios	5/495
- Entidades beneficentes	3/300
- Fundação Casa.....	3/293, 4/369
- Jornalista	2/157
- Motorista	1/62
- Parcelamento do FGTS	5/516
- Pedreiro	3/298
- Prescrição.....	2/165, 5/532
- Semana espanhola.....	6/644

Evandro Eduardo Maglio

- Jogador de futsal	4/386
---------------------------	-------

FERREIRA, Adelina Maria do Prado

- Coisa julgada	3/282
-----------------------	-------

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Ação de indenização.....	3/274, 6/602
- Acidente do trabalho.....	5/482
- Adicional de insalubridade.....	2/126
- Administração pública.....	6/608
- Atividade externa	5/490
- Ausência de submissão.....	5/494
- Aviso-prévio indenizado.....	3/296
- Bancário.....	2/125
- Cerceamento de defesa	2/126
- Cláusula penal.....	1/48, 4/354
- Competência territorial.....	1/48
- Contribuição assistencial.....	1/69, 5/521
- Contribuição assistencial. Trabalhador não sindicalizado. (Íntegra de Acórdão)	1/27
- Contribuição confederativa	1/49
- Contribuição previdenciária.....	2/126, 5/521
- Dano moral.....	1/51, 2/125, 6/617
- Dispensa por justa causa	3/288
- Empregado mensalista	6/630
- Empregado público.....	6/630
- Ente público	5/540
- Equipamento de proteção individual.....	2/154

- Estabilidade acidentária.....	4/366
- Gratuidade judicial.....	2/123, 6/630
- Honorários advocatícios	6/602
- Horas extras.....	2/151, 6/638
- Ilegitimidade de parte.....	5/494, 5/518
- Indenização por danos morais e materiais.....	2/153, 4/372, 5/497
- Integração de benefício	5/519
- Intervalo do art. 384 da CLT	5/520
- Intervalo intrajornada.....	2/155, 5/520, 5/521, 6/630
- Licença-prêmio	5/526
- Menor.....	3/296
- Multa	6/648
- Município de Botucatu	4/379
- Município de Cruzeiro.....	5/528
- Ônus da prova	5/530
- Pensão mensal vitalícia	5/483
- Pequenos aborrecimentos.....	5/496
- Planos econômicos.....	5/531
- Prescrição.....	2/166, 3/299, 5/533
- Princípio da dialeticidade.....	2/172
- Proventos de aposentadoria.....	5/489
- Repercussão do repouso semanal remunerado.....	2/155
- Rescisão contratual a pedido	5/537
- Responsabilidade subsidiária.....	5/520, 6/617, 6/630
- Terceirização lícita	5/542
- Terceirização.....	1/69, 5/519, 5/542, 6/630
- Terceirização. Aplicação do piso salarial e benefícios previstos nas normas coletivas da categoria da tomadora dos serviços. Possibilidade. (Íntegra de Acórdão).....	1/27
- Turnos ininterruptos de revezamento	6/665
- Vale-transporte	5/528
- Vigia.....	3/288
- Vínculo empregatício.....	3/302

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa

- Incorporação e aplicação das Convenções Internacionais da OIT no Brasil (Artigo).....	4/320
---	-------

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Adesão a novo PDV	5/499
- Adicional de periculosidade. Vigilante. Entrada em vigor da Lei n. 12.740 em 8.12.2012. Desnecessária qualquer regulamentação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego para o recebimento do adicional. (Íntegra de Acórdão).....	5/444
- Adicional sexta parte	6/607
- Atraso no pagamento de salários.....	5/543
- Categoria profissional.....	6/612
- Comissões	6/632
- Competência em razão do lugar.....	5/494

- Contribuição sindical patronal rural	4/357
- Dano moral	6/617
- Destinação de valor da multa ao FAT. Inadequação. Necessidade de conferir efetividade ao escopo coercitivo da cominação a fim de garantir a efetiva reparação da lesão. (Íntegra de Acórdão)	1/16
- Execução de sentença	5/514
- FGTS	5/515
- Greve. Dispensa de trabalhadores durante o movimento paretista. Ato ilícito. (Íntegra de Acórdão)	1/16
- Honorários advocatícios	6/637
- Imposto de Renda	6/607
- Intervalo intrajornada	6/641
- Juros de mora	6/607, 6/644
- Multa prevista no art. 475-J do CPC	5/528
- Operador de <i>telemarketing</i>	6/632
- Prestação de serviços de saúde. Limites da responsabilização do município. (Íntegra de Acórdão)	1/16
- Revisão geral anual	1/68
- Salário	6/661
- Terceirização	5/542, 5/543

GIANNINI, Daniela Macia Ferraz

- Ação de indenização	4/345
- Acidente de trabalho	1/39
- Adicional de periculosidade	2/119
- Administração pública	1/42, 4/347
- Agravo de instrumento	1/43
- Bem de família	5/491
- Dano moral	6/641
- Décimo quarto salário	1/51
- Demissão por justa causa	1/52
- Honorários advocatícios	6/642
- Horas extras	1/58
- Inovação recursal	3/300
- Insalubridade	1/59
- Intervalo intrajornada	1/59, 2/155, 5/520, 6/641
- Minutos residuais impagos	1/58, 5/523
- Motorista	1/62
- Nulidade da decisão administrativa	3/298
- Responsabilidade subsidiária	5/541
- Salário profissional	2/177, 5/541
- Terceirização	3/305
- Turno ininterrupto de revezamento	1/59

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- A especificidade do desporto no direito do trabalho: algumas considerações (Artigo)	6/566
- Ação civil coletiva. Cabimento. (Íntegra de Acórdão)	3/238

- Artigo 475-J, CPC.....	5/489
- Associação de moradores	2/124
- Astreintes. Art. 652, “d”, da CLT, e art. 461 do CPC. (Íntegra de Acórdão).....	3/238
- Direito líquido e certo. (Íntegra de Acórdão).....	3/238
- Correção monetária	4/357
- Dano social	3/284
- Diferenças salariais	2/136
- Dispensa arbitrária.....	6/627
- Dispensa coletiva. Ausência de negociação prévia. Direito coletivo. Necessidade de participação do sindicato da categoria profissional. Nulidade. (Íntegra de Acórdão).....	3/238
- Estabilidade	6/632
- Execução	2/147
- Jornada de trabalho.....	2/157
- Norma	6/661
- Responsabilidade subsidiária.....	3/302, 6/659, 6/660
- Salário-utilidade	2/177

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Ação civil pública	3/273
- Ação rescisória	6/603
- Acidente de trabalho.....	2/114
- Adicionais	4/346
- Adicional de insalubridade.....	2/115, 2/116, 2/117, 3/276
- Adicional de periculosidade.....	2/119, 2/170, 3/277, 4/347
- Agente comunitário de saúde	4/348
- Agravo de instrumento.....	2/121
- Agravo de petição.....	2/122, 4/349
- Aposentação compulsória	2/122
- Aposentação espontânea	4/350
- Artigo 475-J do CPC.....	4/350
- Artigo 557 do CPC.....	1/43
- Ato de improbidade.....	4/371
- Auxiliar de laboratório	4/351
- Bancário.....	6/640
- Benefício de ordem.....	2/125
- Cerceamento de defesa	4/353
- Chapa	4/386
- Comissões de conciliação prévia	2/127
- Comissões	4/354
- Complementação de pensão.....	6/650
- Confissão <i>ficta</i>	2/128
- Contrato	2/128
- Contrato de estágio	2/170
- Contrato de trabalho	3/273
- Contrato temporário.....	2/114
- Contribuição previdenciária.....	2/129, 4/383

- Dano moral	2/120
- Danos morais e materiais.....	2/134, 3/285, 6/617
- Danos morais.....	2/134, 3/277, 3/285, 4/355
- Desvio de função.....	4/360
- Diferenças de horas extras.....	2/150
- Diferenças salariais.....	2/136, 4/360
- Dispensa por justa causa	2/169
- Doença degenerativa.....	5/496
- Doença ocupacional.....	4/365, 6/629
- Embargos de declaração protelatórios.....	4/355
- Estabilidade pré-aposentadoria	2/144
- Execução	2/146
- Fundidor.....	3/277
- Honorários advocatícios.....	2/129, 2/130
- Hora extra	6/637
- Horas extras.....	2/144, 2/150, 2/151, 2/169, 4/370, 6/638
- Horas extras por sobrejornada	2/150
- Incompetência absoluta.....	6/639
- Incompetência da Justiça do Trabalho	6/640
- Indenização estabilitária	2/153
- Indenização por dano moral	2/153
- Intervalo para mulher.....	4/383
- Intervalo	4/376
- Intervalos intrajornada	4/383
- Intervenção do poder público	4/375
- Jornada 12x36	2/181
- Justa causa.....	4/376, 6/645
- Justiça gratuita.....	2/124
- Lei complementar estadual.....	4/377
- Licitude do pedido de demissão	2/169
- Litigância de má-fé	2/127
- Litisconsórcio passivo.....	2/160
- Microempresa	6/654
- Motorista	2/170
- Motorista de caminhão	4/359
- Motorista de caminhão basculante	2/150
- Multa	6/647
- Município de Barra Bonita	4/379
- Município	4/380
- Ônus da prova	2/115
- Penhora <i>online</i>	2/146
- Perda auditiva.....	4/359
- Plano de carreira	2/169
- Prescrição intercorrente.....	2/165, 4/382
- Prescrição nuclear	3/299
- Prescrição trienal	4/382
- Prescrição.....	4/383
- Promoção por merecimento	2/171

- Reconvenção.....	2/169
- Recurso de revista.....	6/654
- Reflexos das horas extras.....	4/371
- Regime especial de compensação.....	2/157
- Rescisão indireta.....	2/173
- Responsabilidade solidária.....	2/175
- Responsabilidade subsidiária.....	2/175
- Revelia.....	3/303
- Seguro-desemprego.....	3/303
- Trabalho temporário.....	2/180
- Transação.....	2/180, 2/181
- Troca de uniforme.....	2/170
- Turno ininterrupto de revezamento.....	2/181
- Unicidade contratual.....	4/391
- Vale-transporte.....	2/171
- Vigilante.....	2/182

GRASSELLI, Fabio

- Ação civil pública.....	4/344
- Acidente do trabalho.....	4/346, 5/482
- Adicional de insalubridade.....	6/607
- Contradições e omissões.....	5/511
- Contribuição previdenciária.....	5/495
- Dano moral.....	3/284, 3/285
- Dano moral. Panfletos distribuídos por membros da Cipa com ofensas à empregadora. Dano à imagem da pessoa jurídica configurado. Reparação cabível. (Íntegra de Acórdão).....	4/332
- Danos morais e materiais.....	2/134
- Doença ocupacional.....	4/364, 5/509
- Execução.....	3/292
- Férias.....	3/292
- Horas extras.....	5/518
- Horas <i>in itinere</i>	6/639
- Imposto de Renda.....	3/294
- Juros de mora.....	3/296, 6/644
- Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	4/376
- Licença-prêmio.....	1/60
- Município de Cruzeiro.....	6/648
- Município de Ibaté.....	3/297
- Município de Penápolis.....	3/297
- Nulidade processual.....	5/529
- Prescrição.....	5/532
- Prescrição intercorrente.....	5/532, 6/652
- Professor.....	3/300
- Recurso ordinário. Publicação de texto injurioso em página do Facebook. Reparação de danos morais cabível. (Íntegra de Acórdão).....	6/587

- Representação processual	6/655
- Responsabilidade subsidiária	6/659
- Servidor público municipal.....	3/303
- Valor de alçada	5/545

GRASSELLI, Hélio

- Acúmulo de funções	6/605
- Dependente químico.....	3/296
- Dependente químico. Dispensa por justa causa inválida. Reintegração devida. (Íntegra de Acórdão).....	3/265
- Gratificação.....	6/636
- Horas extras	6/638
- Intervalo.....	3/295,6/641
- Progressão funcional.....	1/65
- Transporte de trabalhadores	3/305

GULLA, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira

- Embargos de declaração.....	3/290
- Honorários advocatícios	5/517

HENRIQUES, Ana Lúcia Magano

- As dificuldades suscitadas na implantação da Norma Regulamentadora n. 35 (Artigo).....	5/409
--	-------

LARAIA, Ricardo Regis

- Embargos à execução	3/290
-----------------------------	-------

LAZARIM, Luiz Antonio

- Abandono de emprego	2/140
- Abastecimento de aeronave	2/119
- Ação anulatória de auto de infração	2/113
- Ação indenizatória	2/114
- Acidente de trabalho.....	6/603, 6/640
- Acordo coletivo	2/127
- Acordo.....	2/116, 6/605
- Acúmulo de função.....	6/606, 6/656
- Adicional de insalubridade.....	1/57, 2/117, 2/127, 2/152, 6/606, 6/653
- Adicional de periculosidade	6/607
- Adicional de risco.....	2/120, 3/277
- Adicional de transferência	6/616
- Adicional por tempo de serviço.....	5/516

- Administração pública.....	2/120, 3/277
- Adulteração de atestado médico	5/511
- Agravo de petição.....	6/656
- Alta previdenciária	5/512
- Anotação na CTPS	6/640
- Assédio moral	1/44
- Ato atentatório à dignidade da justiça.....	4/368
- Autarquia estadual.....	2/173
- Auto de penhora	4/381
- Auxílio alimentação.....	3/280
- Aviso-prévio proporcional	1/64
- Bancário.....	2/124
- Banco de horas.....	2/125, 6/637
- Bem de família.....	2/164
- Bem imóvel.....	2/163, 5/515
- Benefício previdenciário	6/610
- Cargo de confiança.....	6/606
- Cerceamento de defesa.....	1/47, 2/126, 2/127, 2/167, 4/354
- Cerceamento do direito de prova	6/654
- Cirurgião dentista.....	5/534
- Cláusula normativa	4/354
- Coisa julgada.....	5/493, 5/498
- Comissão de conciliação prévia	6/613
- Comissões.....	4/355, 5/494
- Condomínios residenciais.....	2/163
- Confissão <i>ficta</i>	2/127
- Conselheiro tutelar.....	2/158
- Contrato de trabalho com ente público.....	4/357
- Contrato de trabalho temporário.....	4/357
- Contrato de transporte.....	1/49
- Contribuição assistencial.....	6/616
- Contribuição previdenciária.....	2/116, 2/129
- Cumulação de empregos públicos	4/358
- Dano moral.....	2/135, 2/167, 3/294, 4/374, 4/388, 5/513, 6/615, 6/616, 6/628, 6/656, 6/657
- Danos moral e material.....	1/49, 6/603
- Defesa	5/498
- Desvio de função.....	2/135, 6/658
- Devolução de descontos previdenciários	2/162
- Diferenças salariais	2/136
- Diretor de sociedade anônima.....	1/53
- Dirigente sindical	2/140
- Dispensa discriminatória.....	2/140
- Doença ocupacional.....	4/364, 6/628
- Doença profissional	4/354
- DSR.....	5/533, 6/656
- Eletricitário	5/536
- Embargos à execução.....	2/141, 4/365
- Embargos de declaração.....	2/176

- Empregador rural.....	2/142
- Empresa em recuperação judicial	2/143
- Engenheiro	2/143
- Enquadramento sindical.....	2/143, 5/512
- Equiparação salarial.....	1/64, 6/616, 6/656
- Estabilidade gestante	3/291
- Exceção de pré-executividade.....	2/145
- Excesso de execução.....	2/145, 5/498
- Excesso de penhora.....	2/145, 6/634
- Execução trabalhista.....	2/143, 6/634
- Execução.....	2/146, 2/147, 3/292, 4/368, 5/515
- Execuções trabalhistas e fiscais.....	2/148
- Extinção do feito sem resolução do mérito.....	2/153
- Falência.....	4/356, 5/514, 6/634
- Férias.....	4/355, 5/512
- FUNCAMP	6/603
- Fundação Casa	5/516
- Fundação pertencente à Administração pública.....	4/354
- FUNDUNESP	2/167
- Furto de veículo.....	5/522
- Garantia de emprego.....	2/140, 6/636
- Gratificação de atividade	2/159
- Gratificação de produtividade	5/533
- Gratificação especial	2/149
- Honorários advocatícios.....	2/137, 2/167, 3/278, 4/384, 4/386, 5/494, 5/516, 6/603, 6/665
- Honorários periciais	2/164
- Horas de sobreaviso.....	6/606, 6/637
- Horas extras.....	1/57, 2/117, 2/136, 2/140, 2/151, 2/164, 5/536, 6/647, 6/649
- Horas <i>in itinere</i>	2/118, 2/152, 4/374
- Inaptidão do empregado.....	4/360
- Incidência.....	2/120
- Indenização por dano moral	3/303
- Inépcia da inicial	6/640
- Insalubridade	4/373
- Intervalo intrajornada.....	2/143, 2/152, 5/530, 5/536, 6/642, 6/651
- Intervalo para repouso e alimentação	5/522
- Intervalo.....	4/374, 4/386
- Intoxicação.....	2/127
- Irregularidade de representação processual	4/365
- Julgamento <i>extra petita</i>	5/530
- Juros de mora.....	5/516
- Justiça gratuita.....	6/640
- Lavoura canavieira	4/386
- Legislação municipal	2/136
- Liquidação	6/646
- Motorista.....	5/530, 6/647
- Multa convencional	5/513
- Multa do art. 477 da CLT	2/161

- Multa normativa	6/648
- Multa	2/143
- Município de Botucatu.....	2/162, 2/164
- Município de Cajati	2/162
- Município de Glicério	2/162
- Município de Itapetininga	5/529
- Município de Juquiá.....	2/162
- Município de Paraguaçu Paulista.....	5/529, 6/648
- Município de Penápolis.....	2/163
- Município de Rosana	6/649
- Município	2/163
- Negativa de prestação jurisdicional.....	2/166, 2/167
- Normas coletivas	2/141
- Nulidade do processo	4/380
- Nulidade processual.....	1/63, 2/163, 2/164
- Operador de máquina agrícola	2/118
- Pagamento extrafolha.....	5/530
- Participação societária.....	4/355
- Pausas para o café.....	2/156
- PDV	6/649
- Pedido inicial.....	2/164, 5/513
- Penhora.....	2/164, 4/368, 4/381, 5/515
- Petroleiro	4/369
- Plano de demissão voluntária.....	4/381
- Preposto	6/651
- Prescrição	2/166
- Prescrição bienal	6/655
- Prescrição parcial	1/64
- Processo administrativo.....	4/380
- Professor	4/384
- Progressão funcional.....	5/533, 6/653
- Progressões horizontais	6/654
- Promessa de recontração.....	3/291
- Recuperação judicial	6/631
- Recurso	6/634
- Redução salarial	4/385
- Relação jurídica continuada	5/493
- Remuneração	2/173
- Repórter cinematográfico	2/141
- Rescisão contratual	6/657
- Rescisão indireta.....	2/174, 4/387
- Responsabilidade solidária.....	2/176, 6/658
- Restrição ao uso de sanitários	2/156
- Reunião de processos	4/369
- Salário-mínimo mensal	3/303
- Serviços de consultoria e assessoria	4/387
- Servidor público	5/541
- Sindicato	6/662

- Sobreaviso.....	2/127, 6/642
- Sócio.....	6/634, 6/662
- Sócio retirante.....	4/390
- SUCEN.....	4/351
- Sucessão trabalhista.....	2/178, 6/662
- Técnico de necropsia.....	4/347
- Técnico em radiologia.....	3/277
- Terceirização.....	2/179
- Tomador de serviços.....	5/512
- Trabalhador externo.....	4/355
- Trabalhador rural.....	2/118, 3/294, 4/347
- Trabalho externo.....	2/127
- Trabalho penoso.....	3/294
- Transporte de numerário.....	2/125
- Turnos de revezamento.....	2/118, 6/616, 6/664
- Vale-transporte.....	1/70, 2/127
- Verbas rescisórias.....	2/164
- Vínculo de emprego.....	2/172, 6/656

LIMA, Ana Cláudia Pires Ferreira de

- Jornada 12x36.....	2/157
- Reexame necessário.....	1/66
- Tempo à disposição.....	2/153

LIMA, Samuel Hugo

- Acidente do trabalho.....	2/115
- Adicional de insalubridade.....	2/118
- Adicional de insalubridade e periculosidade.....	3/275
- Cerceamento de defesa.....	3/281
- Competência territorial.....	6/613
- Dano moral.....	2/118
- Denúncia da lide.....	2/135
- Falência.....	6/635
- Recurso ordinário.....	1/66
- Responsabilidade subsidiária.....	6/659
- Responsabilidade subsidiária da Infraero. Contrato de concessão de uso de área em aeroporto. Inexistência de terceirização de serviços. (Íntegra de Acórdão).....	6/584

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

- Ação civil pública.....	2/114
- Ação de cobrança.....	2/114
- Acúmulo de função.....	1/40

- Adicional de insalubridade.....	1/41, 5/484, 3/278
- Agravo de instrumento.....	2/121
- Agravo de petição.....	2/122, 4/348, 5/486
- Assédio moral.....	2/123, 5/490
- Auxílio-doença comum.....	5/491
- Bancário.....	2/125
- Bem de família.....	1/47
- Bem de família. Impenhorabilidade. Exceção. Trabalhador doméstico. (Íntegra de Acórdão).....	2/106
- Carência de ação.....	2/114
- Cargo em comissão.....	4/353, 5/492
- Cerceamento de defesa.....	5/492
- Competência material.....	5/495
- Contribuição confederativa.....	4/357
- Contribuição previdenciária.....	5/495
- Corretora de imóveis.....	3/282
- Culpa <i>in vigilando</i>	5/540
- Dano moral.....	2/133, 4/358
- Decadência.....	4/359
- Descanso semanal remunerado.....	1/64, 5/499
- Despedida motivada.....	2/135
- Diferenças salariais.....	2/136, 5/499
- Direito processual.....	2/140, 5/508
- Dívidas de pequeno valor.....	3/302
- Doença ocupacional.....	1/54, 5/510
- Doença profissional.....	2/141
- Dona da obra.....	4/365
- Execução.....	2/146, 2/147, 2/148, 3/292
- Fase pré-contratual.....	2/168
- Fixação dos danos morais.....	5/496
- Fraude à execução.....	2/148
- Fundação de direito privado.....	2/145
- Gratificação executiva.....	4/370
- Honorários advocatícios.....	5/517
- Honorários periciais.....	5/517
- Horas <i>in itinere</i>	2/152, 5/518
- Incentivo financeiro adicional. Agente comunitário de saúde.....	2/149
- Indeferimento de prova.....	5/534
- Indenização por danos morais.....	2/154, 3/278, 4/373
- Inovação recursal.....	5/519
- Intervalo intrajornada.....	2/156, 5/520
- Jornada especial.....	2/157
- Juros de mora.....	5/524
- Justiça gratuita.....	2/123, 5/525
- Limites da condenação.....	5/540
- Local de fácil acesso.....	2/152
- Manuseio de produtos de limpeza.....	2/120
- Membro da CIPA.....	4/366

- Multa por litigância de má-fé.....	1/61
- Município	2/163
- Município de Barra Bonita	2/161
- Pagamento de comissão	5/530
- Parcela incentivo financeiro.....	3/278
- Penhora de bens	2/164
- Perda de audiência.....	5/510
- Piso salarial	1/64
- Preliminar de nulidade	1/64
- Prescrição de ofício	5/532
- Prova pericial.....	2/1685/534,
- Recurso	2/172
- Requisições de pequeno valor	5/545
- Rescisão do contrato de trabalho	5/537
- Responsabilidade subsidiária	3/302
- Rito ordinário	2/176
- Rito sumaríssimo	4/384
- Supressão da instância	1/69
- Suspensão da execução	1/56
- Trabalhador avulso	5/539
- Trabalho da mulher.....	5/544
- Trabalho em creche	4/346
- Turnos ininterruptos de revezamento	4/391
- Uso de celular e <i>notebook</i>	4/375
- Vínculo de emprego.....	2/172

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

- Fraude	6/636
- Multa do art. 477.....	1/62
- Súmula n. 51 do TST	1/69

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Anistia.....	3/279, 3/299
- Danos morais.....	2/180
- Doença ocupacional	2/141
- Empregado público.....	2/142
- Intervalo intrajornada	6/641
- Prescrição.....	2/166, 3/299
- Trabalho doméstico	2/180

MACHADO, João Alberto Alves

- Adicional de insalubridade.....	1/41, 6/643
- Agravo de petição.....	1/43

- Correção monetária	2/130
- Dano moral	6/616
- EBCT. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Carteiros. Limitação de percurso diário. Edital de concurso público. (Íntegra de Acórdão)	5/455
- ECT.....	6/629
- Indenização por danos morais.....	5/497, 6/618
- Intervalos	6/642
- Pedido de responsabilização subsidiária.....	5/538
- Rescisão unilateral	5/512
- Sindicato	5/541
- Suspensão do contrato de trabalho.....	6/614
- Vínculo empregatício	3/301

MAIOR, Jorge Luiz Souto

- O conflito entre o Novo CPC e o Processo do Trabalho (Artigo).....	3/206
--	-------

MARQUES, Claudinei Zapata

- Adicional de acúmulo de funções	1/40
- Adicional de insalubridade.....	4/346
- Administração pública.....	1/42, 2/120
- Advogado particular.....	5/513, 5/544
- Assédio moral	1/44
- Auxílio-doença acidentário	5/490
- Banco de horas.....	1/46
- Bem de família.....	3/281
- Benefícios estatutários	5/511
- Contrato de estágio	1/67
- Contrato de trabalho	1/49
- Custas processuais	1/50
- Diferenças salariais	1/53
- Equiparação salarial	5/513
- Execução	1/56
- Execução. Reunião de processos. Mesmo devedor. Possibilidade. (Íntegra de Acórdão)	1/25
- Horas extras	5/518
- Inovação recursal	1/65
- Intervalo intrajornada.....	6/638
- Minutos residuais impagos	5/523
- Multa do art. 475-J do CPC	5/528
- Nulidade processual	5/529
- Prescrição intercorrente.....	6/652
- Relação de emprego	4/386
- Sócio.....	6/634
- Tempo à disposição	6/638
- Terceirização.....	6/663

- Turno ininterrupto de revezamento.....	5/544
- Vale-transporte	5/545
- Vigilante	3/277

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira

- Incorporação e aplicação das Convenções Internacionais da OIT no Brasil (Artigo).....	4/320
---	-------

MENDES, Marcus Menezes Barberino

- Contrato	6/614
------------------	-------

MONTANAGNA, Antonio Francisco

- Acúmulo de função.....	5/483, 6/642
- Arquivamento dos autos	5/486
- Danos morais.....	6/631
- Desconto.....	6/619
- Enquadramento sindical	6/631
- Exaurido o prazo de garantia de emprego	2/149
- Gestante	2/149
- Honorários advocatícios.....	6/631, 6/663
- Horas extras.....	4/371, 6/638
- Intervalo	4/374
- Intervalo intrajornada.....	5/521, 6/642
- Jornada	6/663
- Minutos residuais.....	5/524
- Município de Mirandópolis	6/648
- Prescrição bienal	4/382
- Prescrição quinquenária	5/532
- Princípio da aptidão para a prova.....	5/482
- Professor	6/653
- Representação sindical	3/301
- Responsabilidade subsidiária.....	4/389, 6/631, 6/659, 6/660
- Servidor público	6/661
- Sexta parte	5/486
- Terceirização.....	5/542, 6/663
- Trabalho da mulher.....	5/524

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e

- Adicional de insalubridade.....	1/41
- Agravo de instrumento.....	6/608
- Agravo interno.....	3/279, 6/610

NUNES, Luiz Roberto

- Abandono de emprego	2/113
- Ação de indenização	5/481
- Acordo coletivo de trabalho	2/115
- Acúmulo de função	2/116
- Adicional de insalubridade.....	2/118, 2/121
- Adicional de periculosidade	2/119
- Adicional noturno	5/485
- Adicional por acúmulo de função.....	5/485
- Adicional por tempo de serviço.....	2/120
- Afastamento por acidente de trabalho.....	1/40
- Agente comunitário de saúde	2/121
- Agravo de petição.....	1/43
- Ajudante de motorista.....	6/647
- Aposentadoria compulsória	4/350
- Aposentadoria.....	2/123
- Atividade externa	2/124
- Atraso no repasse.....	5/485
- Ausência de depósitos de FGTS	5/499
- Ausência de intimação pessoal.....	1/45, 2/156
- Autor/réu	2/124
- Bloqueio de salários	5/491
- Cerceamento de defesa.....	2/126, 4/353
- Comissões	5/492
- Competência da Justiça do Trabalho	5/494
- Contrato comercial.....	5/495
- Contrato de franquia	4/356
- Contribuição previdenciária	1/49
- Controles de ponto	5/522
- Crédito trabalhista.....	5/496
- Dano material e moral	2/131
- Dano moral.....	2/133, 5/496
- Débito da empregada	2/158
- Decisão interlocutória	5/498
- Dedução	4/344
- Desvio ou acúmulo de função	2/135
- Diferenças de adicional de periculosidade	1/41
- Doença de origem ocupacional	4/364
- Dono da obra	5/511
- ECT.....	2/145
- Em recuperação judicial	6/631
- Empregado	2/142
- Enhenheiro	1/55
- Enquadramento sindical	2/143
- Equívoco patronal no cadastro do PIS	5/496
- Estabilidade provisória.....	2/145
- Execução fiscal.....	2/145

- Execução.....	1/55, 6/634
- Expedição de certidão	5/493
- Falência	2/148
- Gestante.....	4/369, 5/517
- Grupo econômico trabalhista.....	5/539
- Homologação tardia.....	5/517
- Honorários periciais prévios	5/481
- Hora <i>in itinere</i>	1/57
- Incorporação de gratificação de função.....	2/149
- Indenização por dano moral.....	4/372, 5/497, 5/485, 6/618,
- Indenização por dano social.....	4/372
- Indenização por danos morais e materiais.....	2/153
- Interrupção do prazo recursal.....	5/532
- Intervalo intrajornada.....	2/155, 3/295, 5/485
- Intervalo	4/373
- Intervenção.....	5/522, 6/643
- Inutilidade da prova	5/492
- Jornada de trabalho.....	5/523
- Jornada mista	4/375
- Juros de mora.....	1/60, 2/158, 2/158, 2/161
- Justiça do Trabalho.....	2/158
- Labor em feriados.....	6/656
- Lei Complementar n. 1.080/2008	5/526
- Liquidação da sentença.....	1/61
- Litigância de má-fé	5/527
- Multa administrativa.....	5/527
- Multa do art. 475-J do CPC.....	2/155, 2/161
- Município de Ibitinga.....	2/162
- Município de Mogi Guaçu.....	3/297
- Município de Rosana	1/63
- Nome da parte	2/144
- Nulidade da dispensa	1/63
- Pagamento em dobro dos repousos.....	6/649
- Pedido de demissão	2/141
- Pedido formulado em processo anterior.....	3/274
- Pedreiro	4/356
- Penalidade.....	1/64
- Plano de saúde.....	5/531
- Polo passivo da execução	4/369
- Prescrição intercorrente.....	4/382, 6/652
- Prescrição	5/532
- Presunção relativa de veracidade	2/165
- Princípio da execução	1/56
- Professor	2/168
- Profissional do magistério.....	5/533
- Promoção por antiguidade.....	2/168
- Representação processual.....	1/67, 2/173, 4/387
- Representação sindical	4/387

- Responsabilidade subsidiária	2/176
- Salário-hora	5/523
- Sentença de liquidação	6/646
- Serviços de vigilância	4/372
- Substituição processual.....	2/178, 5/542
- Súmula n. 55 do TST	3/304
- Tempo à disposição.....	5/523, 5/524
- Terceirização.....	5/543, 6/664
- Testemunha	2/179
- Troca de uniforme.....	5/545
- Verbas trabalhistas	2/164
- Vigilante	3/306
- Vínculo empregatício	6/656

OLIVA, José Roberto Dantas

- Trabalho infantil: realidade e perspectivas (Artigo)	2/85
--	------

OLIVEIRA, José Antônio Gomes de

- Adicionais de periculosidade e insalubridade.....	5/484
- Agravo de petição.....	6/608
- Contrato de empreitada ou subempreitada	5/500
- Extinção do contrato de trabalho	5/501
- Intervalo intrajornada	5/524
- Justa causa.....	6/646
- Minutos residuais.....	5/524
- Pedido de demissão	6/649
- PLR proporcional.....	5/537
- Vínculo empregatício	6/623

OSHIRO, Clarice Itokazu

- As dificuldades suscitadas na implantação da Norma Regulamentadora n. 35 (Artigo).....	5/409
--	-------

PALLONE, Marcelo Bueno

- Bem de família.....	3/281
- Doença de Kienböck.....	3/288
- Terceirização.....	6/662

PELEGRINI, Edison dos Santos

- Ação Civil Pública	4/345
- Agravo interno	5/488
- Assédio moral	6/611

- Cargo de confiança.....	4/352
- Dano moral	6/616
- Dispensa imotivada	1/52
- Doença degenerativa.....	6/628
- Embargos declaratórios.....	2/142
- Execução	4/367
- Execução trabalhista.....	3/291, 6/633
- Férias.....	6/636
- Gratificação.....	6/614
- Horas extras	3/294
- Justa causa.....	6/645
- Município	1/63
- Pastor de igreja.....	1/66
- Pastor de igreja. Inexistência de vínculo empregatício. Trabalho voltado para o outro mundo, espiritual. (Íntegra de Acórdão)	1/36
- Salário.....	6/661

PESTANA, Antonia Regina Tancini

- Dano moral	1/51
--------------------	------

PISTORI, Gerson Lacerda

- Agravo regimental.....	6/610
- Agravo regimental em correição parcial	4/349
- Audiência	5/488
- Caixa Econômica Federal.....	1/47
- Deferimento de produção de novas provas.....	5/488
- Exceção de pré-executividade.....	5/488
- Garantia provisória de emprego	2/148
- Grupo econômico	5/488
- Indenização por danos morais.....	2/149
- Motorista	2/161
- Pedido de providências	5/489
- Penhora de nua-propriedade.....	5/488
- Professor	2/167
- Reabertura de ofício da instrução processual	5/489
- Rejeição de pedido liminar	5/488
- Responsabilidade do dono da obra	2/149

PITAS, José

- Agravo de petição.....	4/348
- Agravo regimental.....	3/279
- Cooperativa de trabalho	3/282
- Despedida por justa causa	4/375
- Dono de obra	3/289

- Grupo econômico	6/661
- Horas extras	3/294
- Intervalo.....	4/373, 4/374
- Justa causa.....	4/375
- Lei n. 11.738/2008	4/377
- Multa	6/661
- Prescrição intercorrente.....	4/382
- Responsabilidade subsidiária	3/302
- Sindicato	3/304
- Subempregada	3/302
- Suspensão do contrato de trabalho.....	6/610
- Turnos ininterruptos de revezamento	4/390
- Vale-transporte	4/374

POLI, Sandra de

- Revelia.....	3/303
- Acúmulo de função.....	4/361
- Jornada de trabalho.....	4/362
- Execução	4/368

PÔRTO, Marcos da Silva

- Direito do trabalho	2/138
- Doença laboral.....	2/141
- Município de Monte Aprazível.....	3/297

RIBEIRO, Eliane de Carvalho Costa

- Dano moral	2/132
--------------------	-------

RIZZARDO, André Augusto Ulpiano

- Contexto probatório	3/282
- Horas noturnas	3/293
- Lei n. 12.619/2012	4/377

ROMANINI, Edna Pedrosa

- Acidente do trabalho.....	1/39
- Dano moral	2/132
- Doença ocupacional	5/539
- Motorista carreteiro.....	4/377

RONDELLI, Cristiane Montenegro

- Cerceamento de defesa	4/353
- Correspondente bancário	5/535
- Jornada extenuante	5/496
- Responsabilidade subsidiária	2/175
- Vínculo empregatício	4/353

RUFINO, Marcelo Magalhães

- Benefício da justiça gratuita.....	6/646
- CNA	5/481

SANCHES, Dora Rossi Góes

- Acidente do trabalho.....	1/40
- Acordo	6/605
- Adicional de insalubridade.....	5/484
- Agente comunitário de saúde	1/42
- Aprovação em concurso público.....	1/45
- Atraso no depósito de 40% do FGTS	5/499
- Bem de família.....	1/47
- Contribuição previdenciária	6/605
- Dano moral. Ócio forçado. (Íntegra de Acórdão).....	5/475
- Doença ocupacional	6/628
- Guia incorreta	4/385
- Horas extras	1/57
- Horas <i>in itinere</i>	5/518, 6/639
- Horas <i>in itinere</i> . Requisitos. (Íntegra de Acórdão).....	5/475
- Incorreção nos cálculos	5/486
- Indenização por danos morais.....	3/295
- Inovação recursal	5/484
- Instrução	6/651
- Intervalo intrajornada.....	6/639, 6/642
- Justa causa.....	1/60
- Multa do art. 477	3/297
- Ócio forçado	5/518
- Pedido de reforma	5/495
- Prescrição intercorrente.....	6/652
- Químico	4/385
- Recurso	6/655
- Regime 12 x 36.....	6/644
- Sobrejornada	5/484
- Terceirização.....	6/663
- Valor de alçada	1/66

SANTOS, Alvaro dos

- Equiparação salarial	2/144
- Comprovante de recolhimento de custas	2/171
- Agravo de instrumento.....	3/278

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Adicional de insalubridade.....	3/276
- Adicional de periculosidade	1/41
- Adicional de transferência	4/347
- Administração pública.....	2/120
- Alteração de função.....	5/484
- Arrematação de imóvel.....	3/279
- Arresto	4/350
- Bancário.....	3/304, 4/351
- Cobertura assistencial médica.....	4/351
- Competência da Justiça do Trabalho	4/355
- Contratação temporária	2/128
- Dano moral.....	3/283, 4/358, 4/359
- Dispensa da audiência	3/280
- Dispensa discriminatória.....	5/508
- Dispensa discriminatória. Doença grave. Configuração. (Íntegra de Acórdão).....	5/440
- Dissídio individual	4/364
- Empregado público.....	3/290
- Enquadramento sindical	1/55
- Ente público	5/513
- Equiparação salarial	1/55
- Estabilidade pré-aposentadoria	2/144
- Ferroviários.....	3/292
- Fundação Casa	5/516
- Fundação pública	2/140
- Impossibilidade jurídica do pedido.....	1/58
- Imposto de Renda	5/519
- Julgamento <i>ultra petita</i>	4/375
- Município de Bragança Paulista.....	1/63, 4/379
- Município de Franca	2/162
- Prescrição.....	2/165, 4/383
- Princípio da identidade física do juiz	4/384
- Recuperação térmica.....	5/520
- Representação processual	4/387
- Representante comercial.....	5/537
- Rescisão contratual	4/387
- Rurícola	2/133
- Salários do período de afastamento.....	1/68
- Servidor público	2/177
- Sindicato.....	2/177, 3/304

- Síndrome de Burnout.....	3/284
- Terceirização.....	2/178
- Tutela antecipada	5/544

SCARABELIM, Hamilton Luiz

- Ação civil pública	4/344
- Assédio moral.....	1/44, 3/280
- Dano moral	1/50
- Direitos individuais homogêneos	4/345
- Exceção de suspeição.....	6/610
- Execução	5/514
- Justa causa.....	1/60
- Vale-transporte	1/70

SCARABELIM, Larissa Carotta Martins da Silva

- Honorários	2/150
- Horas extras habituais	2/150
- Instrumento particular	6/641

SILVA, João Batista da

- Contrato de facção típico.....	4/356
- Doméstico.....	1/66
- Embargos de declaração.....	3/290
- Intervalo	4/374
- Multa	4/378
- Multa do art. 475-J do CPC	1/62
- Nulidade processual	4/380

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira

- Acidente do trabalho por equiparação. Responsabilidade do empregador. Doença degenerativa ou congênita. Comprovado nexo de concausalidade entre as atividades decorrentes do contrato de trabalho e o surgimento ou piora das dores. Devida indenização por dano material proporcional à incapacidade laborativa adquirida. Inteligência do art. 21, I, da Lei n. 8.213/1991. (Íntegra de Acórdão).....	6/594
- Direito de imagem.....	4/361
- Indenização pela perda de uma chance.....	4/372
- Indenização por danos morais.....	4/372
- Plano de recuperação judicial.....	5/537
- Recurso ordinário	1/65
- Terceirização. Acidente do trabalho. Responsabilidade solidária do tomador de serviços. Inaplicabilidade do entendimento constante da Súmula n. 331 do C. TST. Inteligência dos arts. 7º, XXII, 200, VIII e 225, § 3º, da CF e do art. 942 do CC. (Íntegra de Acórdão).....	6/594

SILVA, Luciane Storel da

- Abonos.....	5/500
- Ação civil pública.....	5/481, 6/602
- Acidente.....	6/627
- Acidente de trabalho.....	5/507
- Acidente de trânsito fatal.....	5/506
- Acúmulo de função.....	5/507, 6/620, 6/622
- Adicional de insalubridade.....	5/504, 6/620,
- Adicional de periculosidade.....	5/502, 6/623,
- Adicional de remuneração.....	6/619
- Adicional noturno.....	4/362
- Afastamento previdenciário.....	5/508
- Agravo de petição.....	4/348, 5/486, 6/608, 6/609
- Alta médica previdenciária.....	6/620
- Ato inseguro da vítima.....	4/363, 5/506
- Ato inseguro.....	5/500
- Auxílio alimentação.....	2/139, 5/505
- Aviso-prévio.....	1/45
- Bancário.....	5/501, 6/620
- Benefício de ordem.....	5/487
- Cargo em comissão.....	5/508
- Categoria do bancário.....	5/500
- Cobranças excessivas.....	5/503
- Coisa julgada.....	5/493
- Compensação.....	6/609
- Condições sanitárias indignas.....	5/506
- Contrato de estágio.....	5/500
- Contrato único.....	5/501
- Contribuição confederativa.....	5/503, 6/620, 6/622
- Contribuições assistenciais.....	5/501
- Culpa concorrente.....	4/362
- Dano material.....	6/625
- Dano moral.....	1/50, 6/624, 6/625
- Depositário infiel.....	4/363
- Descanso semanal remunerado.....	4/361, 6/620
- Direito do trabalho.....	1/53, 2/138, 2/139, 4/362, 4/363, 6/623
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Doença laboral. Distúrbios emocionais. Transtorno de adaptação. Quadro misto ansioso-depressivo. Caracterização. (Íntegra de Acórdão).....	4/336
- Direito processual.....	1/53, 2/139, 4/364, 6/627
- Direito processual do trabalho.....	4/363
- Doença degenerativa.....	5/506
- Doença laboral.....	3/286, 5/506, 5/507
- Doença laboral. Dano moral. Malefício emocional causado por estresse no ambiente de trabalho. Valor da indenização. Consideração de fatores. (Íntegra de Acórdão).....	4/336
- Doença laboral caracterizada. Estabilidade provisória do art. 118, da Lei de Benefícios. (Íntegra de Acórdão).....	4/336

- Doença profissional.....	1/54, 5/507, 6/625
- Dono da obra	6/625
- Equiparação salarial	5/505
- Estabilidade provisória.....	2/145, 3/286, 5/501
- Estabilidade sindical	1/46
- Execução.....	3/288, 4/367, 4/368, 5/514
- Feriados laborados	4/385
- Fornecimento de transporte pela empresa.....	5/502
- Fundação casa	3/293
- Gestante	4/361
- Gratificação de função.....	5/506
- Gratificação especial por atividade hospitalar	4/362
- Higiene e segurança.....	6/626
- Honorários advocatícios	5/500
- Honorários periciais prévios	5/508
- Horas de percurso.....	4/362, 5/502
- Horas extras	6/621
- Horas <i>in itinere</i>	2/138, 3/286, 6/626
- Inépcia da inicial	5/535
- Intervalo do art. 384 da CLT	5/501
- Intervalo intrajornada.....	5/502, 6/622
- Jornada de trabalho.....	5/501, 5/502, 5/503, 5/508, 6/621
- Jornada exaustiva.....	5/505
- Jornada mista	5/504
- Justa causa.....	5/504
- Leptospirose	5/507
- Litigância de má-fé	1/61
- Motorista carreteiro.....	3/287
- Multa do art. 477, CLT	4/363
- Município de Paraguaçu Paulista	6/648
- Nulidade da dispensa	1/63
- Participação em lucros e resultados.....	5/506
- Pausas para descanso.....	2/139, 3/286, 6/620
- Penhora sobre lote irregular de terra	5/487
- Petrobras.....	5/493, 6/650
- PLR proporcional	5/501
- Prescrição intercorrente.....	4/363, 5/487
- Professor	3/287
- Progressão horizontal.....	5/534
- Redução do intervalo intrajornada.....	5/503
- Redução <i>ficta</i> da hora noturna	5/503
- Regime 12 x 36.....	6/622
- Remuneração.....	5/502, 5/504, 5/505, 6/623
- Repouso semanal remunerado	3/287
- Rescisão contratual.....	4/362, 5/506, 6/623
- Responsabilidade civil.....	4/363, 5/493, 6/621, 6/624
- Responsabilidade subsidiária	6/626
- Salão de beleza	1/67

- Salário por produção	6/622
- Semana espanhola.....	5/503
- Suspensão.....	4/361
- Teleatendimento	5/503
- Tempo à disposição do empregador.....	5/504
- Terceirização.....	6/626, 6/650
- Trabalhador avulso portuário	3/287
- Trabalhador rural	6/626
- Trabalho externo.....	6/622
- Trabalho rural a céu aberto	5/504
- Vale-transporte.....	5/508, 6/623
- Vigilante.....	5/502, 5/505

SILVA, Luiz José Dezena da

- Agravo de petição	2/122
- Motoristas entregadores	3/300
- Óbito do trabalhador	3/300
- Exposição ao sol.....	4/385
- Agravo de instrumento.....	5/486
- Fundação Casa	5/535
- Município	5/535
- Agravo de petição.....	6/609

SILVA, Valdir Rinaldi

- Cargo de gerência	2/126
- Contribuições previdenciárias.....	2/129
- Grupo econômico	1/57
- Município de Botucatu	2/162
- Penhora conta poupança.....	6/650
- Razões de recurso.....	1/65
- Representatividade sindical.....	3/278

SIVERS, Eder

- Contribuição assistencial.....	2/128
- Desvio de função	2/135
- Embargos de declaração.....	5/511
- Execução de sentença	2/146
- Férias.....	6/635
- Hora noturna reduzida	5/523
- Responsabilidade subsidiária.....	2/176, 4/389

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Abono salarial	2/113
- Ação de cobrança.....	1/39
- Acidente de trabalho.....	4/345

- Acidente de trajeto.....	1/39
- Acúmulo de funções.....	2/116, 4/346
- Adicional de insalubridade.....	1/41, 2/118, 2/155,
- Adicional de periculosidade.....	2/119, 4/347
- Admissibilidade.....	1/42
- Agravo de petição.....	1/43, 2/122
- Art. 475-J, do CPC.....	2/160
- Bônus.....	1/42
- Cerceamento de defesa.....	1/42
- Cláusula penal.....	3/294
- Dano moral.....	2/133, 2/134, 2/156
- Devolução de descontos.....	2/160
- Diferenças de horas extras.....	2/135
- Diferenças salariais.....	2/137, 3/285
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	2/137
- Extinção de execução previdenciária.....	2/148
- FGTS.....	1/56, 4/369
- Fraude à execução.....	2/148
- Gorjeta.....	3/293
- Honorários advocatícios.....	2/134
- Horas extras.....	2/118, 2/128, 2/151, 2/156
- Incentivo financeiro adicional. Agente comunitário de saúde.....	2/149
- Incompetência da Justiça do Trabalho.....	2/158
- Indenização por danos morais.....	2/154, 3/295, 4/373
- Indenizações por danos morais e materiais.....	2/154
- Indenizações por doença ocupacional.....	1/59
- Intervalo intrajornada.....	1/59, 2/155, 2/156
- Intervalo.....	2/151, 4/375
- Jogador de futebol.....	3/294
- Justa causa.....	1/60
- Labor extraordinário.....	4/355
- Licença-prêmio.....	2/159, 4/377
- Liquidação de sentença.....	2/159
- Litigância de má-fé.....	2/159
- Litispendência.....	2/160
- Luvas.....	3/294
- Pausa.....	2/156
- Pedido de demissão.....	2/141
- Prêmio por tempo de serviço.....	2/165
- Prescrição.....	3/299, 4/383
- Professor.....	4/384
- Progressões horizontais.....	2/137
- Promessa de emprego descumprida.....	1/51
- Recuperação judicial.....	1/65
- Responsabilidade solidária.....	1/67
- Responsabilidade subsidiária.....	4/376
- Revelia.....	4/390
- Revisão geral anual.....	2/176

- Ruptura contratual	2/128
- Seguro de vida em grupo	2/177
- Substituto processual	4/376
- Supressão de horas extras.....	4/371
- Terceirização ilícita	3/304
- Trabalho externo.....	3/304,
- Vale-transporte	2/159

TANAKA, Rosemeire Uehara

- Município de Cruzeiro.....	4/380
------------------------------	-------

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

- Administração pública.....	1/42
- Dano material e moral	3/282
- Dano moral.....	1/50, 1/51
- Empresa de telefonia.....	2/143
- Ente público	2/143
- Execução.....	5/515, 6/634
- Fato incontroverso	1/56
- Férias.....	5/515
- Médico	2/160
- Professor	6/644
- Reintegração	3/301
- Subordinação estrutural.....	3/301
- Trabalho rural	6/664

TAVEIRA, Orlando Amâncio

- Adicional de insalubridade.....	2/116, 2/117
- Assédio moral	1/44
- Honorários advocatícios	4/370
- Jornalista	3/295
- Sucumbência da reclamante	1/44

TEIXEIRA FILHO, João de Lima

- Délio Maranhão: vida e obra (Artigo).....	1/5
---	-----

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos

- Ação Civil Pública	3/274
- Certidão de antecedentes criminais	1/48

VIANNA, Ana Cláudia Torres

- Acidente de trabalho.....	5/482
- Acúmulo de função.....	6/606
- Adicional de periculosidade.....	6/607
- Agravo de petição.....	5/487
- Assédio moral.....	6/611, 6/612
- Cerceamento de defesa.....	5/492
- Danos morais.....	5/496
- Diferenças salariais.....	6/619
- Dispensa por justa causa.....	5/498
- Dispensa sem justa causa.....	5/509
- Doença não considerada grave.....	5/510
- Doença ocupacional.....	5/510, 6/628
- Gratificação.....	6/636
- Horas extras.....	6/638
- Indenização dos danos morais.....	5/497, 6/618
- Intervalo.....	6/642
- Jornada de trabalho.....	6/644
- Justa causa.....	6/645
- Licença não remunerada.....	5/526
- Listisconsórcio necessário.....	5/527
- Litigância de má-fé.....	5/527
- Merendeiras.....	5/485
- Motorista.....	5/485
- Município de Botucatu.....	5/528
- Professor.....	6/653
- Programa Minha Casa Minha Vida.....	5/540
- Progressão horizontal.....	5/499
- Prova emprestada.....	5/534
- Reintegração.....	1/66, 6/655
- Responsabilidade da sucessora.....	6/655
- Responsabilidade subsidiária. Município e instituição financeira. Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). (Íntegra de Acórdão).....	5/472
- Servente geral.....	5/485
- Sucessão.....	5/542
- Trabalho externo.....	5/521

VIDOTTI, Tarcio José

- Doença ocupacional.....	3/289
- Execução.....	4/367

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Abono.....	4/344
- Agravo de petição.....	3/279

- Diferenças salariais	2/136
- Dispensa	2/140
- Execução provisória	3/291
- Justiça gratuita	2/123
- Licença-maternidade	1/60
- Litigância de má-fé	6/646
- Norma coletiva	2/163
- Renúncia à prescrição	2/166
- Sentença de liquidação	6/646

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

- Ação rescisória	6/602
- Acidente do trabalho	4/346
- Adicional de insalubridade	2/117, 3/276, 5/484
- Agravo de petição	2/122
- Atleta profissional	3/280
- Cargo de confiança	2/126
- Danos morais	2/134
- Empresa de telecomunicação	2/142
- Faculdade de engenharia	3/291
- Férias	5/515
- Multa prevista no art. 475-J do CPC	2/161
- Multa	2/161
- Penhora	4/381
- Processo judicial eletrônico	5/489
- Professor	2/168
- Testemunha	3/305

ZERBINATTI, Marina de Siqueira Ferreira

- Adicional de insalubridade	3/276
- Diferenças salariais	2/174
- Responsabilidade civil	2/174, 2/175

ZIMMERMANN, Lúcia

- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Doação de terreno à CDHU para construção de casas populares. Condição de dono da obra não caracterizada. (Íntegra de Acórdão)	4/328
---	-------

Doutrina

A especificidade do desporto no direito do trabalho: algumas considerações	6/566
As dificuldades suscitadas na implantação da Norma Regulamentadora n. 35	5/409
Délio Maranhão: vida e obra	1/5
Incorporação e aplicação das Convenções Internacionais da OIT no Brasil	4/320
O conflito entre o Novo CPC e o Processo do Trabalho	3/206
Trabalho infantil: realidade e perspectivas	2/85

Íntegras

AÇÃO CIVIL COLETIVA. CABIMENTO. Meio de defesa de interesses individuais homogêneos de pessoas determinadas e ligadas por uma relação de fato ou de direito. Soma de interesses que dá feição coletiva à pretensão comum e que recomenda uma tutela conjunta. DISPENSA COLETIVA. AUSÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO PRÉVIA. DIREITO COLETIVO. NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. NULIDADE. A análise da dispensa em massa, por envolver direitos de uma coletividade, não se faz sob a inspiração do direito individual, onde o empregador tem maior liberdade para exercer, unilateralmente, o direito potestativo de resilir o contrato de trabalho. A dispensa em massa trata-se de questão de grande impacto humanitário e social, inerente à negociação coletiva trabalhista, cuja participação do sindicato da categoria profissional, como cediço, é simplesmente exigida pela própria Constituição Federal, como estabelecido em seu art. 8º, incisos III e VI, ou seja, a negociação coletiva é imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. Diante da necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa - e atento ao que se quer significar com a elocução “negociação coletiva”, no particular - não há falar em direito líquido e certo contra possível antecipação de tutela determinando a reintegração dos trabalhadores então sumariamente dispensados, sem válida e efetiva negociação com o sindicato dos trabalhadores. ASTREINTES. ART. 652, “D”, DA CLT, E ART. 461 DO CPC. Astreintes são cabíveis nas obrigações de fazer e não fazer e o Direito e o Processo do Trabalho admitem-nas. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani.....3/238

ACIDENTE DO TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. DOENÇA DEGENERATIVA OU CONGÊNITA. COMPROVADO NEXO DE CONCAUSALIDADE ENTRE AS ATIVIDADES DECORRENTES DO CONTRATO DE TRABALHO E O SURGIMENTO OU PIORA DAS DORES. DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL PROPORCIONAL À INCAPACIDADE LABORATIVA ADQUIRIDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 21, I, DA LEI N. 8.213/1991. As atividades exercidas na empresa, que contribuam para que a doença degenerativa ou congênita se revele ou se agrave, conduzirão à responsabilidade do empregador, pois se o trabalhador é considerado apto em exame admissional, ainda que haja uma causa extralaborativa a desencadear doenças posteriores, a presunção, quase absoluta, é a de que o trabalho desempenhado agiu pelo menos como concausa no surgimento das doenças, ainda mais quando comprovado que a empresa, negligente, deixou de tomar os cuidados necessários com a saúde e segurança do empregado, permitindo labor em ambiente com riscos ergonômicos. Cuida-se, portanto, de acidente do trabalho por equiparação, nos termos do art. 21, I, da Lei n. 8.213/1991, de modo que, comprovada a culpa da empregadora, devida a indenização por dano material, na forma de pensão correspondente, com percentual proporcional à incapacidade laborativa adquirida. TERCEIRIZAÇÃO. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇOS. INAPLICABILIDADE

DO ENTENDIMENTO CONSTANTE DA SÚMULA N. 331 DO C. TST. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 7º, XXII, 200, VIII E 225, § 3º, DA CF E DO ART. 942 DO CC. A responsabilidade do tomador dos serviços deve ser analisada segundo a proteção à saúde do trabalhador, pois tanto o empregador quanto o tomador dos serviços, em qualquer atividade, têm obrigação solidária pela manutenção do equilíbrio do meio ambiente de trabalho, já que as normas ambientais, desde a Constituição (arts. 7º, XXII, 200, VIII, e 225, § 3º), preconizam tal responsabilidade, e ainda na modalidade objetiva. Comprovado o acidente ou a doença do trabalho, em relação de terceirização de atividades, deve ser aplicada a regra contida no art. 942 do CC, que estabelece a responsabilidade solidária daqueles que concorrem para a ocorrência do dano, sendo, portanto, incabível o entendimento constante da Súmula n. 331 do C. TST, que trata de verbas trabalhistas típicas e não de indenizações decorrentes da violação do direito ontológico à saúde no ambiente laboral. Recurso ordinário ao qual se dá provimento. Rel. José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva.....6/594

ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. Na relação de emprego, cabe exclusivamente ao empregador o dever de zelar pela segurança do ambiente de trabalho (art. 7º, inciso XXII, da Constituição), responsabilizando-se por todas as ocorrências que dele possam advir e causar qualquer mácula à saúde do empregado, o qual disponibiliza seu maior patrimônio - sua higidez. Portanto, seja por dolo, culpa ou mesmo pelos riscos da atividade empresarial, é do empregador a obrigação de reparar os danos sofridos pelo empregado (art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição, art. 2º da CLT e art. 927, parágrafo único, do Código Civil). RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE DE FILHO SOLTEIRO. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS GENITORES. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. A condenação ao pagamento de pensão mensal aos pais da vítima de infortúnio decorre da presunção de proteção financeira em se tratando de família de baixa renda, entendendo-se insuficiência econômica a dependência dos genitores, inclusive e, principalmente, daquele que deixa sua terra natal para trabalhar em outra região e tentar melhores condições de vida para si e sua família que ficou. Não há rompimento dos laços familiares, apenas distanciamento de um dos membros da família que sacrifica sua convivência em prol dos demais, temporária ou definitiva, mas eternamente jungido pela relação afetiva e assistência financeira dos entes menos favorecidos que permanecem na origem, aguardando e dela carecentes. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo.....6/589

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGILANTE. ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 12.740 EM 8.12.2012. DESNECESSÁRIA QUALQUER REGULAMENTAÇÃO POR PARTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA O RECEBIMENTO DO ADICIONAL. Nos casos de risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial, decorrente da entrada em vigor da Lei n. 12.740 em 8.12.2012, incabível a interpretação restritiva que posterga esta vigência à data da Portaria (2.12.2013), porque a configuração fática da condição de periculosidade independe desta regulamentação. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....5/444

BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÇÃO. TRABALHADOR DOMÉSTICO. Nos termos das disposições contidas no art. 3º, inciso I, da Lei n. 8.009/1990, a impenhorabilidade do bem de família não é oponível em processo de Execução civil, fiscal, previdenciária,

trabalhista, ou de outra natureza, salvo se movido em razão dos créditos de trabalhadores domésticos da própria residência. *In casu*, restou provada esta condição. Agravo não provido. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior.....2/106

COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGALIDADE DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA. TOMADOR ENTE PÚBLICO. É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em que o objeto envolve a legalidade da intermediação de mão de obra, sendo o tomador dos serviços um ente público. Ainda que a matéria envolva questões de direito administrativo e de direito trabalhista, o pedido e a causa de pedir estão voltados à tutela dos direitos trabalhistas coletivos, sendo este fator determinante para a fixação da competência. CONTRATO DE GESTÃO. FOMENTO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE HOSPITAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. O fomento, expressão mencionada diversas vezes nos dispositivos da Lei n. 9.637/1998, e que se operacionaliza mediante o contrato de gestão, visa uma maior eficiência na prática de atividades de atuação nas áreas de saúde, educação, proteção ao meio ambiente, patrimônio histórico e acesso à ciência, afastando a possibilidade de sucateamento destes setores. Segundo a lei em comento, há plena eficiência de seu controle, ainda que balizada a incidência dos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, CF), por tratar-se de um ato administrativo consubstanciado em convênio, cujo procedimento deverá observar a motivação pertinente dos atos administrativos como elemento da necessária controlabilidade dos atos do poder público. Nessa toada, a qualificação das organizações sociais prescinde de licitação. Não há como se falar em violação do art. 37, XXI, da CF, uma vez que a concretização da atividade de fomento, através da colaboração público-privada, tem como formalização o contrato de gestão, afastando-se, por igual modo, qualquer alegação de ilegalidade de contratação de mão de obra por intermédio de OSS, ou terceirização ilícita. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita.....3/252

DANO MORAL. PANFLETOS DISTRIBUÍDOS POR MEMBROS DA CIPA COM OFENSAS À EMPREGADORA. DANO À IMAGEM DA PESSOA JURÍDICA CONFIGURADO. REPARAÇÃO CABÍVEL. É passível de reparação o dano causado por membros da Cipa com a distribuição de panfletos contendo ofensas à empregadora. Dano à imagem da pessoa jurídica configurado. Rel. Fabio Grasselli.....4/332

DEPENDENTE QUÍMICO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA INVÁLIDA. REINTEGRAÇÃO DEVIDA. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a jurisprudência pacífica dos tribunais entendem que os problemas relacionados com o consumo de álcool e de drogas devem ser considerados como problemas de saúde e por conseguinte ser tratados sem nenhuma discriminação, como qualquer outro problema de saúde no trabalho, e não devem ser vistos como desvio de conduta justificador da rescisão do contrato de trabalho. Nesse contexto, resulta inválida a justa causa por desídia aplicada e, adotando-se posicionamento consubstanciado na Súmula n. 443 do C. TST, que presume discriminatória despedida de empregado portador de doença grave causadora de estigma ou preconceito, impõe-se acolher o pedido de reintegração ao emprego. Recurso obreiro provido no particular. Rel. Hélio Grasselli.....3/265

DIFERENÇAS SALARIAIS. ACÚMULO DE FUNÇÕES. CARACTERIZAÇÃO. FUNÇÃO SOCIAL E CARÁTER SINALAGMÁTICO DO CONTRATO DE TRABALHO. EQUIVALÊNCIA MATERIAL DAS PRESTAÇÕES E CARÁTER FINALÍSTICO DO DIREITO. Distinguem-se, conceitualmente, função e tarefa: esta constitui a atividade específica, estrita e delimitada, existente na divisão do trabalho estruturada no estabelecimento ou na empresa; aquela, um conjunto coordenado e integrado de tarefas, formando um todo unitário. Uma função pode englobar uma única tarefa, mas, geralmente, engloba um conjunto de tarefas, isto é, de atribuições, poderes e atos materiais concretos. De outro lado, uma mesma tarefa pode integrar à composição de mais de uma função, sem que com isso venha necessariamente a comprometer a identidade própria e distintiva de cada uma das funções comparadas. No caso, de acordo com as provas coligidas, o empregador atribuiu ao autor, sem prejuízo da função originária, outra função que passou a lhe exigir maior esforço, empenho, conhecimento e, por conseguinte, maiores responsabilidades devido ao acúmulo de funções, tudo dentro da mesma jornada de trabalho. Entretanto, os maiores encargos e responsabilidades não tiveram compensação financeira, porque sem nenhuma vantagem salarial adicional. Empregado contratado para determinada função deve receber remuneração convencionada que se presume proporcional à habilitação profissional, à quantidade e qualidade dos serviços que lhe são exigidos por parte do empregador. É o caráter sinalagmático do contrato de trabalho que deve compatibilizar os interesses de modo que o empenho exigido do empregado não seja superior aos fins úteis por ele desejados, sob pena de ficar caracterizada a ofensa do princípio de proporcionalidade. O princípio constitucional da isonomia salarial (CF/1988, art. 7º, XXX) não pode ser dissociado desta conexão e equilíbrio entre os serviços prestados e a retribuição correspondente. Recurso ordinário do reclamante conhecido e parcialmente provido, para condenar a reclamada ao pagamento de um adicional de 10% sobre o salário básico para compensar a acumulação de funções. Rel. Fábio Allegretti Cooper.....2/108

DIREITO DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA LABORAL. DISTÚRBIOS EMOCIONAIS. TRANSTORNO DE ADAPTAÇÃO. QUADRO MISTO ANSIOSO-DEPRESSIVO. CARACTERIZAÇÃO. O *Expert* pontuou que o “transtorno de adaptação”, assim denominado o quadro clínico ansioso-depressivo detectado, guarda relação direta com o trabalho, mormente porque não se verificou qualquer outro fator que pudesse ter desencadeado a moléstia. A doença instalada na reclamante se encontra catalogada no Anexo II do Decreto n. 3.048/1999, mais precisamente em sua lista “B”, item VIII - “Reações ao Stress Grave e Transtornos de Adaptação (F43.-): Estado de *Stress* Pós-Traumático (F43.1)”, inexistindo falar na ausência de regulamentação. DOENÇA LABORAL CARACTERIZADA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO ART. 118, DA LEI DE BENEFÍCIOS. É cediço que a proteção legal em comento busca possibilitar ao empregado a sua readaptação no trabalho, o retorno das condições físicas e psicológicas, dado o abalo sofrido pelo acidente típico ou pela doença laboral desenvolvida, e isso deve ser avaliado, considerando-se as suas condições de saúde e necessidades especiais que possam advir deste momento pós-infortúnio. DOENÇA LABORAL. DANO MORAL. MALEFÍCIO EMOCIONAL CAUSADO POR ESTRESSE NO AMBIENTE DE TRABALHO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DE FATORES. A reclamante tem uma carreira profissional voltada para a área de administração de empresas, área de atuação onde se espera do profissional uma habilidade no gerenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros de uma organização. A situação enfrentada pela reclamante no seu ambiente

de trabalho lesou, senão definitivamente, mas de forma importante o seu potencial. A ocorrência de transtornos emocionais ligados justamente ao cumprimento de metas laborais por óbvio lhe causou uma ferida que dificilmente será curada. O seu equilíbrio psíquico, por certo, está maculado para o enfrentamento de situações de estresse, de cobranças de funcionários que vierem a estar sob o seu jugo, o seu poder de decisão por certo não é mais o mesmo. Os fatores emocionais desencadeados permanecerão latentes, sendo certo que o labor lhe causou, por assim dizer, uma espécie de “aleijão emocional”, pronto a emergir e mostrar-se pleno, no prejuízo do desempenho profissional da trabalhadora. Mal comparando, são as lesões nos ombros para um trabalhador braçal. Considera-se, ainda, para a fixação do valor indenizável, que a doença a maculou ainda jovem (ela conta hoje com apenas 38 anos de idade), cujo empregador, de poderio econômico conhecido, não tomou as devidas cautelas para proteção de sua trabalhadora. Rel. Luciane Storel da Silva.....4/336

DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. DOENÇA GRAVE. CONFIGURAÇÃO. A discriminação é conduta que pressupõe a negação do princípio da igualdade, podendo ser entendida como o tratamento pelo qual se nega a pessoa por causa de características pessoais, estando a conduta ligada aos conceitos de intolerância e preconceito. Em matéria trabalhista, discriminação, segundo a Convenção 111 da OIT, é toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por fim alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão. Em nosso ordenamento jurídico a proibição da discriminação tem base constitucional (art. 3º da CF). E, para o caso específico da discriminação no ambiente de trabalho, incide, ainda, o que está previsto nos arts. 1º e 4º da Lei n. 9.029/1995. No caso em estudo, a dispensa foi efetivada menos de um mês após o retorno ao trabalho pelo obreiro, o qual, apesar de ter sido considerado apto pelo INSS para o trabalho, continuava o tratamento médico para patologia de natureza grave que o acometia. Inequívoco, portanto, que a empresa reclamada, antevendo os problemas que a gravidade da doença do empregado acarretariam, adotou uma conduta discriminatória ao rescindir o contrato de trabalho do obreiro sem justa causa, especialmente ao se considerar que, sendo portador de doença grave, a recolocação do obreiro no mercado de trabalho era muito reduzida, o que importaria em deixar o trabalhador desempregado e desamparado, atitude que não se compatibiliza com a função social da empresa. Assim, ainda que o tipo da doença não acarrete preconceito ou estigma, aplica-se, por analogia, o quanto preconizado pela Súmula n. 443 do C. TST. Desse modo, impõe-se o reconhecimento da nulidade da dispensa efetivada, determinando a reintegração do reclamante ao emprego. Recurso provido, no aspecto. Rel. Lorival Ferreira dos Santos.....5/440

EBCT. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. CARTEIROS. LIMITAÇÃO DE PERCURSO DIÁRIO. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. Apesar dos termos do edital de um concurso público fazer lei entre as partes, o mesmo não pode dar margens a interpretações equivocadas ou dúbias. No caso concreto, a informação de que o cargo de carteiro estaria adstrito a um percurso diário de “em média de 5 a 7 km/dia”, importa, no caso, em descrição genérica das particularidades do cargo de carteiro e teve caráter meramente informativo, com a intenção de que os potenciais candidatos tivessem uma noção de como seria a profissão. Tal percurso, porém, não pode ser totalmente definido apenas pela vontade do empregador, eis que feriria os Princípios de Respeito ao Indivíduo, contidos no Manual de Pessoal do reclamado, bem como as normas de segurança e medicina do trabalho, eis que os percursos acima de determinados limites prejudicariam a saúde dos trabalhadores, levando as demandas fisiológicas ao extremo.

Assim, por entender razoável, limito os percursos diários dos carteiros a 8 quilômetros por dia, em média máxima a ser observada dentro da duração de cada mês, observado o limite de peso transportado, de 10 quilogramas para o homem e 8 quilogramas para a mulher. Recurso conhecido e parcialmente provido. Rel. João Alberto Alves Machado.....5/455

EXECUÇÃO. REUNIÃO DE PROCESSOS. MESMO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. O art. 28 da Lei n. 6.830/1980, aplicado subsidiariamente ao processo de execução trabalhista, por força do art. 889 Consolidado, prevê que o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor. Destaca-se que tal medida processual encontra respaldo nos princípios da celeridade e economia processual, princípios largamente consagrados no âmbito processual trabalhista, além de proporcionar o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Rel. Claudinei Zapata Marques.....1/25

FALECIMENTO DO EMPREGADO DURANTE A JORNADA. ACIDENTE DE TRABALHO NÃO DEMONSTRADO. ATESTADO DE ÓBITO RETIFICADO POSTERIORMENTE, APRESENTANDO COMO CAUSA DA MORTE O INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO. No caso, a apuração precipitada do incidente ocorrido nas dependências da reclamada levou à anotação equivocada da *causa mortis* no primeiro atestado de óbito do reclamante. Tal erro, entretanto, foi devidamente esclarecido pela instrução processual, tendo o MM. Juízo de origem investigado exaustivamente as circunstâncias que envolveram a morte do trabalhador, afastando qualquer dúvida quanto à existência de culpa da recorrida. Recurso a que se nega provimento. Rel. Eleonora Bordini Coca.....1/33

HORAS *IN ITINERE*. REQUISITOS. A localização da empresa em lugar de difícil acesso ou não servido por transporte público regular e o fornecimento de condução pelo empregador acarretam-lhe a obrigação de remunerar as horas de percurso. DANO MORAL. ÓCIO FORÇADO. A postura da empresa de deixar o empregado sem trabalho, de forma proposital, provoca isolamento dos colegas, causa discriminação e de modo velado o faz passar por desnecessário constrangimento, colocando-o à margem das atividades da empresa. A conduta abusiva do empregador representa descumprimento de sua principal obrigação contratual: fornecer ao empregado a atividade para a qual foi contratado e autoriza o reconhecimento da rescisão indireta, assim como, por ferir a dignidade do empregado, justifica o deferimento de indenização por danos morais (arts. 186 c/c 927 do CCB e art. 5º, incisos V e X, da CF). Rel. Dora Rossi Góes Sanches.....5/475

JUSTA CAUSA. MAU PROCEDIMENTO. Configurado o mau procedimento, entendido como a conduta profissional incompatível com as regras da moralidade, torna-se inviável a manutenção do pacto laboral, configurando-se, sem dúvida, a justa causa para a rescisão contratual por justo motivo. In casu, tendo o empregado omitido a informação de suspensão de sua habilitação, imprescindível para o desempenho da função de operador de máquina agrícola, configura-se a hipótese prevista na alínea “b” do art. 482 da CLT, rompendo a fidúcia existente entre empregado e empregador, restando comprometida a boa-fé inerente à relação de emprego. Recurso do reclamante ao qual se nega provimento. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita.....2/99

PASTOR DE IGREJA. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO VOLTADO PARA O OUTRO MUNDO, ESPIRITUAL. A atividade de Pastor de Igreja, dirigindo o culto, administrando o templo, arrecadando dízimos, visitando pessoas para arrebanhar membros, mesmo que remunerada, não configura vínculo empregatício. Porquanto, o trabalho é realizado com finalidade nobre voltado para o outro mundo, espiritual, por convicção religiosa. A subordinação emergente é de natureza eclesiástica, não se confundindo com a subordinação empregatícia. O trabalho preponderantemente religioso, não enseja vínculo de emprego com a instituição. Recurso dos reclamantes que se nega provimento. Rel. Edison dos Santos Pelegrini.....1/36

PERÍCIA. COMPONENTE PROBATÓRIO. VALORAÇÃO DO JUIZ. *JUDEX PERITUS PERITORUM*. O nosso ordenamento processual consagra o juiz como o perito dos peritos. A ele a lei atribui a tarefa de dar a resposta estatal à controvérsia apresentada em juízo, não importando a que ramo do conhecimento seja afeta. O art. 130 do Código de Processo Civil dá ao juiz a atribuição de ordenar e coordenar as provas a serem produzidas, conforme a utilidade e necessidade, perante a controvérsia estabelecida na postulação do autor e resistência do réu, podendo, caso necessite de assessoria técnica, determinar a realização de perícia, nomeando profissional ou profissionais, com conhecimento necessário para auxiliá-lo no deslinde da questão alvo (arts. 145, 421 e 431-B, CPC), formulando e acolhendo os questionamentos necessários aos esclarecimentos (art. 426, CPC), não estando adstrito ao laudo pericial, peça meramente informativa ao *peritus peritorum*, que poderá repeti-la, se não estiver suficientemente esclarecido e até desprezá-la, formando seu convencimento com outros elementos ou fatos provados nos autos (arts. 436 e 437, CPC). Mesmo quando a lei impõe a realização de perícia, como nos pedidos relativos à insalubridade e periculosidade (art. 195, § 2º, da CLT), não vincula o Juiz às conclusões do perito e faculta às partes a indicação de assistente técnico, para lhes assessorar na fundamentação de suas impugnações (art. 3º da Lei n. 5.584/1970 e art. 421 do CPC). A decisão é fruto exclusivo do convencimento do Juiz, perito dos peritos, à vista das informações que lhe dá o conjunto probatório disponível nos autos, não estando restrito a qualquer prova; avalia-as segundo as regras de valoração ditadas pelas normas processuais, resolvendo a controvérsia diante do extrato dos fatos alegados e provados. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. CONCAUSALIDADE. Concausa é o elemento que concorre com outro, formando o nexo entre a ação e o resultado, entre a atividade desenvolvida e o mal de que o trabalhador é portador; se não adquirido em função do seu trabalho, manifestado em decorrência deste como fator de eclosão ou agravamento. Presente nexo causal entre a conduta e o evento lesivo, a concausa em nada diminui a responsabilidade do agente, exurgindo o dever de reparar os danos, pois a responsabilidade civil do empregador não se limita às hipóteses de acidente do trabalho ou doença ocupacional, mas abarca as lesões porventura decorrentes de condições de trabalho adversas. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo.....5/450

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO. Constitui dever do Estado assegurar o direito à saúde da população, cujas ações e serviços poderão ser executados diretamente ou através de terceiros, de modo que a contratação de pessoa jurídica para atender tal finalidade, por si só, não constitui irregularidade. *In casu*, o Município firmou com a R.P.S. - RPS contrato de gestão, responsabilizando-se integralmente pelos recursos financeiros, bem como por disponibilizar o local e os meios necessários à execução do objeto do contrato,

além de fornecer os materiais de consumo. Inequívoco, portanto, que ao ente público cabe responder pelos serviços prestados pela contratada, com o intuito de promover o cumprimento de obrigações sociais de relevância pública, tendo a norma constitucional nestes termos fixado os limites de sua responsabilidade nos arts. 196 e 197 da Carta Política de 1988. GREVE. DISPENSA DE TRABALHADORES DURANTE O MOVIMENTO PAREDISTA. ATO ILÍCITO. Não demonstrado o abuso do direito de greve, as dispensas de trabalhadores efetuadas durante o período de paralisação violam o ordenamento jurídico vigente e configuram ato ilícito praticado pelo empregador. Inteligência dos arts. 7º, 9º, 11 e 14 da Lei n. 7.783/1989, sob a perspectiva garantida traçada pelo art. 9º da CF. DESTINAÇÃO DE VALOR DA MULTA AO FAT. INADEQUAÇÃO. NECESSIDADE DE CONFERIR EFETIVIDADE AO ESCOPO COERCITIVO DA COMINAÇÃO A FIM DE GARANTIR A EFETIVA REPARAÇÃO DA LESÃO. O presente dissídio coletivo busca coibir a prática de dispensa de empregados durante o movimento paredista, ante a relevância dos serviços de saúde para a comunidade local. O FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - foi instituído pela Lei n. 7.998/1990 com a finalidade de custear o programa de seguro-desemprego, pagamento de abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico, de sorte que se revela inadequado para atender à finalidade coercitiva almejada. Assim, sob a perspectiva dos princípios fundamentais, estabelecidos pela CF de 1988 a multa eventualmente devida deve ser revertida em prol da entidade que presta serviços em benefício da saúde da sociedade local, assim conferindo efetividade à prestação judicial, o que pode contribuir de maneira significativa para reconstruir a ordem jurídica na localidade em que ocorreu a lesão. Ministério Público do Trabalho, alegando atuação respaldada no § 3º do art. 114 da CF, ajuíza o presente dissídio coletivo de greve objetivando a manutenção de, “no mínimo, 30% (trinta por cento) do efetivo de trabalhadores em atividade em todas as Unidades de Serviços de Saúde do Município de Americana denominadas PAIs - Programa de Atendimento Imediato, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada uma das partes que descumprir a determinação judicial, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador”. Requer que a suscitada R.P.S. - RPS” se abstenha de dispensar trabalhadores durante o período de greve, sob pena de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por trabalhador dispensado, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador”. Pretende que aos trabalhadores sejam assegurados o direito ao pagamento dos dias de paralisação e a garantia de emprego pelo período de 90 dias, contados do término da greve. Postula a declaração de nulidade das dispensas ocorridas durante o período da greve (Id b3abc88). Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....1/16

PROCESSO TRABALHISTA. SIMPLICIDADE DAS REGRAS PROCEDIMENTAIS. ACESSO À JUSTIÇA E RESPOSTA JURISDICIONAL EFICIENTE E A TEMPO. A ótica ideal das regras laborais, estabelecidas e acessíveis a todos na CLT, concebida e editada na primeira metade do século passado, é para ser compreendida por todos, empregados e empregadores, sem auxílio de Champollion - basta bom senso e vontade de cumprir a lei. O processamento das reclamações trabalhistas é simples, porém, completo, exauriente, oral, concentrado, perfeito. A simplicidade do processo individual trabalhista dispensa importações de ordenamento alienígena, internas ou além-fronteiras, quiçá além-mar, doutrinas e teorias tridimensionais, expressionistas, cartesianas, catilinárias, reflexões profundas sobre a origem dos conflitos sociais, basta instrumentalizá-lo utilizando uma das operações aritméticas, não é necessário formular um algoritmo. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo.....2/102

RECURSO ORDINÁRIO. PUBLICAÇÃO DE TEXTO INJURIOSO EM PÁGINA DO FACEBOOK. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS CABÍVEL. A publicação de texto injurioso em página mantida pelo empregador em rede social, com expressões que ofendem a honra da empregada, configura dano moral que deve ser reparado. Rel. Fabio Grasselli.....6/587

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA INFRAERO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREA EM AEROPORTO. INEXISTÊNCIA DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. A Infraero, que tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída (art. 2º da Lei n. 5.862/1972), celebrou com a 1ª reclamada contrato de concessão de uso de área. Com isso, não houve terceirização de atividade da Infraero, não se enquadrando na figura do tomador de serviços, o que se aplicaria às companhias aéreas que se utilizam dos serviços auxiliares de transporte aéreo prestados pela 1ª reclamada. Portanto, inaplicável o entendimento da Súmula n. 331 do C. TST ao caso. Rel. Samuel Hugo Lima.....6/584

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. DOAÇÃO DE TERRENO À CDHU PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES. CONDIÇÃO DE DONO DA OBRA NÃO CARACTERIZADA. A doação de terreno para a construção de casas populares promovida pelo Município à CDHU implica transferência de uma função que lhe é inerente, voltada à efetivação de direitos sociais - no caso, do direito à moradia previsto no art. 6º da Constituição da República. Nesse caso, a condição de doador do terreno, por si só, não exime o Município da responsabilidade pelos débitos trabalhistas decorrentes da prestação de serviços realizada na referida obra, uma vez que ela resultou em seu benefício. Para fins de tal responsabilidade, não há necessidade de benefício diretamente econômico quando evidenciados, como no caso, os benefícios social e político à Municipalidade. Assim, a efetiva responsabilização do ente público, em situações do tipo, condiciona-se apenas à apuração da culpa *in vigilando*, devendo ser reconhecida a responsabilidade subsidiária quando caracterizada tal modalidade de culpa, nos termos do item V da Súmula n. 331 do E. TST. Rel. Lúcia Zimmermann.....4/328

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. MUNICÍPIO E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV). O direito à moradia é um dos direitos sociais basilares do cidadão, previsto no art. 6º da Constituição Federal. A Lei Maior ainda prevê, em seu art. 23, IX, que é de competência comum dos entes federativos “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Por isto, resta claro que é responsabilidade do ente público concretizar projetos que garantam o direito à habitação. Considerando que os destinatários finais do programa são famílias com renda inferior a R\$ 1.395,00, pode-se inferir, por óbvio, que são pessoas simples, sem condições de livre e conscientemente escolher uma empresa idônea para consecução de uma obra. Pelo que de ordinário acontece, pode-se concluir também, que a escolha da empresa construtora só pode ter sido feita pelo Município ou pela instituição financeira, eis que seus dados constam previamente do Anexo I do Contrato Individual de Beneficiário, que neste ponto se revela verdadeiro contrato de adesão, o qual, convenhamos, qualquer homem simples assinaria para ver realizado seu sonho da casa própria. Evidente que sua função de repasse da subvenção do governo federal na construção das casas do PMCMV não é pro bono, mas devidamente remunerada, como previsto no art. 6º-B, § 1º, II, da Lei n. 11.977/2009. Assim, sua intervenção no processo, em última análise, num sistema capitalista como o que vivemos, visa a percepção de

lucros. Feitas estas considerações, resta demonstrada a responsabilidade dos demais envolvidos pelo inadimplemento do contrato de trabalho do reclamante, o Município - pela obrigação constitucional; e a instituição financeira - pelo interesse na consecução da obra. Responsabilidade subsidiária reconhecida. Rel. Ana Cláudia Torres Vianna.....5/472

TERCEIRIZAÇÃO. APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL E BENEFÍCIOS PREVISTOS NAS NORMAS COLETIVAS DA CATEGORIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS. POSSIBILIDADE. Em casos como o dos autos, em que a terceirização ocorre através de várias empresas de prestação de serviços, e em duas oportunidades a reclamante foi contratada pela nova prestadora de serviços antes mesmo de rescindir o contrato de trabalho com a anterior, para laborar, concomitantemente, no mesmo horário de trabalho, devem ser estendidos ao trabalhador terceirizado o mesmo salário e benefícios normativos dos empregados da empresa tomadora, para se evitar a discriminação e o aviltamento do valor da força de trabalho, pois evidente o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na legislação trabalhista, a atrair a incidência do regramento contido no art. 9º da CLT. A justificativa sociológica e econômica da terceirização reside na especialização dos serviços de certas atividades produtivas intermediárias. Não pode servir apenas ao barateamento da mão de obra, à precarização das condições de trabalho e à sonegação. Recurso das reclamadas aos quais se nega provimento. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. TRABALHADOR NÃO SINDICALIZADO. A exigência de contribuição assistencial dos trabalhadores não sindicalizados encontra óbice no Precedente Normativo n. 119 e Orientação Jurisprudencial n. 17, da SDC, ambos do E. TST e, ainda, na Súmula de Jurisprudência n. 666 do C. STF. Inexistindo prova que o obreiro é sindicalizado, é devida a devolução dos descontos efetuados. Recurso ao qual se nega provimento. Rel. José Otávio de Souza Ferreira.....1/27

Ementário de Jurisprudência

ABANDONO

- Abandono de emprego. Não configuração 2/140
- Abandono de emprego. Ônus da prova 2/113

ABATIMENTO

- Dedução. Instituto que pode ser deferido de ofício pelo juiz. Vedação ao enriquecimento sem causa 4/344

ABONO

- Abono da Lei n. 8.178/1991. Aplicação prevista pela Lei n. 8.238/1991 Aos empregados públicos do Departamento de Águas e Energia Elétrica. DAEE. Possibilidade 4/344
- Abono salarial. Município de Bragança Paulista. Lei Complementar n. 502/2006. Ilegalidade da supressão. Alteração prejudicial do contrato de trabalho. Aplicação do art. 468 da CLT 2/113
- Abonos fixos. Diferenças salariais indevidas 2/113

AÇÃO

- Ação anterior com quitação ampla. Nova reclamação com pedido de reparação civil. Ausência de consolidação do dano no momento do acordo homologado judicialmente. Ausência de coisa julgada. Valor irrisório da avença 4/344
- Ação anulatória de auto de infração. Labor em sábados e feriados. Regime de compensação de jornada autorizado por norma coletiva da categoria. Cabimento 2/113
- Ação civil pública, na Justiça Comum. Investigação de irregularidades na realização de concurso público. Suspensão do contrato de trabalho por ordem judicial. Supressão do salário. Possibilidade 3/273
- Ação civil pública. Cumprimento de obrigação de fazer. Descanso semanal remunerado 5/481
- Ação civil pública. Custas. Dispensa de pagamento pelo autor 4/344
- Ação civil pública. Da ilicitude da substituição de motoristas efetivos da EBCT por trabalhadores terceirizados 3/273
- Ação civil pública. Danos morais coletivos. Cabimento. Destinação 4/344
- Ação civil pública. Exigência de jornada extraordinária habitual. Ilegalidade. Obrigação de não fazer. Indenização por dano moral coletivo. Procedência 3/274
- Ação civil pública. Legitimidade do Ministério Público para a sua propositura. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos indisponíveis 2/114
- Ação civil pública. Legitimidade do MPT. Atraso no pagamento de salários. Entrega aos empregados de cheques sem fundos. Dano moral coletivo caracterizado. Medidas reparatórias e preventivas 4/345
- Ação civil pública. Pagamento de feriados aos substituídos. Dia de eleições municipais. Descabimento 5/481
- Ação civil pública. Terceirização ilícita. Precarização das relações de trabalho. Acidente de trânsito com vítimas fatais. Responsabilidade da tomadora dos serviços 6/602

- Ação de cobrança. Contribuição sindical rural. Ausência de notificação pessoal do contribuinte. Violação ao princípio da publicidade do ato. Crédito tributário não constituído. Extinção do processo por carência da ação. Inteligência dos arts. 145 do CTN e 267, VI do CPC	1/39
- Ação de cobrança. Corretagem pela venda de imóveis. Incompetência da Justiça do Trabalho.....	2/114
- Ação de consignação em pagamento. Natureza dúplice. Pedido contraposto. Compatibilidade com o processo do trabalho.....	3/274
- Ação de indenização pela perda de uma chance. Prazo prescricional. Aplicação do art. 177 do Código Civil de 1916 c/c arts. 206, § 3º, V, e 2.028 do Código Civil de 2002.....	3/274
- Ação de indenização. Acidente de trabalho. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável.....	5/481
- Ação de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável e do nexo causal.....	4/345
- Ação de indenização por ato ilícito. Responsabilidade civil do empregador. Natureza subjetiva, exceto na hipótese prevista no art. 927, parágrafo único do CC em que a mesma é objetiva.....	6/602
- Ação indenizatória. Acidente de trabalho fatal ocorrido após a EC n. 45/2004. Prescrição trabalhista	2/114
- Ação promovida por sindicato como substituto processual extinta por ilegitimidade de parte. Interrupção da prescrição não existente	4/345
- Ação rescisória. Colusão entre as partes para livrar bem imóvel de execuções. Fraude a crédito de terceiros. Procedência.....	6/602
- Ação rescisória. Competência residual. Limitação da execução ao período celetista. Superveniência de regime estatutário, em substituição ao celetista.....	6/603
- Carência de ação. Ilegitimidade de parte. Responsabilidade subsidiária	2/114
- CNA. Ação de cobrança inviável. Vigência do art. 606 da CLT.....	5/481
- Pedido formulado em processo anterior, sem apreciação pelo magistrado. Inexistência de coisa julgada. Possibilidade de nova ação pleiteando o que não fora lá decidido	3/274

ACIDENTE

- Acidente de percurso não equiparado a acidente de trabalho	5/481
- Acidente de percurso ou <i>in itinere</i> . Responsabilidade civil. Ausência de nexo causal e culpa. Improcedência.....	3/274
- Acidente de trabalho.....	5/482
- Acidente de trabalho. Alegação de culpa exclusiva da vítima. Ausência de prova. Responsabilidade da reclamada de indenizar os danos dele decorrentes	4/345
- Acidente de trabalho. Contrato por prazo determinado. Fatos ocorridos anteriormente à edição do inciso III da Súmula n. 338 do C. TST. Inaplicabilidade do entendimento sumular.....	2/114
- Acidente de trabalho. Contrato temporário. Estabilidade acidentária. Indenização substitutiva. Inocorrência.....	2/114
- Acidente de trabalho. Culpa. Princípio da aptidão para a prova	5/482
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Ação indenizatória ajuizada após a EC n. 45/2004 na esfera trabalhista. Prescrição	6/603
- Acidente de trabalho. Ônus da prova. Fato constitutivo.....	1/39
- Acidente de trabalho. Reconhecimento de ocorrência de acidente típico. Não recebimento de benefício previdenciário. Estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Preenchimento dos requisitos.....	5/482

- Acidente de trabalho. Trajeto empresa-residência. Veículo fornecido pela empresa. Responsabilidade objetiva. Dano moral	6/603
- Acidente de trabalho típico. Explosão de panela de pressão com defeito. Queimaduras. Culpa do empregador e nexos causais reconhecidos. Responsabilidade civil. Indenizações por danos morais e estéticos deferidas.....	3/274
- Acidente de trabalho típico. Sequelas incapacitantes. Prescrição. Termo inicial	6/603
- Acidente de trajeto. Não emissão da CAT. Dano moral indevido	1/39
- Acidente do trabalho. Danos materiais, morais e estéticos. Cumulação. Possibilidade	5/482
- Acidente do trabalho. Incapacidade temporária. Indenização por danos materiais	4/346
- Acidente do trabalho. Indenização por dano material e benefício previdenciário. Cumulação.....	6/604
- Acidente do trabalho. Indenização por dano material. Condicionamento ao <i>deficit</i> funcional	6/604
- Acidente do trabalho. Indenização por danos morais. Premissas.....	2/115
- Acidente do trabalho. Inocorrência de culpa ou dolo do empregador. Ausência do dever de indenizar	5/498
- Acidente do trabalho. Jogador de futebol. Contrato por prazo determinado. Estabilidade. Pertinência. Súmula n. 378, III, do TST	3/275
- Acidente do trabalho. Presunção de culpa do empregador. Demonstração de negligência. Indenização cabível.....	1/39
- Acidente do trabalho. Prova do fato. Reparação por danos materiais e morais. Improcedência	3/275
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador.....	4/345, 6/604
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	6/605
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Transporte de valores em carro-forte. Acidente de trânsito. Risco da atividade. Reparação de danos morais e materiais	4/346
- Acidente do trabalho. Responsabilidade subjetiva. Culpa exclusiva da vítima. Indenização por danos morais e materiais. Descabimento	1/40
- Acidente do trabalho. Sequestro de vigilante de banco. Danos morais devidos.....	2/115
- Acidente do trabalho ocorrido no trânsito. Responsabilidade subjetiva. Ausência de culpa da reclamada. Quebra do nexo de causalidade por fato de terceiro. Danos moral e material	5/482
- Acidente do trabalho por equiparação (Acidente de trajeto ou acidente <i>in itinere</i> art. 21, IV, “d”, da Lei n. 8.213/1991). Culpa exclusiva da vítima. Pretensão de indenização por danos materiais e morais. Inexistência de responsabilidade reparatória para o empregador.....	6/604
- Acidente do trabalho típico. Danos morais e materiais. Culpa do empregador configurada. Indenizações devidas	5/482
- Acidente típico de trabalho. Estabilidade acidentária. Indenização substitutiva	6/640
- Afastamento por acidente de trabalho. Suspensão do contrato de trabalho. Prescrição bienal	1/40
- Transporte de trabalhadores. Acidente de trânsito com morte do empregado. Responsabilidade objetiva do empregador	3/305

ACORDO

- Acordo. Coisa julgada. Cláusula penal. Mora do devedor. Alteração da forma de pagamento. Ausência de prejuízo ao credor	6/605
- Acordo. Sentença homologatória. Contribuição previdenciária. Discriminação. Verbas. Juros de mora. Inclusão. Possibilidade. Evasão fiscal. Não caracterização.....	2/116

- Acordo coletivo. Direitos sociais fundamentais. Horas extras. Compensação. Invalidez	2/127
- Acordo coletivo. Vigência	5/483
- Acordo coletivo de trabalho. Prazo de vigência. Ultratividade das normas. Súmula n. 277 do C. TST	2/115
- Acordo em audiência. Verba discriminada pelas partes. Natureza indenizatória. Verba não elencada na exordial. Inaplicabilidade do art. 475-n, III, do CPC ao processo do trabalho. Incidência de contribuição previdenciária sobre o valor pactuado	1/40
- Acordo homologado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Créditos. União	6/605

ACÚMULO

- Acumulação de cargos e empregos públicos	5/483
- Acúmulo de função	5/483, 6/642
- Acúmulo de função. Acréscimo salarial. Não caracterização	6/656
- Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	5/507
- Acúmulo de função. Empregada contratada como cozinheira e que também trabalhava na higienização da cozinha e no recebimento de mercadorias. Acréscimo salarial indevido	3/275
- Acúmulo de função. Exercício de tarefas condizentes. <i>Plus</i> salarial indevido	5/483
- Acúmulo de função. Motorista. Acompanhamento das operações de carregamento e descarregamento de combustível	3/275
- Acúmulo de função. Não configurado. Adicional indevido	1/40
- Acúmulo de função. Vendedor. Arrumação do estabelecimento. Não caracterização	2/116
- Acúmulo de funções. Alteração contratual que gera desequilíbrio no contrato de trabalho	6/605
- Acúmulo de funções. Atividades conexas à função assumida. Não constatado desequilíbrio no pacto laboral. Não configurado	2/116
- Acúmulo de funções. Atividades conexas à função assumida. Não constatado desequilíbrio no pacto laboral. Diferenças salariais indevidas	6/606
- Acúmulo de funções. Setores diversos. Contrato de trabalho distinto. Lei n. 6.615/1978	4/346
- Alteração de função. Exercício de algumas atividades inerentes à outra função. Não caracterização	5/484
- Desvio de função ou acúmulo de função. Diferenças salariais por desvio/acúmulo de função e reflexos. Indevidos	4/360
- Desvio de função. Diferenças salariais. Não caracterização	6/658
- Desvio de função. Diferenças salariais. Princípio da isonomia	6/619
- Desvio de função. Empregado público	2/135
- Desvio de função. Funções correlatas ao cargo. Não caracterização	2/135
- Desvio de função. Pretensão de diferenças salariais fundada em piso normativo garantido a função diversa daquela que exerce o reclamante. Indevida	4/360
- Desvio ou acúmulo de função. Adicional/diferenças salariais	2/135
- Diferença salarial por acúmulo de função	6/619

ADICIONAL

- Adicionais. Percepção cumulada de adicional de periculosidade e insalubridade. Impossibilidade. Exegese do § 2º do art. 193 da CLT	4/346
--	-------

- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Percepção de forma cumulativa. Impossibilidade	5/484
- Adicionais por acúmulo de função. Socorrista e motorista. Desequilíbrio na relação contratual. Parcela devida	6/606
- Adicional de acúmulo de funções	1/40
- Adicional de acúmulo de funções e reflexos. Prova. Cabimento.....	6/606
- Adicional de insalubridade devido. Limpeza de banheiros de escola	2/116
- Adicional de insalubridade e periculosidade. Cumulação. Não recepção do disposto no art. 193, § 2º, CLT pela CF de 1988. Convenções n. 148 e 155 da OIT	3/275
- Adicional de insalubridade e reflexos. Manuseio de produtos de limpeza, contendo álcalis cáusticos. Indevido	2/116
- Adicional de insalubridade em grau máximo. Lixo urbano	2/117
- Adicional de insalubridade. Agente físico “vibração”. Ausência de medição no local de trabalho. Complementação da prova pericial indeferida. Cerceamento de defesa. Nulidade processual configurada	6/606
- Adicional de insalubridade. Agentes físicos.....	1/41
- Adicional de insalubridade. Auxiliar de serviços gerais. Limpeza. Ambiente hospitalar. Prova pericial. Grau médio	6/653
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário profissional. Violação ao art. 192 da CLT	5/484
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo	2/126, 5/484
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n. 4 do STF. Ausência de parâmetro. Continuidade da incidência sobre o salário-mínimo. Desconsideração da nova redação da Súmula n. 228 do C. TST.....	2/115
- Adicional de insalubridade. Cabimento	2/117
- Adicional de insalubridade. Calor. Lavoura canavieira. Motorista e fiscal de turma. Não cabimento.....	4/386
- Adicional de insalubridade. Classificação. Grau médio. Motorista de ambulância. Transporte de doentes.....	1/57
- Adicional de insalubridade. Coleta de lixo e higienização de sanitários em local de intensa circulação	2/152
- Adicional de insalubridade. Exposição a raios solares. Ausência de previsão legal. Indevido	2/117
- Adicional de insalubridade. Faxineira. Coleta de lixo. Condomínio residencial. Não caracterização	2/117
- Adicional de insalubridade. Fundação Casa-SP. Agente de apoio educativo	2/117
- Adicional de insalubridade. Grau médio. Posto de saúde. Atendimento ao público. Exposição a agentes biológicos	3/276
- Adicional de insalubridade. Grau médio. Posto de saúde. Atendimento ao público. Exposição a agentes biológicos. Devido	5/484
- Adicional de insalubridade. Grau. Adicional de periculosidade. Laudo pericial.....	5/484
- Adicional de insalubridade. Hidrocarbonetos aromáticos e óleos minerais. Grau de risco: o médio. Mero “emprego” do produto, da substância pronta, que não enseja o grau máximo. Auxiliar mecânico	3/276
- Adicional de insalubridade. Indeferimento. Validade do laudo pericial.....	1/41
- Adicional de insalubridade. Indevido. Trabalho em creche. Atividade não constante da NR-15 da Portaria MTB n. 3.214/1978	4/346
- Adicional de insalubridade. Inexistência de mudança nas condições de trabalho. Devido por todo o pacto laboral.....	3/276
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em estabelecimento comercial.....	2/117

- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros da empresa. Instalações sanitárias de uso coletivo. Inteligência da Súmula n. 448, II, do C. TST. Devido.....	2/118
- Adicional de insalubridade. Médico ginecologista em unidade básica de saúde. Grau médio.....	3/276
- Adicional de insalubridade. Merendeiras. Contato com água sanitária. Parcela indevida.....	5/485
- Adicional de insalubridade. Motorista de caminhão basculante para coleta de lixo. Necessidade de enquadramento da atividade nos moldes do Anexo 14 da NR-15. Inocorrência. Adicional indevido.....	2/150
- Adicional de insalubridade. Motorista. Perícia em veículos similares. Ausência de agentes insalubres.....	5/485
- Adicional de insalubridade. Natureza jurídica salarial. Integração à remuneração. Inteligência da Súmula n. 139 do C. TST.....	4/346
- Adicional de insalubridade. Necessidade de previsão da atividade insalubre pelo Ministério do Trabalho. Pagamento espontâneo pelo Município empregador.....	2/118
- Adicional de insalubridade. Necessidade de previsão da atividade insalubre pelo Ministério do Trabalho.....	2/121
- Adicional de insalubridade. Operador de máquina agrícola. Trator. Ruído. Prova pericial. Cabimento.....	2/118
- Adicional de insalubridade. Prova pericial. Uso de EPIs. Não cabimento.....	2/127
- Adicional de insalubridade. Prova técnica. Obrigatoriedade.....	6/607
- Adicional de insalubridade. Servente geral. Parcela devida.....	5/485
- Adicional de insalubridade. Servidor público estadual. Regime celetista. Lei Complementar n. 432/1985. Base de cálculo dois salários-mínimos. Vantagem indevida.....	5/485
- Adicional de insalubridade. Técnico de necropsia. Prova pericial.....	4/346
- Adicional de insalubridade. Técnico em radiologia. Base de cálculo.....	3/277
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Céu aberto. Calor. Extrapolação dos limites de tolerância. Deferimento.....	2/118
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Corte da cana-de-açúcar. Calor. Prova. Cabimento.....	2/118
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor. Cabimento.....	2/119
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Limites de tolerância. Não cabimento.....	3/294
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor excessivo. Cabimento.....	4/347
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a radiações solares. Calor excessivo. Possibilidade.....	1/40, 6/643
- Adicional de insalubridade. Umidade.....	6/607
- Adicional de insalubridade. Utilização de EPI dentro do prazo de validade. Ônus da prova do empregador.....	1/41, 2/155
- Adicional de periculosidade e diferenças de horas extras. Motorista de caminhão-pipa em lavoura canavieira. Impossibilidade de enquadramento do reclamante como bombeiro civil. Indevido o adicional de periculosidade e a jornada especial, previstos pela Lei n. 11.901/2009.....	3/277
- Adicional de periculosidade. Abastecimento de aeronave. Prova. Cabimento.....	2/119
- Adicional de periculosidade. Abastecimento de pá-carregadeira. Periodicidade. Exposição permanente.....	1/41

- Adicional de periculosidade. Alteração Conferida pela Lei n. 12.740/2012. Não comprovado exercício da função de vigilante ou atividade enquadrada pelo Anexo 3, da NR 16 do MTE. Indevido	2/119
- Adicional de periculosidade. Alteração conferida pela Lei n. 12.740/2012. Efeitos pecuniários dependentes de regulamentação pelo Ministério do Trabalho e Emprego e efetivada pela Portaria n. 1.885/2013, de 3.12.2013. Inteligência dos arts. 193 e 196 da CLT	4/347
- Adicional de periculosidade. Armazenamento em ambiente fechado. Limite irrelevante	1/41
- Adicional de periculosidade. Atividade de vigia/vigilante. Lei n. 12.740/2012. Necessidade de regulamentação	2/119
- Adicional de periculosidade. Atividade de vigilante. Lei n. 12.740/2012. Necessidade de regulamentação	3/277
- Adicional de periculosidade. Atuação habitual e permanente em área de risco pela presença de líquido inflamável álcool. Defere. Portaria n. 3.214/1978, NR-16, Anexo 02, item 03, alíneas “b”, “c”, “d” e “h”	2/119
- Adicional de periculosidade. Auxiliar de rampa	6/607
- Adicional de periculosidade. Comissões. Base de cálculo	5/492
- Adicional de periculosidade. Empregado que permanece no veículo durante o seu abastecimento. Não caracterização	5/502
- Adicional de periculosidade. Função de fundidor. Mistura amoldante, dita inflamável. Laudo pericial inconclusivo. Indevido	3/277
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Área de risco	2/119
- Adicional de periculosidade. Ingresso em área de risco. Exposição a produtos inflamáveis	5/485
- Adicional de periculosidade. Instalação e manutenção de redes de TV a cabo. Lei n. 7.369/1985. Decreto n. 93.412/1986	4/347
- Adicional de periculosidade. Laudo pericial	6/647
- Adicional de periculosidade. Não exposição. Laudo pericial conclusivo	2/119
- Adicional de periculosidade. Sistema elétrico de potência. Extensão a empregados de empresa de telefonia	6/607
- Adicional de periculosidade. Vigilante. Lei n. 12.740/2012	2/182
- Adicional de periculosidade. Vigilantes armados. Eficácia imediata da Lei n. 12.740/2012	4/347
- Adicional de risco de vida e insalubridade. Técnico em radiologia	3/277
- Adicional de risco e adicional de periculosidade. Verbas da mesma natureza jurídica. Possibilidade de compensação de valores. Desconto indevido. Não caracterização	2/120
- Adicional de transferência	6/616
- Adicional de transferência. Direito. Ônus da prova	3/278
- Adicional de transferência. Sucessivas transferências ao longo do contrato. Provisoriamente. Direito assegurado	4/347
- Adicional noturno. Devido sobre as horas excedentes das cinco da manhã	5/485
- Adicional por acúmulo de função	5/485
- Adicional por tempo de serviço. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Base de cálculo: Valor do salário básico	2/120
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Art. 129 da Constituição Estadual	5/516
- Adicional sexta parte. Servidor público celetista. Comprovados vinte anos de efetivo exercício. Devida a incorporação aos vencimentos. Inteligência do art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, que não distingue empregado e funcionário público	6/607

- Base de cálculo da sexta parte. Incidência sobre a remuneração integral	5/486
- Elektro. Diferenças de adicional de periculosidade. Base de cálculo.....	1/41
- Manuseio de produtos de limpeza comuns. Água sanitária. Adicional de insalubridade. Indevido	2/120

ADMINISTRAÇÃO

- Administração pública. Arguição de nulidade de cláusula de edital de processo seletivo. Incompetência da Justiça do Trabalho	1/42
- Administração pública. Aumento de vencimento a categoria específica. Legalidade	1/42
- Administração pública. Cargo em comissão ou temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho	6/608
- Administração pública. Prestação de serviços sem submissão a certame. Efeitos	2/120, 4/347
- Administração pública. Reconhecimento de conduta atentatória à dignidade da justiça. Possibilidade	1/42
- Administração pública. Remuneração prevista em edital. Vinculação	3/277
- Administração pública. Responsabilidade solidária. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Coautoria.....	2/120
- Administração pública. Terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária. Reconhecimento.....	2/120

ADMISSIBILIDADE

- Admissibilidade. Recurso ordinário interposto em aditamento após decisão em embargos declaratórios. Conhecimento apenas em relação às matérias decididas nos embargos de declaração. Impossibilidade de ratificação das pretensões de reforma manifestadas no primeiro recurso ordinário não conhecido. Preclusão consumativa. Princípio da unirrecorribilidade	1/42
---	------

AGENTE

- Agente comunitário de saúde. Adicional de insalubridade	2/121
- Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional.....	1/42, 2/121
- Agente comunitário de saúde. Sempre trabalhou em prol do município e, após junho de 2011, foi contratado diretamente por este. Contratação em 1º.4.2004, pela CLT, anteriormente à EC n. 51/2006. Nulidade da contratação. Súmula n. 363 do C. TST. Unicidade contratual. Impossibilidade	4/348

AGRAVO

- Agravo de instrumento. Decisão colegiada. Não cabimento	6/608
- Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Deserção.....	1/43
- Agravo de instrumento. Nulidade de citação. Matéria de ordem pública que pode ser conhecida até mesmo de ofício. Preclusão inocorrente	2/121
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário intempestivo. Indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico	3/278
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Intempestividade. Equívoco no endereçamento. Protocolização no órgão competente fora do prazo.....	2/121
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Denegação de processamento pelo órgão de origem. Inadmissibilidade	5/486
- Agravo de petição. Ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada. Repetição literal das razões de embargos à execução. Não conhecimento	6/608
- Agravo de petição. Bem de família. Penhorabilidade.....	6/608

- Agravo de petição. Cálculo das horas extras. Excedentes da 8ª diária e 44ª semanal. <i>Bis in idem</i>	4/348
- Agravo de petição. Decisão que determina o agrupamento de execuções em face do mesmo devedor. Natureza de decisão interlocutória. Irrecorrível	2/122
- Agravo de petição. Decisão que rejeita a exceção de pré-executividade. Natureza de decisão interlocutória. Irrecorrível.....	1/43
- Agravo de petição. Delimitação da matéria e indicação dos valores impugnados. Pressupostos objetivos. Ausência. Não conhecimento	4/348
- Agravo de petição. Embargos à execução não admitidos. Oposição pela empresa executada. Ilegitimidade de parte. Penhora de bem imóvel.....	4/348, 5/486
- Agravo de petição. Embargos de declaração. Oposição contra decisão de impugnação à liquidação. Cabimento.....	3/279
- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Comprovação da propriedade de veículo penhorado.....	2/122
- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Sócio. Impenhorabilidade do salário	4/348
- Agravo de petição. Execução contra a Fazenda Pública. Requisição de pequeno valor. Cumprimento de decisão. Sequestro. Possibilidade.....	6/608
- Agravo de petição. Execução fiscal. Arquivamento dos autos sem baixa. Renúncia não configurada	5/486
- Agravo de petição. Execução fiscal. Determinação de reunião de execuções. Extinção das execuções originárias. Impertinência.....	6/609
- Agravo de petição. Execução fiscal. Remissão de dívida. Art. 14 da Lei n. 11.491/2009. Extinção de ofício. Possibilidade	6/609
- Agravo de petição. Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem	6/609
- Agravo de petição. Fazenda Pública. Juros de mora e correção monetária. ADI n. 4.357/DF. ADI 4.425/DF. Declaração de inconstitucionalidade parcial do § 12º do art. 100 da CF e, por arrastamento do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que alterou o art. 1º da Lei n. 9.494/1997	1/43
- Agravo de petição. Fraude à execução. Inocorrência	2/122
- Agravo de petição. Grupo Schincariol. Contrato de revenda e distribuição de bebidas. Grupo econômico configurado	6/609
- Agravo de petição. Honorários periciais. Incidência de juros de mora. Indevido	1/43
- Agravo de petição. Incompetência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias decorrentes do reconhecimento de vínculo empregatício. Decisão do E. STF, nos autos do ré n. 569.056-3/PA, transitada em julgado em 5.3.2015	5/486
- Agravo de petição. Incorreção nos cálculos	5/486
- Agravo de petição. Incorreção nos cálculos homologados. Matéria não suscitada no prazo concedido para tanto. Preclusão	1/43
- Agravo de petição. Interposição contra decisão interlocutória mista. Cabimento. Grave prejuízo ao erário e tumulto processual.....	4/349
- Agravo de petição. Microempresa. Excesso de execução. Matéria de ordem pública. Cláusula penal. Interpretação restritiva. Incidência apenas sobre o valor inadimplido	2/122
- Agravo de petição. Natureza interlocutória da decisão atacada. Irrecorribilidade. Não conhecimento	5/486
- Agravo de petição. Penhora sobre lote objeto de parcelamento irregular de terra. Bloqueio pelo juízo cível. Subsistência da penhora realizada nesta esfera	5/487
- Agravo de petição. Prazo no processo do trabalho.....	4/348
- Agravo de petição. Prescrição intercorrente.....	5/487
- Agravo de petição. Recolhimentos fundiários. Aposentadoria por invalidez acidentária. Inexigibilidade	2/122

- Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária e responsabilidade patrimonial dos sócios. Precedência. Ausência de indicação de bens pela responsável subsidiária.....	5/487
- Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....	5/487
- Agravo de petição. Reunião de execuções. Execução fiscal. Extinção da execução dos processos reunidos. Possibilidade.....	2/122
- Agravo de petição. Sentença de liquidação	5/487
- Agravo interno. Art. 557 do CPC. Mera repetição de razões manifestamente infundadas. Despropósito da articulação corretiva. Sanção processual. Atuação <i>ex officio</i> . Art. 557, § 2º, do CPC	5/488
- Agravo interno. Decisão colegiada. Não cabimento.....	3/279, 6/610
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão em fase de execução que reconhece preclusão e determina a liberação de numerário constricto. Ato jurisdicional. Ausência de tumulto processual ou conduta abusiva. Natureza jurisdicional dos atos praticados. Recurso improvido.....	4/349
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determina a penhora de nua-propriedade. Ato jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que dispensou a realização de audiência inaugural e determinou a anexação de defesa pela via eletrônica e a realização de prova pericial, assegurando a possibilidade de conciliação. Tumulto processual não configurado. Ato de natureza jurisdicional devidamente fundamentado e que assegurou as garantias e os princípios do processo. Improcedência mantida	6/610
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que reconheceu a existência de grupo econômico e aplicou a desconsideração inversa da pessoa jurídica. Ato de natureza jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que rejeitou pedido liminar. Ato de natureza jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Deferimento de produção de novas provas. Dispensa sem justa causa. Limites do litígio. Ato de natureza jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Despacho que determinou a realização de audiência de instrução anteriormente à realização de perícia. Ato de natureza jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Exceção de pré-executividade rejeitada. Bloqueio <i>on-line</i> . Transcurso do prazo para oposição de embargos à execução. Natureza jurisdicional	5/488
- Agravo regimental em correição parcial. Indeferimento de pedido de liberação de numerário à embargante. Ato de natureza jurisdicional	4/349
- Agravo regimental em correição parcial. Instrução deficiente da petição inicial. Impossibilidade de regularização posterior	4/349
- Agravo regimental em correição parcial. Ofensa à boa ordem processual não configurada	4/349
- Agravo regimental em correição parcial. Reabertura de ofício da instrução processual. Ato de natureza jurisdicional	5/489
- Agravo regimental em pedido de providências.....	5/489
- Agravo regimental. Ataque a decisão que chancela método destinado ao atendimento de previsões constitucionais, em detrimento de previsão infraconstitucional que, por força da situação estrutural existente, há muito tempo, com elas conflita	3/279
- Agravo regimental. Processo judicial eletrônico. Contestação não disponibilizada no sistema. Falha do usuário não comprovada. Indeferimento de prazo para a defesa oral. Ato contrário à boa ordem do processo.....	5/489

ALÇADA

- Alçada. Interpretação do art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/1970. Súmula n. 356 do C. TST 4/350
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso 5/545
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso ordinário 1/66

ANISTIA

- Anistia. Lei n. 8.878/1994. Readmissão. Efeitos legais 3/279

APOSENTADORIA

- Aposentação compulsória do empregado público. Impossibilidade da continuidade do contrato de trabalho com ente público. Aviso-prévio indenizado e multa de 40% do FGTS devidos. Aplicação do art. 40, § 1º, II, da CF 2/122
- Aposentação espontânea do empregado público. Indevidos o aviso-prévio e a multa de 40% do FGTS 4/350
- Aposentadoria. Aviso-prévio. Multa de 40% do FGTS. Iniciativa da ruptura contratual 2/123
- Aposentadoria compulsória (70 anos). Extinção do contrato de trabalho. Multa de 40% do FGTS 4/350
- Complementação dos proventos de aposentadoria e pensões. Ferroviário aposentado pela Fepasa. Percentual fixado em dissídio coletivo. Aplicação 6/614
- Proventos de aposentadoria. Impenhorabilidade 5/489

ARGUIÇÃO

- Arguição de exceção de suspeição para fins únicos de dirimir animosidades entre advogado e juiz. Ausência de procuração específica. Não conhecimento 6/610

ARREMATÇÃO

- Arrematação de imóvel em condomínio. Coisa indivisível. Direito de preferência não exercido. Ausência de notificação dos condôminos da hasta pública. Cancelamento da arrematação 3/279
- Arresto. Crédito do autor reconhecido por sentença na fase recursal. Interesse processual superveniente. Admissibilidade 4/350

ARTIGO

- Artigo 391-A da CLT. Promessa de recontração. Descumprimento. Reparação de danos 3/291
- Artigo 475-J do CPC. Aplicabilidade no processo do trabalho. Impossibilidade. Ausência de lacuna normativa. Regência do art. 880 e seguintes, da CLT 4/350
- Artigo 475-J do CPC. Inaplicabilidade no processo do trabalho 2/160
- Artigo 475-J do CPC. Incidência. Análise. Momento próprio 2/120
- Artigo 475-J, CPC. Aplicação ao processo trabalhista. Diálogo das fontes. Cabimento 5/489
- Artigo 476 da CLT. Suspensão do contrato de trabalho. Reconhecimento do acidente de trabalho com base no inciso I do art. 21 da Lei n. 8.213/1991. Recolhimentos fundiários do período. Cabimento 6/610
- Artigo 557 do CPC. Aplicabilidade no processo do trabalho. Possibilidade de o julgador trabalhista negar seguimento liminarmente a recurso inadmissível de forma monocrática. Súmula n. 435 do TST. Anulação de acordo judicial. Sentença recorrida em consonância à Súmula n. 259 do C. TST 1/43

- Artigo 950 do CC. Antecipação de pensionamento. Desconto necessário para se manter o equilíbrio atuarial. Princípio da razoabilidade..... 5/490

ASSÉDIO MORAL

- Assédio moral 5/490
- Assédio moral. Ato discriminatório do empregador com objetivo de pôr fim à relação de emprego. Faixa etária avançada. Dano moral. Cabimento 6/611
- Assédio moral. Ausência de elementos que comprovem a conduta do empregador, capaz de atingir a esfera psíquica do empregado. Não caracterização..... 1/44
- Assédio moral. Ausência de prova. Indenização por danos morais, indevida..... 1/44
- Assédio moral. Indenização..... 3/280
- Assédio moral. Ônus da prova. Fatos constitutivos do Direito 2/123
- Assédio moral. Ônus da prova. Fatos constitutivos do direito..... 5/490
- Assédio moral. Rescisão indireta do contrato de trabalho. Indenização por dano moral..... 1/44
- Assédio moral. Tratamento discriminatório..... 6/611
- Assédio moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização por dano moral..... 1/44
- Cobrança excessiva de metas. Caracterização de assédio moral. Indenização deferida..... 6/612
- Expedição de ofícios ao BNDES. Assédio moral. Manutenção..... 6/611

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Assistência judiciária gratuita e litigância de má-fé 1/44
- Benefício da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos 6/646
- Concessão dos benefícios da justiça gratuita. Advogado particular..... 2/123
- Gratuidade judicial. Requisitos para a concessão..... 2/123
- Gratuidade judicial. Requisitos para a concessão..... 6/630
- Justiça gratuita. Cabimento 6/646
- Justiça gratuita. Declaração firmada. Concessão dos benefícios 6/640
- Justiça gratuita. Indeferimento em sentença. Pedido não renovado no prazo recursal. Ausência de inconformismo, nas razões recursais, em face da decisão de origem. Agravo de instrumento a que se nega provimento 2/123
- Justiça gratuita. Parte ré. Dificuldade financeira enfrentada. Deferimento. Possibilidade..... 2/124
- Justiça gratuita. Requisitos..... 5/525, 6/607

ASSISTÊNCIA MÉDICA

- Cobertura assistencial médica da ativa. Manutenção. Empregado aposentado. Art. 31 da Lei n. 9.565/1998 e Resolução Consu n. 20/1999. Cumprimento dos requisitos. Procedência 4/351

ASSOCIAÇÃO

- Associação de moradores 2/124

ATIVIDADE EXTERNA

- Atividade externa. Excepcionalidade do art. 62, I, da CLT, afastada com relação aos horários de início e de término da jornada. Extensão automática ao intervalo intrajornada. Impossibilidade..... 5/490
- Atividade externa. Horário em sobrejornada. Possibilidade 2/124

ATLETA

- Atleta profissional. Direito de imagem. Natureza salarial 3/280
- Luvas. Atleta profissional. Ausência de prévia pactuação contratual. Indevida 3/294

AUDIÊNCIA

- Dispensa da audiência. Questão de mérito que dispensa produção de prova. Aplicação subsidiária do art. 330, I, do CPC. Possibilidade 3/280
- Encerramento da instrução. Ausência de manifestação da parte. Preclusão 6/651

AUSÊNCIA

- Ausência de depósitos de FGTS. Rescisão indireta do contrato. Não configuração 5/499
- Ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Extinção dos pedidos sem resolução do mérito. Manutenção dos honorários advocatícios 1/45
- Ausência de prévia aprovação em concurso público. Contrato de trabalho nulo 1/45
- Ausência de submissão da demanda à comissão de conciliação prévia. Óbice ao direito público subjetivo de ação inexistente 5/494

AUTARQUIA

- Autarquia estadual. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Irregularidade de representação processual 2/173

AUXILIAR DE LABORATÓRIO

- Auxiliar de laboratório de análises clínicas. Inaplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 3.999/1961. Vedação, ademais, da indexação do salário-mínimo, para fins de fixação salarial. Diferenças salariais indevidas 4/351

AUXÍLIO

- Auxílio alimentação. Integração ao salário 3/280
- Auxílio alimentação. Verba suprimida pelo empregador com a aposentadoria. Competência material da Justiça do Trabalho 6/611
- Auxílio-doença acidentário. Nexo técnico epidemiológico. Garantia provisória de emprego. Nexo causal presumido 5/490
- Auxílio-doença comum. Suspensão do contrato de trabalho. Recolhimento do FGTS do período. Indevido 5/491
- Sucen. Auxílio alimentação. Reflexos 4/351

AVISO-PRÉVIO

- Aviso-prévio indenizado. Projeção *ficta* no contrato de trabalho. Efeitos. Exclusão do empregado do seguro de vida complementar coletivo antes da data de término prevista para o contrato laboral. Suspensão da cobertura contratada. Responsabilidade da empregadora estipulante. Indenização devida 3/296
- Aviso-prévio indenizado. Projeção. Anotação em CTPS 1/45
- Aviso-prévio proporcional. Anos trabalhados. Fração de tempo inferior a 6 (seis) meses. Direitos 1/64
- Aviso-prévio. Projeção no contrato de trabalho. Estabilidade pré-aposentadoria alcançada 1/45

BANCÁRIO

- Bancário. Cargo de confiança. Jornada de oito horas. Art. 224 da CLT. Efeitos 2/125
- Bancário. Cargo de confiança. Súmula n. 102 do C. TST, inciso II 6/640
- Bancário. Doença psiquiátrica. Metas a serem cumpridas. Pressão psicológica. Nexos de causalidade existente 4/351
- Bancário. Horas extras. Cargo de confiança. Função meramente burocrática 1/46
- Bancário. Horas extras. Divisor aplicável. Consideração da jornada efetiva 2/125
- Bancário. Jornada de oito horas diárias. Exceção prevista no art. 224, § 2º da CLT 2/125
- Bancário. Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Art. 224, § 2º, da CLT 2/124
- Bancário. Jornada de trabalho. Horas extras. Cargo de confiança (§ 2º do art. 224 da CLT). “Coordenador de atendimento”. Enquadramento não configurado 3/281
- Bancário. Jornada de trabalho. Horas extras. Cargo de confiança. “Supervisor administrativo” e “gerente assistente”. Enquadramento não verificado 5/491
- Banco Santander. Dano à moral. Exposição de *ranking* de desempenho e exigência de metas inalcançáveis. Não adoção de medidas de segurança após sequestro de familiares de empregado da agência bancária. Indenização devida. 1/46
- Banespa/Santander. Gratificação semestral. Incorporação na complementação de aposentadoria 6/614
- Itaú Unibanco. Transporte de valores por bancário. Exposição a risco. Ofensa à Lei n. 7.102/1983. Indenização por dano à moral devida 4/352
- Santander. Transporte de valores por bancário. Exposição a risco. Ofensa à Lei n. 7.102/1983. Indenização por dano à moral devida 6/664

BANCO DE HORAS

- Banco de horas. Limite de 10 horas diárias. Descaracterização 1/46
- Banco de horas. Sistema de controle. Ausência de transparência. Invalidez 2/125, 6/637

BEM DE FAMÍLIA

- Bem de família 1/46
- Bem de família. Imóvel de alto padrão. Impenhorabilidade. Interpretação restritiva 3/281
- Bem de família. Impenhorabilidade 5/491
- Bem de família. Impenhorabilidade não absoluta. Possibilidade de penhora 3/281
- Bem de família. Impenhorabilidade. Exceção. Trabalhador doméstico 1/47
- Bem de família. Inexigibilidade de que o imóvel seja o único bem do devedor 4/352
- Bem de família. Não caracterização 2/163
- Impenhorabilidade. Bem de família. Alienação 1/47

BEM IMÓVEL

- Bem imóvel. Alienação. Penhora. Possibilidade 5/515
- Bem imóvel. Transferência. Clã familiar. Invalidez 2/163

BENEFÍCIO DE ORDEM

- Benefício de ordem. Devedor subsidiário 2/125

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Caixa Econômica Federal CEF. Planos de cargos e salários. PCS/2008 e PFG/2010. Sistema previdenciário privado ‘FUNCEF REG/REPLAN’. Critérios obstativos à adesão inclusive via normas coletivas. Impossibilidade 1/47

- Caixa Econômica Federal. Complementação de aposentadoria. Auxílio alimentação. Empregado admitido antes de 1995. Pagamento após a aposentadoria. Possibilidade..... 3/281

CARGO

- Cargo de confiança..... 6/611
- Cargo de confiança. Art. 62 da CLT. Funções de natureza técnica. Ausência de padrão salarial diferenciado. Não caracterização..... 2/126
- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Não configuração..... 6/606
- Cargo de gerência. Art. 62, inciso II e parágrafo único, da CLT 2/126
- Cargo em comissão. Ente público. Incompetência da justiça do trabalho 4/353
- Cargo em comissão. Exoneração. Supressão de gratificação de função. Súmula n. 372, I, do C. TST 5/492
- Exercício de cargo de confiança por mais de 10 anos. Reversão ao cargo efetivo. Supressão unilateral da gratificação correspondente. Impossibilidade. Mitigação ao *jus variandi* do empregador. Princípio da estabilidade financeira do empregado 4/352

CATEGORIA PROFISSIONAL

- Categoria profissional diferenciada. Legitimidade de atuação da entidade sindical nos limites da respectiva representação. Inexistência de violação ao princípio da unicidade 6/612

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Atraso da reclamada na audiência una. Não recebimento da contestação. Decretação de revelia e confissão ficta na sentença. Cerceamento de defesa. Configurado 6/612
- Ausência de intimação pessoal. Confissão *ficta* reconhecida. Cerceamento de defesa configurado 1/45, 2/156
- Cerceamento ao direito de produção de provas. Necessidade de extensão da dilação probatória. Encerramento da instrução processual e ulterior decisão desfavorável. Nulidade configurada..... 1/47, 4/353
- Cerceamento de defesa não configurado..... 5/492
- Cerceamento de defesa. Ausência de manifestação sobre a necessidade de produção de outras provas. Indeferimento posterior, em audiência. Não configuração 2/126
- Cerceamento de defesa. Contradita de testemunha de prova emprestada 4/353
- Cerceamento de defesa. Doença ocupacional. Vistoria do local de trabalho 2/126
- Cerceamento de defesa. Embargos declaratórios destinados a sanar omissão. Ausência de efeito modificativo do julgado. Desnecessidade de notificação da parte contrária. Inexistência de nulidade 1/42
- Cerceamento de defesa. Fatos incontroversos 5/492
- Cerceamento de defesa. Indeferimento de prova testemunhal sob protesto da parte interessada. Matéria fática controvertida 4/353
- Cerceamento de defesa. Processo criminal em curso. Pedido de suspensão do processo trabalhista. Não ocorrência 4/353
- Cerceamento de defesa. Testemunha da reclamada. Dependência econômica. Necessidade da oitiva..... 3/281
- Cerceamento do direito de defesa. Depoimento pessoal do preposto. *Ficta confessio* do reclamante. Caracterização..... 1/47

- Cerceamento do direito de defesa. Impedimento de produção de prova essencial ao deslinde do litígio	5/492
- Cerceamento do direito de defesa. Indeferimento de oitiva de testemunha	5/492
- Cerceamento do direito de defesa. Inocorrência.....	2/126
- Cerceamento do direito de defesa. Inutilidade ou impertinência da prova.....	5/492
- Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização.....	2/166, 4/354
- Cerceamento do direito de defesa. Prova testemunhal. Dispensa. Não caracterização	2/127
- Cerceamento do direito de prova. Prova pericial. Local desativado. Perfil Profissiográfico Previdenciário PPP. Prova testemunhal. Indeferimento. Caracterização.....	6/654
- Indeferimento de produção de prova. Cerceamento do direito de defesa	5/534

CERTIDÃO

- Expedição de certidão de crédito trabalhista. Arquivamento definitivo. Necessidade de exaurimento de providências executórias	5/493
---	-------

CESTA BÁSICA

- Cesta básica. Integração. PAT.....	5/493
--------------------------------------	-------

CIPA

- Eleição da CIPA. Estabilidade provisória acidentária. Decisão não transitada em julgado. Impedimento de participação	1/48
- Membro da CIPA. Extinção de estabelecimento. Estabilidade provisória	4/366

CLÁUSULA

- Cláusula normativa. Entrega de cópia da Rais. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada	4/354
- Cláusula penal. Art. 28 da Lei n. 9.615/1998. Obrigação devida pelo atleta em face da associação desportiva. Indevida.....	3/294
- Cláusula penal. Redução pelo órgão julgador. Art. 413 do Código Civil	1/48, 4/354

COMISSÃO

- Comissão intersindical de conciliação prévia. Acordo. Verbas rescisórias. Pagamento parcelado. Validade. Vício de consentimento não comprovado	6/613
- Comissões de Conciliação Prévia. Acordo extrajudicial. Quitação ampla e geral ao empregador. Art. 625-e da CLT	2/127
- Comissões. Não integração ao salário. Ônus da prova da reclamante.....	4/354
- Comissões. Pagamento “por fora”. Prova	5/494
- Comissões. Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos.....	4/355
- Estorno de comissões. Cancelamento ou inadimplência do comprador. Inviabilidade	6/632
- Labor extraordinário. Empregado comissionista puro. Aplicação da Súmula n. 340 do TST. Realização de tarefas que não geram comissões. Devidas horas extras acrescidas de adicional para os respectivos períodos de trabalho	4/355

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Ação coletiva e individual. Descabimento.....	5/493
- Coisa julgada. Alcance. Fundamentos da sentença. Exegese do art. 469, I, do CPC	3/282

- Coisa julgada. Ofensa. Enriquecimento sem causa. Não caracterização	5/498
- Coisa julgada. Revisão. Adicional de periculosidade. Liquidação. Cálculos	5/493
- Coisa julgada. Revisão. Relação jurídica continuada. Ação própria	5/493
- Parcela incluída em outra execução. Princípio da vedação ao <i>bis in idem</i> . Coisa julgada	4/354

COMPENSAÇÃO

- Compensação dos débitos do exequente com a Fazenda Pública.....	6/609
- Compensação semanal da jornada de trabalho. Anuência expressa do empregado. Necessidade de acordo escrito	5/483, 6/613

COMPETÊNCIA

- Competência da Justiça do Trabalho. Empregado público. Vínculo celetista	5/494, 6/613
- Competência da Justiça do Trabalho. Município de Cruzeiro. Regime jurídico celetista. Configuração	4/355
- Competência em razão do lugar. Ajuizamento da ação em local diverso da contratação e da prestação dos serviços. Possibilidade	5/494
- Competência material da Justiça do Trabalho. Ação civil pública. Legalidade da intermediação de mão de obra. Tomador ente público.....	4/355
- Competência material. Município. Regime celetista.....	5/495
- Competência territorial. Faculdade de escolha do empregado transferido. Inteligência do art. 651 da CLT.....	6/613
- Competência territorial. Reclamação ajuizada no foro do domicílio do autor em detrimento do foro do local da prestação dos serviços. Interpretação do art. 651 da CLT. Prevalência dos princípios do acesso à justiça e da proteção. Possibilidade. Exceção de incompetência rejeitada	1/48

CONFISSÃO

- Confissão <i>ficta</i> aplicada ao autor. Audiência de instrução. Não comparecimento. Cerceamento de defesa não configurado.....	2/127
- Confissão <i>ficta</i> . Não comparecimento do reclamante em audiência que deveria depor. Inexistência de prova pré-constituída. Aplicação da Súmula n. 74 do C. TST	2/128

CONTRADIÇÃO

- Contradição. Fundamentação x dispositivo.....	1/48
---	------

CONTRARRAZÕES

- Pedido de reforma em contrarrazões. Não cabimento.....	5/495
--	-------

CONTRATO

- Contratação temporária para atender excepcional interesse público. Relação jurídico administrativa. Incompetência da Justiça do Trabalho independentemente do desvirtuamento da relação	2/128
- Contrato celebrado com empresa promotora de serviços bancários secundários. Pretensão obreira de equiparação à categoria dos bancários. Impossibilidade	2/128
- Contrato comercial. Responsabilidade subsidiária ou solidária. Inexistência	5/495
- Contrato de distribuição.....	6/614
- Contrato de empreitada. Pedreiro. Construção da casa própria. Inexistência de vínculo empregatício.....	4/356

- Contrato de facção típico. Ausência de responsabilidade subsidiária.....	4/356
- Contrato de franquia. Débitos trabalhistas da franqueada. Responsabilização da franqueadora	4/356
- Contrato de gestão. Fomento da execução das atividades e serviços de saúde de hospital. Ausência de violação do princípio constitucional do concurso público. Não caracterização de terceirização ilícita.....	4/356
- Contrato de gestão. Responsabilidade subsidiária. Ente público.....	4/356
- Contrato de prestação de serviços. Transportador rodoviário autônomo.....	4/357
- Contrato de trabalho com ente público. Mudança automática do regime jurídico. Justiça do Trabalho. Competência	4/357
- Contrato de trabalho regido pelo regime estatutário. Competência da Justiça do Trabalho afastada.....	1/49
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Acréscimo extraordinário de serviços. Alegação não comprovada. Nulidade.....	6/632
- Contrato de trabalho temporário. Nulidade. Aplicação do art. 9º da CLT	4/357
- Contrato de trabalho. Suspensão, por ordem judicial, emanada da Justiça Comum, em ação civil pública. Supressão do salário. Possibilidade. Pedido da reclamante, de afastamento remunerado, durante o transcorrer da investigação de irregularidades na realização do concurso público. Negado.....	3/273
- Contrato de transporte. Responsabilidade subsidiária. Não configuração.....	1/49
- Suspensão do contrato de trabalho. Aposentadoria por invalidez. Manutenção de plano de saúde	6/614

CONTRIBUIÇÃO

- Contribuição assistencial e/ou confederativa. Trabalhador não filiado ao sindicato. Devolução.....	2/128
- Contribuição assistencial. Trabalhador não sindicalizado	5/521, 1/69
- Contribuição assistencial/confederativa. Filiação não comprovada. Cobrança indevida	6/616
- Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução.....	5/503
- Contribuição confederativa. Empregado não sindicalizado	4/357
- Contribuição confederativa. Trabalhador não sindicalizado	1/49
- Contribuição previdenciária. Atualização dos créditos. A partir da efetiva quitação dos haveres trabalhistas.....	4/383
- Contribuição previdenciária. Fato gerador.....	6/605
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Juros pela taxa Selic e multa moratória. Incidência. <i>Dies a quo</i>	2/126
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Juros pela taxa Selic e multa moratória. Não incidência	2/126
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Juros pela taxa Selic e multa moratória. Não incidência	5/521
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Momento de incidência de juros de mora e multa	5/495
- Contribuição previdenciária. Juros de mora. Duplicidade de tributação. Não ocorrência	2/129
- Contribuição previdenciária. Juros e multa. Incidência a partir do vencimento da obrigação	5/495
- Contribuição previdenciária. Prosseguimento da execução. Valor mínimo.....	1/49
- Contribuição referente ao RAT (Risco Ambiental de Trabalho), antigo SAT (Seguro Contra Acidentes de Trabalho). Aplicação da alíquota de 2% aos municípios.....	1/49

- Contribuição sindical compulsória. Cobrança. Desnecessidade de filiação. Art. 578 da CLT	4/357
- Contribuição sindical patronal rural. Requisitos.....	4/357
- Contribuição sindical. Cobrança judicial. Ação executiva. Exigência legal de certidão de dívida. Art. 606, <i>caput</i> e § 1º, da CLT	2/129
- Contribuição sindical. Necessidade de publicação de editais. Art. 605 da CLT	1/49
- Contribuições assistenciais. Desconto ilícito quando efetuado em face de não associados.....	5/501
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador	2/129
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Juros e multa.....	2/116
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Multa Selic. Juros.....	6/615
- Contribuições previdenciárias. Municipalidade de Cajati/SP. Incidência. Gratificação por desempenho/produktividade. Verba paga anualmente, de forma habitual. Natureza salarial. Inteligência do art. 457, § 1º, da CLT e da Súmula de n. 207 do STF. Exações incidentes. Art. 28, inc. I, da Lei n. 8.212/1991. Restituição à trabalhadora: indevida	2/129

CORREÇÃO

- Correção monetária dos débitos trabalhistas	4/357
- Correção monetária. ADIs 4.425 e 4.437	6/615
- Correção monetária. Crédito trabalhista. INPC. Dívidas públicas e privadas. ADI n. 4.357/DF. ADI 4.425/DF. Inconstitucionalidade parcial do § 12 do art. 100 da CF e, por arrastamento, do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que alterou o art. 1º da Lei n. 9.494/1997	2/130
- Correção monetária. Honorários advocatícios	4/358

CORRETORA

- Corretora de imóveis. Autonomia. Ausência de subordinação na prestação de serviços.....	3/282
---	-------

CUMULAÇÃO

- Cumulação de empregos públicos. Possibilidade	4/358
---	-------

CUSTAS

- Custas processuais. Comprovação do recolhimento fora do prazo recursal. Deserção	1/49
--	------

CTPS

- Anotação na CTPS. Aplicação de multa diária por descumprimento. Legalidade. Exegese do § 4º do art. 461 do CPC.....	6/640
- Obrigação de fazer. Retificação da CTPS pelo empregador. Astreinte cabível. Não configuração de julgamento <i>extra petita</i>	5/529

DANO

- Atraso no repasse à instituição bancária credora de valor descontado dos haveres rescisórios para pagamento de empréstimo consignado. Inclusão do nome do reclamante no serviço de proteção ao crédito. Dano moral configurado	5/485
--	-------

- Contexto probatório. Danos morais. Empregadora. Responsabilidade subjetiva, e não objetiva. Ausente conduta deliberada e recorrente a título discriminatório por ação ou omissão da empregadora. Exclusão de responsabilidade por ato isolado entre empregadas.....	3/282
- Cumprimento de metas. Parâmetros razoáveis de cobrança. Ausência de dano moral. Indenização indevida.....	2/130
- Dano à moral. jornada extenuante. Ofensa à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho. Dano <i>in re ipsa</i> . Indenização devida.....	2/131
- Dano existencial. Motorista carreteiro. Jornada exaustiva. Indenização devida	2/131
- Dano existencial. Motorista carreteiro. Jornada exaustiva. Indenização devida	6/657
- Dano material e moral. Ausência denexo causal. Doença pré-existente	2/131
- Dano material e moral. Responsabilidade fundada no risco da atividade.....	3/282
- Dano moral (dano existencial). Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida	1/50
- Dano moral (dano existencial). Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida	3/283
- Dano moral coletivo. Caracterização.....	6/602
- Dano moral configurado. Assédio moral. Empregado submetido ao ócio forçado. Indenização devida.....	2/132
- Dano moral configurado. Assédio moral. Indenização devida.....	1/50
- Dano moral. Acusação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração	2/167
- Dano moral. Agressão física sofrida no ambiente de trabalho. Ausência de culpa e responsabilidade objetiva da empresa. Não configurado. Indenização indevida	2/156
- Dano moral. Ajudante de motorista de caminhão de bebidas. Acolhimento de pagamento dos clientes. Risco da atividade. <i>Damnum in re ipsa</i> . Indenização devida	2/132
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Local de banho sem cabines individualizadas. Cabimento	6/615
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários inadequados.....	4/374
- Dano moral. Arbitramento. Consideração de elementos essenciais inerentes às partes e as circunstâncias fáticas envolvidas.....	1/50
- Dano moral. Assédio moral. Características. Tratamento ofensivo ao trabalhador. Comprovação da conduta reiterada do empregador. Indenização devida	2/125
- Dano moral. Assédio moral. Indenização. Comprovação incontestada	2/120
- Dano moral. Ato único. Reconhecimento	1/50
- Dano moral. Bancário. Transporte de valores. Indenização devida	6/641
- Dano moral. Condições de trabalho degradantes. Cabimento.....	1/50
- Dano moral. Conduta abusiva. Imposição de ociosidade ao empregado. Indenização devida	2/132
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Desnecessidade. <i>Damnum in re ipsa</i>	5/521
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Desnecessidade. <i>Damnum in re ipsa</i>	6/613, 6/653
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Irrelevante. <i>Damnum in re ipsa</i>	6/616
- Dano moral. Descumprimento de obrigações trabalhistas. Indenização. Não cabimento	5/513
- Dano moral. Discriminação em decorrência de orientação sexual.....	2/132
- Dano moral. Dispensa discriminatória. Doença identificada no exame demissional. Restrição da capacidade obreira. Configuração.....	3/283
- Dano moral. Doença ocupacional. Teoria da culpa	2/152
- Dano moral. Doença. Nexode concausalidade. Incapacidade laboral temporária. Persistência de restrição física leve. Caracterização	3/283

- Dano moral. Empregado com mais de vinte anos de vínculo. Ofensa no momento do término do contrato. Indenização mantida.....	4/358
- Dano moral. Falta de homologação do TRCT. Não configuração	6/616
- Dano moral. Fechamento de unidade fabril. Dispensa imotivada de trabalhadores. Comunicação abrupta e impessoal e proibição de retirada de pertences pessoais. Conduta abusiva. Caracterização.....	3/283
- Dano moral. Imputação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração	6/657
- Dano moral. Inatividade.....	2/133
- Dano moral. Indenização devida. Cobrador de ônibus. Assalto. Responsabilidade do empregador. Teoria do risco	6/616
- Dano moral. Indenização. Assédio moral. Ociosidade do trabalhador. Ofensas de colegas de trabalho. Cabimento	6/628
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Não cabimento	4/388
- Dano moral. Indenização. Não cabimento.....	3/294
- Dano moral. Intoxicação. Prova pericial análise de fio de cabelo. Invalidez. Indenização. Ausência de incapacidade laboral. Não cabimento.....	2/127
- Dano moral. Jornada excessiva e extenuante. Violação da dignidade humana e direitos constitucionalmente protegidos. Ato ilícito e indenizável. Cabimento.....	1/51
- Dano moral. Jornada extenuante. Prejuízo físico e psicológico ao trabalhador.....	5/496
- Dano moral. Juros e correção monetária. Incidência	4/358
- Dano moral. Lesões físicas advindas do acidente do trabalho. Incapacidade laboral temporária. Caracterização	4/358
- Dano moral. Não configuração	5/496
- Dano moral. Ócio forçado.....	5/518
- Dano moral. Ofensas verbais pelo superior hierárquico. Configuração	4/358
- Dano moral. Panfletos distribuídos por membros da Cipa com ofensas à empregadora. Dano à imagem da pessoa jurídica configurado. Reparação cabível.....	3/284
- Dano moral. Pequenos aborrecimentos. Dissabores contingenciais. Indenização indevida	5/496
- Dano moral. Responsabilidade civil do sindicato em relação aos associados. Incompetência da Justiça do Trabalho	2/133
- Dano moral. Retenção indevida da CTPS do empregado. Indenização concedida.....	2/132
- Dano moral. Rurícola. Condições precárias de trabalho. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Caracterização	2/133
- Dano moral. Rurícola. Cultivo da cana-de-açúcar. Condições precárias de trabalho. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Caracterização	2/133
- Dano moral. Trabalho como fator de agravamento na sintomatologia de doença com origem degenerativa. Verificado	2/118
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho.....	6/656
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Assédio moral. Chamamento por apelido de baixo calão. Indenização. Valor. Fixação. Razoabilidade	6/616
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Não comprovado. Indenização indevida	2/135
- Dano moral. Valor da indenização. Majoração indevida.....	2/133
- Dano moral. Venda na boca do caixa. Conduta patronal ilícita. Procedimento degradante. Indenização compensatória devida	6/617
- Dano social. Agressões reiteradas e sistemáticas aos direitos dos trabalhadores. Repercussão na sociedade. Correção da postura pelo Judiciário. Indenização suplementar independente de pedido. Condenação <i>ex officio</i> . Inexistência de julgamento <i>extra petita</i>	3/284

- Danos decorrentes de acidente de trabalho. Síndrome de Burnout. Nexos de concausalidade. Dolo eventual. Responsabilidade civil devida.....	3/284
- Danos materiais e morais. Indenizações. Indevidas. Colhedora de café. Trabalho na safra. Desequilíbrio quando trabalhava na máquina derriçadeira motorizada. Queda com lesão corporal (fratura do cóccix). Afastamento das atividades, pelo INSS. Alta, ora concedida	3/284
- Danos materiais. LER/DORT. Incapacidade laboral parcial. Doença degenerativa: tendinite do supraespinhoso dos ombros bilateral. Ausência de nexos de causalidade e de culpa do empregador. Indenização indevida	5/496
- Danos morais coletivos. Indenização reparatória.....	2/134
- Danos morais e materiais (pensão vitalícia). Dor na coluna cervical. Doença degenerativa, e não ocupacional. Indenizações indevidas	2/134
- Danos morais e materiais. Asma dita ocupacional. Inexistência de responsabilidade da empresa reclamada. Ausência de culpa e/ou dolo do empregador. Indevidos	6/617
- Danos morais e materiais. Doença ocupacional configurada. Nexos concausais. Indenizações devidas	2/134
- Danos morais por alegada doença ocupacional: perda auditiva. Indenização indevida	4/359
- Danos morais. Acidente de trabalho. Ausência de culpa da reclamada. Rompimento do nexos causal: Culpa exclusiva da vítima. Ato inseguro do empregado. Indenizações indevidas.....	2/134
- Danos morais. Alegada jornada exaustiva: motorista de caminhão. Indenização indevida	4/359
- Danos morais. Anotações em CTPS	2/134
- Danos morais. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Ausência de comprovação do gravame moral. Indenização indevida	1/51
- Danos morais. Atraso no pagamento de salários. Ausência de comprovação do gravame moral. Indenização indevida	6/617
- Danos morais. Atraso no pagamento do salário e de verbas rescisórias. Configuração	6/631
- Danos morais. Ausência de anotação do contrato de trabalho na carteira profissional do empregado. Ofensa à dignidade do trabalhador. Indenização devida	5/496
- Danos morais. Ausência de local adequado para refeição. Instalações sanitárias precárias no local de trabalho. Indenização devida.....	3/285
- Danos morais. Doença dita ocupacional: perda auditiva. Responsabilidade subjetiva do empregador. Indenização indevida. Ausência de prova da doença, bem como, se acaso existente, do nexos de causalidade	3/285
- Danos morais. Doença ocupacional. Indenização. Comprovação inconteste de dolo ou culpa do empregador. Imprescindibilidade	4/355
- Danos morais. Promessa de contratação.....	4/359
- Danos morais. Retenção da CTPS do trabalhador por prazo superior ao legal. Indenização devida.....	2/134
- Danos morais. Tratamento hostil. Reparação devida.....	2/180
- Danos moral e material. Acidente de trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Não comprovação. Indenização. Cabimento	1/49
- Danos moral e material. Indenização. Doença ocupacional. Auxiliar de enfermagem. Tuberculose multirresistente. Nexos de causalidade. Prova pericial. Cabimento.....	6/603
- Degeneração moral do trabalhador. Ato ilícito da empregadora. Dano moral caracterizado	4/359
- Descumprimento de obrigação trabalhista. Dano moral configurado. Indenização devida	6/660

- Fixação dos danos morais. Parâmetros	5/496
- Mora salarial. Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade. Viabilidade	3/285
- Restrição ao uso de sanitários. Situação vexatória. Dano moral devido.....	2/156
- Obtenção de informações do trabalhador junto a cadastros informatizados sem sua expressa autorização. Dano moral caracterizado	1/51
- Por danos morais. Alegação de sanitários insuficientes e pouco higienizados. Reparação civil indevida.....	3/277
- Sonegação de direitos trabalhistas. Indenização por danos morais. Descabimento	6/618

DÉBITO

- Débito da empregada. Atualização monetária. Juros de mora.....	2/158
--	-------

DECADÊNCIA

- Decadência. Homologação da adjudicação	4/359
--	-------

DÉCIMO QUARTO SALÁRIO

- Décimo quarto salário.....	1/51
- Décimo quarto salário. Verba prevista na Lei n. 10.273 do Município de São Carlos. Interpretação restritiva. Cômputo com base no valor do vencimento padrão. Diferenças indevidas	5/541

DECISÃO

- Decisão interlocutória. Agravo de petição. Incabível.....	5/498
- Decisão monocrática. Possibilidade. Jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores	6/618

DEFESA

- Defesa. Não caracterização	5/498
------------------------------------	-------

DEMISSÃO

- Demissão por justa causa. Indenização por danos morais. Incabível.....	1/51
- Despedida motivada. Sociedade de economia mista. Possibilidade.....	2/135
- Inaptidão do empregado constatada em exame demissional. Causa de suspensão do contrato de trabalho. Nulidade da dispensa. Cabimento.....	4/360
- Pedido de demissão de empregada com mais de um ano de serviço. Ausência de assistência sindical. Comprovação de fatos ensejadores da rescisão indireta. Reversão para dispensa sem justa causa. Inteligência dos art. 477, § 1º, e 483, alíneas “d” e “e”, ambos da CLT	2/141
- Pedido de demissão. Conversão em rescisão indireta do contrato de trabalho.....	2/141
- Pedido de demissão. Nulidade. Vício de consentimento. Ônus da prova	6/649
- Pedido de demissão. Vício de consentimento. Ônus da prova	5/498
- Pedido de demissão. Vício de consentimento. Ônus da prova	1/52

DENUNCIÇÃO DA LIDE

- Denúncia da lide. Compatibilidade parcial com o processo do trabalho	2/135
--	-------

DEPÓSITO

- Atraso no depósito de diferença da indenização compensatória de 40% do FGTS. Multa do § 8º do art. 477 da CLT. Indevida..... 5/499

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

- Desconsideração da personalidade jurídica. Prosseguimento da execução na pessoa do sócio..... 2/174

DESCONTO

- Desconto. Verbas rescisórias. Empréstimo consignado..... 6/619
- Devolução de descontos. Contribuição confederativa. Existência de autorização do empregado. Indevida..... 2/160

DIFERENÇAS SALARIAIS

- Diferenças salariais decorrentes de alegada inobservância do piso profissional (art. 16, da Lei n. 7.394/1985). Técnicos em radiologia. Fixação, pela lei, em múltiplos (2) do salário-mínimo. Art. 7º, IV, da CF/1988. Indevidas..... 4/360
- Diferenças salariais decorrentes de desvio funcional. Administração pública. Hipótese não caracterizada..... 2/136
- Diferenças salariais pela conversão dos salários em URV. Município de Araraquara 6/619
- Diferenças salariais. Abonos concedidos em valores fixos por lei municipal. Reajustes em percentuais diferenciados. Prescrição. Ato único do empregador. Fluência do prazo quinquenal a partir do início da vigência da lei municipal instituidora. Prescrição total operada 2/136
- Diferenças salariais. Acumulação de funções. Princípios da proporcionalidade e da equivalência das prestações contratuais (NCC, arts. 421 e 422). Devida 1/52
- Diferenças salariais. Acumulação de funções. Princípios da proporcionalidade e da equivalência das prestações contratuais (NCC, arts. 421 e 422). Devida 2/174
- Diferenças salariais. Caráter sinalagmático do contrato de trabalho 4/374
- Diferenças salariais. Conversão dos salários em URV. Servidor público celetista. Aplicação do art. 22 da Lei n. 8.880/1994 2/136
- Diferenças salariais. Desvio de função..... 1/52
- Diferenças salariais. Desvio/acúmulo de funções. Proibição. Enriquecimento sem causa 2/136
- Diferenças salariais. Função de líder. Promessa salarial. Ausência de prova 2/136
- Diferenças salariais. Incorporação ao salário do auxílio alimentação. Servidor público enquadrado na primeira referência salarial. Indevidas 2/137
- Diferenças salariais. Índices adotados pelo ente público. Impossibilidade de alteração pelo Poder Judiciário. Indevidas..... 2/137
- Diferenças salariais. Índices diferenciados de reajuste anual..... 5/499
- Diferenças salariais. Município de Botucatu incorporação do abono concedido em valor fixo. Lei Municipal n. 307/2002. Reajuste salarial em percentual diferenciado. Violação ao art. 37, X, da CF. Devidas 3/285
- Diferenças salariais. Progressão horizontal prevista no PCCS 2002. Fundação Casa. Limitação ao início da vigência do PCCS 2006. Limites da lide 5/499
- Diferenças salariais. Progressões horizontais por antiguidade. Plano de cargos e salários. Devidas 2/137
- Diferenças salariais. Progressões horizontais por mérito. Critérios subjetivos e comparativos. Avaliação pelo empregador. Indevidas..... 2/137

- Diferenças salariais. Promoção por antiguidade. Períodos descontínuos. Somatória. Cabimento	2/136
- Diferenças salariais. Revisão geral anual com isonomia de índices. Inexistência de afronta ao art. 37, X, da CF	2/137
- Diferenças salariais. Salário profissional. Engenheiro. Lei n. 4.950-A/1966. Vinculação ao salário-mínimo. Constitucionalidade	2/137

DIREITO

- Direito de imagem. Publicação com fins comerciais. Autorização obreira. Indispensável. Indenização por danos morais devida	3/286
- Direito de imagem. Uniformes com logomarcas de outras empresas e produtos. Ausência de autorização do empregado. Indenização por danos morais devida	4/361
- Direito do Trabalho e Direito Administrativo. Administração pública. Contratação. Regime celetista. Adicional ETE. Alteração contratual lesiva. Impossibilidade	2/138
- Direito do Trabalho. Abonos concedidos por Lei Municipal em valores fixos. Incorporação. Diferenças salariais indevidas	5/500
- Direito do Trabalho. Acidente de Trabalho. Responsabilidade Civil. Ato Inseguro. Revelia. Pena de confissão	5/500
- Direito do Trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	4/361
- Direito do Trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	6/620
- Direito do Trabalho. Adicional de insalubridade. Prova pericial	5/504
- Direito do Trabalho. Adicional de remuneração. Insalubridade. Auxiliar de educação em creche. Não caracterização	6/619
- Direito do Trabalho. Alta médica previdenciária. Recusa da empresa em receber o trabalhador. Salários	6/620
- Direito do Trabalho. Auxílio alimentação. Natureza salarial. Integração ao contrato	2/139
- Direito do Trabalho. Bancário. Exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT. Ônus da prova do empregador	6/620
- Direito do Trabalho. Categoria do bancário. Jornada de Trabalho. Exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT. Ônus da prova do empregador	5/500
- Direito do Trabalho. Contrato de empreitada ou subempreitada. Responsabilidade solidária da incorporadora. CLT, art. 455. OJ n. 191 da SBDI-1 do TST	5/500
- Direito do Trabalho. Contrato de estágio. Não configuração	5/500
- Direito do Trabalho. Contrato de trabalho. Suspensão. Afastamento previdenciário. Abandono de emprego não verificado. Dano moral cabível	4/361
- Direito do Trabalho. Contrato único. Prescrição bienal	5/501
- Direito do Trabalho. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução . 6/620,	6/622
- Direito do Trabalho. Demissão por justa causa. Nulidade da sindicância administrativa. Parte incapaz. Reintegração	2/138
- Direito do Trabalho. Descanso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Pagamento em dobro	4/361
- Direito do Trabalho. Descanso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Pagamento em dobro	6/620
- Direito do Trabalho. Doença laboral. Estabilidade provisória do art. 118, da lei de benefícios. Concausa	3/286
- Direito do Trabalho. Doméstico. Legitimidade passiva. Configurada	1/53
- Direito do Trabalho. Enquadramento sindical. Empregado de financeira. Bancário	2/138
- Direito do Trabalho. Estabilidade provisória. Doença ocupacional. Período estável exaurido. Inexistência de abuso de direito. OJ n. 399 da SBDI-1 do TST	3/286

- Direito do Trabalho. Estabilidade provisória. Gestante. Indenização substitutiva. Recusa à reintegração.....	5/501
- Direito do Trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Indenização adicional. Projeção do aviso-prévio. Rescisão após a data-base da categoria. Indevida	5/501
- Direito do Trabalho. Garantia de emprego. Gestante. Estabilidade provisória. Contrato temporário. Devida.....	4/361
- Direito do Trabalho. Higiene e segurança. Pausas para descanso previstas na NR-31, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Pertinência. Aplicação analógica do art. 72 da CLT.....	2/139
- Direito do Trabalho. Higiene e segurança. Pausas para descanso previstas na NR-31, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Pertinência. Aplicação analógica do art. 72, da CLT.....	6/620
- Direito do Trabalho. Homicídio no local de trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Ausência de nexos causal ou culpa da reclamada. Indenizações indevidas	6/621
- Direito do Trabalho. Horas <i>in itinere</i> fixadas em normas coletivas. Supressão de metade do tempo real gasto no trajeto. Critério da razoabilidade	3/286
- Direito do Trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Fixação em normas coletivas. Supressão do tempo real gasto no trajeto. Critério de razoabilidade	2/138
- Direito do Trabalho. Indenização estabilitária. Doença profissional. Concausa. devida. Súmula n. 378, II, do TST	6/625
- Direito do Trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino	2/139
- Direito do Trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência	5/501
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Bancário. Exceção prevista no § 2º do art. 224 da CLT. Ônus da prova do empregador.....	5/501
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas de percurso. Limitação por norma coletiva. Critério da razoabilidade.....	4/362
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas de percurso. Limitação por norma coletiva. Critério da razoabilidade.....	5/502
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas de sobreaviso. Fornecimento de aparelho Nextel. Inexistência de restrição de liberdade de locomoção. Pagamento indevido	6/621
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Art. 62, I, da CLT. Trabalhador externo. Controle de horário. Possibilidade.....	6/621
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Desempenho de atividades diversas às de telefonista. Art. 227 da CLT. Inaplicabilidade.....	6/621
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Jornada 4x2. Diferenças devidas	6/621
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Salário por produção. Cabimento	6/622
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Vigilante. Jornada especial	5/502
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Fornecimento de transporte pela empresa. Local de difícil acesso. Presunção	5/502
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Concessão parcial ..	5/501,5/508
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Redução. Acordo coletivo. Portaria do MTE. Invalidez	5/503
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Jornada superior a seis horas diárias. Intervalo mínimo de uma hora	6/622
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Motorista carreteiro. Serviços externos. Horas extras. Cabimento	3/287

- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Professor. Intervalo intrajornada 20 minutos. Trabalho contínuo. Não descaracterização.....	3/287
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Redução do intervalo intrajornada por meio de acordo coletivo. Impossibilidade. Súmula n. 437, II, do C. TST	5/503
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Redução <i>ficta</i> da hora noturna. Prorrogação da jornada noturna. Fruição de intervalo intrajornada. Regime 12x36.....	5/503
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Semana espanhola. Ausência de acordo ou convenção coletiva. Compensação inválida. Pagamento integral.....	5/503
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Teleatendimento. NR-17. Pausas durante a jornada. Arguição de inconstitucionalidade afastada.....	5/503
- Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas.....	5/504
- Direito do Trabalho. Jornada mista. Não prevalência do labor noturno. Horas em prorrogação. Adicional noturno. Pagamento indevido.....	5/504
- Direito do Trabalho. Jornada. Trabalho externo. Rastreador operado por terceira pessoa. Possibilidade de controle de jornada	6/622
- Direito do Trabalho. Justa causa. Agressões mútuas.....	5/504
- Direito do Trabalho. Justa causa. Dano moral. Imputação de fato tipificado como crime. Configuração.....	1/53
- Direito do Trabalho. Município de Mogi Guaçu. Remuneração. Diferenças salariais devidas com base no piso salarial instituído pela Lei Federal n. 11.738/2008 aos profissionais do magistério	5/504
- Direito do Trabalho. Pausas para descanso previstas na NR-31, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Pertinência. Aplicação analógica do art. 72 da CLT	3/286
- Direito do Trabalho. PLR proporcional. Devido	5/501
- Direito do Trabalho. Prescrição arguida em recurso ordinário	4/362
- Direito do Trabalho. Prescrição total. Ocorrência	4/362
- Direito do Trabalho. Regime 12x36. Hora noturna reduzida e adicional noturno devidos	6/622
- Direito do Trabalho. Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	5/505
- Direito do Trabalho. Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	6/622
- Direito do Trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Lei Complementar Estadual n. 432/1985. Inaplicabilidade aos servidores celetistas.....	6/623
- Direito do Trabalho. Remuneração. Adicional de periculosidade. Área de risco. Atribuição rotineira. Devido.....	6/623
- Direito do Trabalho. Remuneração. Adicional de periculosidade. Vigilante. Lei n. 12.740/2012. Aplicação imediata.....	5/505
- Direito do Trabalho. Remuneração. Adicional noturno. Prorrogação da jornada noturna. Súmula n. 60, II, do C. TST	4/362
- Direito do Trabalho. Remuneração. Auxílio alimentação. Natureza indenizatória. Não integração. Lei Estadual n. 7.524/1991.....	5/505
- Direito do Trabalho. Remuneração. Equiparação salarial. Empregado público	5/505
- Direito do Trabalho. Remuneração. Gratificação de função. Supressão.....	5/505
- Direito do Trabalho. Remuneração. Gratificação especial por atividade hospitalar GEAH. Universidade de São Paulo. Indevida	4/362
- Direito do Trabalho. Remuneração. Participação em lucros e resultados. Acordo coletivo sem prazo determinado. Invalidez	5/506

- Direito do Trabalho. Remuneração. Prêmios comemorativos. Pagamento não habitual. Integrações indevidas	6/623
- Direito do Trabalho. Remuneração. Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Adicional de insalubridade. Não configuração	5/504
- Direito do Trabalho. Remuneração. Vale-transporte. Ônus da reclamada	6/623
- Direito do Trabalho. Repouso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Aplicação da OJ n. 410 do C. TST	3/287
- Direito do Trabalho. Representante comercial. Vínculo empregatício. Não configurado	6/623
- Direito do Trabalho. Rescisão contratual. Dispensa discriminatória	4/362
- Direito do Trabalho. Rescisão contratual. Seguro-desemprego. Indenização substitutiva	6/623
- Direito do Trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Art. 477 da CLT. Multa convencional. Cumulação. Possibilidade	5/506
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Culpa concorrente. Caracterização. Gradação da pena	4/362
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Ato inseguro da vítima. Inocorrência	4/363
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Ato inseguro da vítima. Inocorrência	5/506
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Culpa concorrente. Caracterização. Gradação da pena	6/624
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Queda de altura. Incapacidade laboral parcial, porém permanente. Dano moral	6/624
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho fatal. Dano moral. Indenização devida aos familiares	6/627
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trânsito fatal. Motorista carreteiro. Atividade de risco	5/506
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano material. Incapacidade laboral não verificada. Indenização reparatória descabida	6/625
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Agressão de cliente	6/624
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Assédio moral. Humilhações e cobranças por metas desmedidas	4/363
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Ausência de acessibilidade. Dificuldade do uso de banheiro e local para alimentação de empregado portador de necessidades especiais. Ofensa aos princípios da dignidade da pessoa e aos valores sociais do trabalho. Reparação devida	6/624
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Caracterização	6/625
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Cobranças excessivas	5/503
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Condições sanitárias indignas no ambiente de trabalho. NR-24. Ofensa aos princípios da dignidade da pessoa e aos valores sociais do trabalho. Reparação devida	5/506
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Dispensa discriminatória	4/363
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Doença degenerativa. Ausência de nexos causal ou concausal com o trabalho. Estabilidade e indenização indevidas	5/506
- direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Doença profissional equiparada a acidente de trabalho. Concausa comprovada	5/507
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Doença profissional equiparada a acidente de trabalho. Concausa comprovada	6/625

- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Jornada exaustiva. Motorista carreteiro. Comprometimento do convívio social adequado, do descanso e do lazer. Dano existencial.....	3/287
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Jornada exaustiva. Motorista de caminhão. Comprometimento do convívio social adequado, do descanso e do lazer. Dano existencial	6/625
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Leptospirose. Ausência de nexo causal ou concausal com o trabalho. Indenizações indevidas	5/507
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Rebaixamento funcional. Ofensa à dignidade do trabalhador	6/625
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Doença laboral. Dano moral e material. Prescrição aplicável.....	4/363
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Doença laboral. Danos materiais. Pensão mensal. Possibilidade de cumulação com o benefício previdenciário.....	5/507
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Dono da obra. OJ n. 191 do C. TST	6/625
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Prescrição. Indenização por danos morais e materiais. Acidente de trabalho. Evento anterior à Emenda Constitucional n. 45. Ação ajuizada após a referida emenda. Aplicação da prescrição civil. Regra de transição. Prazo prescricional de três anos contados da entrada em vigor do novo CC.....	5/507
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização lícita. Atividades acessórias.....	6/626
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Culpa <i>in vigilando</i> . Responsabilidade subsidiária. Cabimento	5/493
- Direito do Trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Culpa <i>in vigilando</i> . Responsabilidade subsidiária. Cabimento	6/650
- Direito do Trabalho. Responsabilidade subsidiária. Ente público. Contrato de prestação de serviços. Fiscalização. Negligência. Culpa <i>in vigilando</i>	6/626
- Direito do Trabalho. Terceirização. Administração pública. Construção de obra pública. Inaplicabilidade da OJ n. 191 do C. TST. Culpa <i>in vigilando</i> . Responsabilidade subsidiária. Cabimento	1/53
- Direito do Trabalho. Trabalhador avulso portuário. Salários do período em que não houve regular requisição. Falta de comprovação de prejuízo remuneratório. Improcedência	3/287
- Direito do Trabalho. Trabalhador rural. Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo	6/626
- Direito do trabalho. Vale-transporte. Pagamento em pecúnia. Natureza indenizatória	5/508
- Direito material. Competência material. Cargo em comissão.....	5/508
- Direito material. Depositário infiel. Configuração. Responsabilidade	4/363
- Direito material. Gratuidade da justiça. Honorários periciais prévios	5/508
- Direito material. Prescrição intercorrente. Aplicabilidade ou não. Requisitos.....	4/363
- Direito material. Prescrição. Afastamento previdenciário. Suspensão do prazo prescricional.....	5/508
- Direito processual do trabalho. Prazo de trinta dias para embargos à execução da União	4/363
- Direito Processual. Agravo de instrumento objetivando o destrancamento de recurso ordinário impetrado em mandado de segurança. Exercício de <i>jus postulandi</i> . Incabível	2/139
- Direito Processual. Embargos declaratórios. Interrupção de prazo	2/139
- Direito processual. Execução. Agravo de petição. Avaliação judicial. Fé pública. Excesso de execução inexistente.....	1/53

- Direito Processual. Execução. Descumprimento de acordo homologado. Inobservância do prazo para denunciar o inadimplemento. Quitação das parcelas. Presunção relativa 3/288
- Direito Processual. Extinção do feito sem julgamento do mérito. Condenação em honorários advocatícios. Princípio da causalidade..... 2/140
- Direito processual. Nulidade. Momento oportuno para arguição..... 5/508
- Direito processual. Preparo. Guia de depósito recursal. Número do processo e vara errôneos. Vinculação com o processo verificada. Recurso conhecido 6/627
- Direito processual. Recurso ordinário. Carência de representação processual. Não conhecimento 4/364
- Direitos individuais homogêneos. Possibilidade de serem tutelados via ação coletiva..... 4/345

DIRIGENTE

- Dirigente sindical. Garantia de emprego. Indenização substitutiva. Não cabimento..... 2/140

DISPENSA

- Dispensa arbitrária. Ato discriminatório. Empregado portador de doença grave. Esquizofrenia. Reintegração inviável em virtude das condições de trabalho. Indenização do art. 4º, inciso II, da Lei n. 9.029/1995, correspondente ao dobro da última remuneração do trabalhador..... 6/627
- Dispensa discriminatória. Doença grave. Configuração..... 5/508
- Dispensa discriminatória. Empregado com depressão. Caracterização 2/140
- Dispensa imotivada. Empregado aprovado em concurso público. Sociedade de economia mista. Motivação. Necessidade. Ausência do ato solene. Nulidade. Reintegração 1/51
- Dispensa por justa causa. Ônus da prova..... 3/288
- Dispensa sem justa causa. Vigilante. Encerramento do contrato de prestação de serviços entre as reclamadas 5/509
- Dispensa. Empregado público. Motivação. Não aplicação à Sabesp. Cumprimento ao TAC firmado perante o Ministério Público Estadual. Decisão do STF na Rcl 8.408-MC/SP 2/140

DISSÍDIO

- Dissídio de alçada. Valor da causa inferior a dois salários-mínimos. Matéria infraconstitucional. Não conhecimento 3/279
- Dissídio individual. Valor da causa inferior a dois salários-mínimos. Matéria infraconstitucional. Alçada exclusiva do juízo de origem..... 4/364

DOENÇA PROFISSIONAL

- Dignidade da pessoa humana. Doença ocupacional. Distúrbio psiquiátrico. Nexo de causalidade. Indenização devida..... 2/137
- Doença de Kienböck. Nexo técnico epidemiológico (NTEP) estabelecido e relacionado a agentes ou fatores de risco como vibrações que afetam músculos, tendões, ossos e articulações pela lista “a”, do Anexo II, do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999 (RPS). Nexo causal presumido..... 3/288
- Doença de origem ocupacional. Ausência de prova do nexo causal. Reintegração e indenização por danos morais e materiais. Descabimento 4/364
- Doença degenerativa. Agravamento. Concausa. Reparação..... 6/628
- Doença do trabalho. Inocorrência de culpa ou dolo do empregador. Ausência do dever de indenizar 4/364

- Doença do trabalho. Responsabilidade do empregador. Adoção de medidas protetivas ao empregado.....	5/509
- Doença laboral reconhecida. Indenização por dano material. Danos emergentes. Gastos com o tratamento e a manutenção da saúde. Devida.....	2/141
- Doença laboral. Danos materiais. Pensão mensal. Possibilidade de cumulação com o benefício previdenciário.....	5/506
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	3/289
- Doença ocupacional não comprovada. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de nexo causal.....	3/289
- Doença ocupacional não comprovada. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de nexo causal.....	5/509, 5/527
- Doença ocupacional. Coluna lombar. Agravamento da doença. Indenização por dano moral e material. Cabimento.....	4/364
- Doença ocupacional. Danos morais e materiais. Culpa da empregadora configurada. Indenizações devidas.....	4/364
- Doença ocupacional. Danos morais e materiais. Culpa do empregador configurada. Indenizações devidas.....	5/509
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais. Nexo causal não comprovado.....	1/54
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais. Nexo causal não comprovado.....	5/510
- Doença ocupacional. Indenização por danos morais e materiais.....	5/510
- Doença ocupacional. Marco inicial da prescrição. Data da realização da perícia. Consolidação do dano. Afastamento previdenciário sem retorno às atividades ou concessão de aposentadoria por invalidez.....	3/289
- Doença ocupacional. Marco inicial da prescrição. Data da realização da perícia. Consolidação do dano. Afastamento previdenciário sem retorno às atividades ou concessão de aposentadoria por invalidez.....	6/628
- Doença ocupacional. Não caracterização. Prova pericial. Garantia de emprego. Não cabimento.....	6/628
- Doença ocupacional. Nexo causal.....	6/628
- Doença ocupacional. Nexo concausal. Incapacidade indefinida. Indenização dos danos morais devida.....	5/510
- Doença ocupacional. Nexo concausal. Motorista. Labor com carga e descarga de caminhões.....	5/510
- Doença ocupacional. Nexo de concausa. Reconhecimento.....	2/141
- Doença ocupacional. Nexo não estabelecido. Doença degenerativa.....	6/628
- Doença ocupacional. Síndrome depressiva grau 3. Estabilidade convencional. Ausência dos requisitos ensejadores. Indevida.....	4/365
- Doença ocupacional. Tenossinovite, síndrome miofascial cervicobraquial esquerda, tendinite dos extensores dos dedos no punho esquerdo. Estabilidade convencional. Ausência dos requisitos ensejadores. Indevida.....	6/629
- Doença profissional. Caracterização. Decisão proferida nos autos da ação previdenciária. Desvinculação.....	1/54
- Doença profissional. Concausa. Indenização.....	2/141
- Doença profissional. Estabilidade acidentária. Prova pericial. Não cabimento.....	4/354

- Nexu técnico epidemiológico. Doença ocupacional. Livre convencimento motivado. Ônus da prova. Nexu técnico previdenciário. Inversão do ônus da prova. Culpa presumida 6/629
- Obreira portadora de “microadenoma na hipófese”. Dispensa pela empregadora. Doença não considerada grave. Indevida indenização compensatória e indenização por danos morais. Inteligência da Súmula n. 443 do C. TST 5/510
- Perda de audição que não se classifica como PAIR e não produz incapacidade laborativa. Não caracterização. Indenização indevida 5/510
- Repórter cinematográfico. Doença ocupacional. Coluna cervical. Atividades laborais que demandam esforço físico na área afetada. Nexu concausal. Indenização por dano moral e material. Cabimento..... 2/141

DONO DA OBRA

- Dona da obra. Incorporadora. Responsabilidade solidária..... 4/365
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Inexistência 5/511
- Dono de obra. Aplicação da OJ n. 191 do TST 3/289

ECT

- Correios. Lei de Anistia n. 8.878/1994..... 5/495
- EBCT. Empresa brasileira de correios e telégrafos. Carteiros. Limitação de percurso diário. Edital de concurso público 6/629
- ECT. Plano de Cargos e Salários. Progressão horizontal por antiguidade. Requisitos..... 4/381
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Diferenças salariais. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Prescrição parcial..... 2/137
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. ECT. Execução por precatório ou requisição de pequeno valor. Observância dos arts. 730 do CPC e 100 da CF 2/145

EMBARGOS

- Embargos à execução. Conhecimento. Aplicação subsidiária do processo comum. Art. 739-A, § 5º, do CPC. Devido processo legal e ampla defesa. Ofensa 4/365
- Embargos à execução. Decisão anterior que deixa de conhecer dos embargos à execução por falta de garantia integral do juízo. Oposição de novos embargos quando garantida integralmente a execução. Possibilidade 5/511
- Embargos à execução. Impenhorabilidade do bem de família. Tutela familiar. Matéria de ordem pública a ser conhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição 3/290
- Embargos à execução. Intempestividade. Ente público. Prazo. Contagem..... 2/141
- Embargos à execução. Intempestividade. Ocorrência 4/365
- Embargos à execução. Irregularidade de representação processual. Saneamento. Possibilidade..... 4/365
- Embargos de declaração à sentença. Interrupção do prazo recursal. Recurso ordinário. Tempestividade..... 5/511
- Embargos de declaração considerados protelatórios. Imposição de multa ao reclamado. Inadequação da medida 4/355
- Embargos de declaração meramente procrastinatórios. Causa com valor extremamente elevado. Ponderação do valor da multa de 1% sobre o valor da causa, do art. 538, parágrafo único, do CPC. Possibilidade 3/290
- Embargos de declaração. Contradições e omissões inexistentes. Rejeição 5/511
- Embargos de declaração. Litigância de má-fé 2/176
- Embargos de declaração. Prequestionamento..... 3/290

- Embargos de declaração. Rediscussão do mérito. Manifesto intuito protelatório	3/290
- Embargos de terceiro. Cabimento. Legitimidade. Ex-sócio	4/365
- Embargos de terceiro. Ex-sócio já incluído no polo passivo da execução. Meio processual inadequado.....	1/54
- Embargos de terceiro. Vendas sucessivas realizadas sobre o imóvel penhorado. Fraude à execução não reconhecida	3/290
- Embargos declaratórios equivocadamente não conhecidos. Rejeição à interrupção do prazo para outros recursos. Presença dos pressupostos extrínsecos. Impossibilidade	2/142
- Embargos declaratórios protelatórios. Litigância de má-fé.....	3/289
- Embargos protelatórios. Abuso do direito de petição. Multa devida.....	2/142
- Interrupção do prazo recursal. Embargos de declaração.....	5/532

EMPREGADO

- Empregado de empresa pública. Dispensa. Reintegração	2/142
- Empregado mensalista. Reflexos das horas extras em DSR. Verba devida.....	6/630
- Empregado público municipal. Ressarcimento de danos causados por acidente automobilístico. Nulidade do processo administrativo. Desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa	6/630
- Empregado público ocupante de cargo em comissão. Controle de jornada. Desnecessidade. Situação análoga à prevista no art. 62, II da CLT	6/630
- Empregado público. Adulteração de atestado médico. Ato de improbidade. Justa causa. Cabimento.....	5/511
- Empregado público. Aposentadoria compulsória. Aplicação do art. 40, § 1º, II, CF. Rescisão contratual automática. Inexistência de dispensa arbitrária ou sem justa causa	3/290
- Empregado público. Benefícios estatutários. Previsão de aplicação subsidiária à CLT	5/511
- Empregado público. Cargo em comissão. Exoneração. Retorno ao cargo efetivo. Invocação do princípio da irredutibilidade de vencimentos. Inadmissibilidade.....	3/291
- Empregado público. Gratificação. Pagamento baseado em lei declarada inconstitucional. Supressão. Inexistência de direito ao seu restabelecimento.....	2/142

EMPRESA

- Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia SAAE. Empresa pública. Necessidade de garantia da execução para interposição de embargos à execução	4/365
- Empresa de telecomunicação. Terceirização dos serviços. Responsabilidade subsidiária.....	2/142
- Empresa de telefonia. Lei n. 9.472/1997. Terceirização. Atividade fim. Ilegalidade	2/143
- Empresa em recuperação judicial. Execução dos créditos previdenciários. Competência da Justiça Comum.....	2/143
- Empresa em recuperação judicial. Mora rescisória. Multa do art. 477, § 8º, e 467 da CLT. Cabimento	6/631
- Empresa em recuperação judicial. Penalidades previstas nos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT. Aplicabilidade.....	6/631
- Empresa montadora de veículos. Operadores de logística. Atividade fim. Contratação fraudulenta por empresa terceirizada. Aplicação do art. 9º da CLT e Súmula n. 331, I, do C. TST. Vínculo empregatício caracterizado	5/512
- Empresa pública de economia mista que presta serviço público. Rescisão unilateral. Necessidade de motivação da dispensa. Reintegração. Possibilidade.....	5/512

- Empresas de crédito, financiamento ou investimento. Enquadramento como empregado financeiro. Jornada de trabalho. Súmula n. 55 do TST. Equiparação para efeitos de aplicação do art. 224 da CLT 1/54

ENFERMEIRO

- Enfermeira. Adicional de insalubridade em grau máximo. Contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas 4/366

ENGENHARIA

- Faculdade de engenharia química de Lorena. Sexta parte. Contagem do tempo de serviço 3/291

ENGENHEIRO

- Engenheiro. Piso salarial previsto na Lei n. 4.950-a/1966. Inaplicável ao servidor público 1/54
- Engenheiro. Salário-mínimo profissional. Servidor público. Lei n. 4.950-A/1966. Inaplicabilidade 2/143

ENQUADRAMENTO SINDICAL

- Enquadramento sindical 2/143
- Enquadramento sindical 5/512
- Enquadramento sindical dos repositores de mercadorias em supermercados 1/55
- Enquadramento sindical. Categoria profissional 6/631
- Enquadramento sindical. Local de prestação dos serviços x sede da empresa 5/512

ENTE PÚBLICO

- Ente público. Convênio. Condenação subsidiária 2/143
- Ente público. Juros de mora aplicáveis 5/516
- Ente público. Reexame necessário. Condenação inferior a 60 salários-mínimos. Não conhecimento. Aplicação no processo do trabalho. Possibilidade 5/513

ENTIDADE BENEFICENTE

- Entidades beneficentes. Isenção de contribuição previdenciária. Cota patronal 3/300

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

- Equiparação salarial 2/144
- Equiparação salarial. Diferença de perfeição técnica. Não cabimento 6/616
- Equiparação salarial. Identidade de função. Não configuração 6/656
- Equiparação salarial. Identidade funcional. Comprovação de sua ausência. Vantagem indevida 1/55
- Equiparação salarial. Ônus da prova 1/55
- Equiparação salarial. Pressupostos. Ônus da prova 5/513
- Equiparação salarial. Requisitos. Cabimento. Prova 1/63

ESTABILIDADE

- Estabilidade acidentária. Pedido apenas de indenização. Renúncia tácita não configurada 4/366

- Estabilidade acidentária. Recebimento das verbas rescisórias. Renúncia não configurada	4/366
- Estabilidade do acidentado. Afastamento previdenciário por lesão não relacionada com o trabalho. Inocorrência	5/481
- Estabilidade gestacional não demonstrada. Homologação sindical dispensada	5/536
- Estabilidade gestante. Direito à estabilidade prevista no art. 10, II, “b”, do ADCT. Indenização	3/291
- Estabilidade gestante. Parto prematuro. Natimorto. Possibilidade. Direito indisponível	4/366
- Estabilidade pré-aposentadoria	4/366
- Estabilidade pré-aposentadoria. Despedida ocorrida às vésperas da aquisição do direito. Dispensa obstativa.....	2/144
- Estabilidade pré-aposentadoria. Tempo de serviço para aposentadoria. Benefício indevido	2/144
- Estabilidade provisória no emprego (indenização pecuniária substitutiva). Comprovação de doença profissional contraída no exercício da função. Aplicação do art. 118 da Lei n. 8.213/1991 e pertinência do item II da Súmula n. 378 do TST.....	6/631
- Estabilidade provisória. Doença profissional. Doença degenerativa. Ausência do nexo causal. Rescisão contratual regular.....	2/145
- Estabilidade provisória. Indenização compensatória.....	2/151
- Estabilidade provisória. Reintegração. Reconhecimento da existência de nexo causal (concausa) entre o infortúnio (doença do trabalho) e o trabalho	2/145
- Estabilidade sindical. Limitação no número de dirigentes albergados	1/45
- Estabilidade. Acidente do trabalho. Contrato por prazo determinado. Existência	6/632

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

- Exceção de pré executividade. Manejo. Prazo.....	2/145
--	-------

EXECUÇÃO

- Aplicabilidade do art. 475-J do CPC. Procedimento de execução trabalhista. Viabilidade	6/633
- Excesso de execução.....	2/145
- Excesso de execução. Avaliação do bem constrito superior ao valor do crédito exequente. Não configurado.....	6/632
- Excesso de execução. Prova	5/498
- Excesso de penhora. Não caracterização.....	6/635
- Execução contra a Fazenda Pública municipal. Valor de requisição de pequeno valor fixado através de lei municipal posteriormente ao prazo de 180 dias fixado no § 12 do art. 97 do ADCT. Legalidade.....	4/366
- Execução de pequeno valor. Legislação municipal superveniente. Aplicação	1/55
- Execução de sentença. Crédito trabalhista. Penhora. Imóvel hipotecado. Possibilidade. Praça. Intimação do credor hipotecário. Inércia. Adjudicação. Ato perfeito e acabado. Princípio da segurança jurídica.....	5/514
- Execução em face do município. Exercício da competência residual prevista no art. 100, § 3º, da CF. Lei local. Precatório <i>versus</i> requisição de pequeno valor. Marco temporal para definição do rito. Art. 586 do CPC	4/367
- Execução fiscal. Multa administrativa por infração à legislação trabalhista. Inaplicabilidade da suspensão prescricional prevista no parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei n. 1.569/1977. Hipótese de aplicação da Súmula vinculante n. 8 do STF	6/633

- Execução fiscal. Reunião de ações. Descabimento.....	2/145
- Execução individual de sentença proferida em ação civil coletiva	2/146
- Execução individual. Ação coletiva. Liquidação única com valores já depositados. Pesquisas junto ao Bacen-Jud, a fim de localizar os dados bancários dos autores. Expedição de editais e envio de correspondência aos endereços dos substituídos.....	6/633
- Execução provisória. Penhora em dinheiro. Possibilidade.....	3/291
- Execução trabalhista. Aplicação do art. 475-J do CPC (art. 523 do novo CPC). Cumprimento da sentença. Compatibilidade com o processo do trabalho	6/633
- Execução trabalhista. Art. 475-J do CPC. Aplicabilidade	2/143
- Execução trabalhista. Prelação (direito de preferência). Aplicação do art. 711 do CPC. Cabimento. Art. 769 CLT.....	3/291
- Execução trabalhista. Procurador. Responsabilidade. Cabimento.....	6/634
- Execução. Agravo de petição. Acordo. Atraso no pagamento da penúltima parcela	4/367
- Execução. Agravo de petição. Alienação realizada pelo sócio da executada ao tempo em que não figurava no polo passivo da ação. Terceiro adquirente de boa-fé. Fraude à execução não configurada	5/514
- Execução. Agravo de petição. Embargos de terceiro. Meeira. Resguardo da meação	4/367
- Execução. Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem	5/514
- Execução. Ato atentatório à dignidade da justiça. Devedor subsidiário. Coisa julgada. Multa. Cabimento	4/368
- Execução. Atraso/falta de recolhimento das contribuições previdenciárias sobre parcelas de acordo. Multa não prevista. indevida	2/146
- Execução. Avaliação procedida por oficial de justiça. Presunção <i>juris tantum</i>	1/55
- Execução. Coisa julgada. Multa fixada na sentença de mérito. Redução. Possibilidade	4/367
- Execução. Contribuição previdenciária. Fato gerador. Caso pretérito à Lei n. 11.941/2009	4/367
- Execução. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade do sócio retirante.....	6/634
- Execução. Ente público. Precatório. Cabimento	2/146
- Execução. Excesso de penhora. Não caracterização	4/368
- Execução. Extinção. Contribuições previdenciárias. Pequeno valor. Princípio da utilidade dos atos da administração	2/146
- Execução. Extinção. Impossibilidade de cobrança do crédito. Ausência de bens do devedor. Manejo das ferramentas eletrônicas com resultados negativo. Expedição de certidão de dívida. Inércia do credor. Cabimento	4/368
- Execução. Falência. Bens do sócio. Bem de família. Impenhorabilidade. Relativização. Imóvel de alto padrão. Possibilidade dívida de pequeno valor	4/368
- Execução. Falência. Consequências.....	6/634
- Execução. Falência. Juízo universal. Consequências.....	5/514
- Execução. Impossibilidade de prosseguimento. Ausência de acervo patrimonial e financeiro do devedor. Emissão de certidão de crédito. Arquivamento do feito. Possibilidade de reativação da execução preservada. Validade.....	2/146
- Execução. Incapacidade financeira do devedor principal. Redirecionamento contra o responsável subsidiário. Possibilidade	5/514
- Execução. Massa Falida. Apuração do crédito. Exaurimento da competência da Justiça do Trabalho. Habilitação dos créditos no juízo falimentar	2/146
- Execução. Massa falida. Exaurimento da competência da Justiça do Trabalho. Transferência do produto de arrecadação para o juízo falimentar	3/292
- Execução. Penhora de bem de sócio minoritário	6/634

- Execução. Penhora <i>online</i> . Juízo garantido integralmente através de bloqueio de numerário da empresa. Despersonalização da pessoa jurídica. Desnecessidade. Insolvência não demonstrada. Exclusão de sócio do polo passivo.....	2/146
- Execução. Penhora. Veículo. Bem adquirido mediante alienação fiduciária. Possibilidade.....	4/368
- Execução. Prescrição intercorrente. Aplicabilidade ou não. Requisitos.....	4/368
- Execução. Prosseguimento. Extinção da empresa executada. Morte do sócio. Herdeiros.....	3/292
- Execução. Proventos de aposentadoria. Impenhorabilidade.....	3/292
- Execução. Recuperação judicial. Competência.....	2/147
- Execução. Redirecionamento. Devedor subsidiário.....	4/368
- Execução. Renúncia dos patronos. Ausência de notificação da parte. Nulidade processual. Não ocorrência.....	2/147
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....	4/368
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....	5/515
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....	6/634
- Execução. Reunião de processos. Cabimento. Efetividade da prestação jurisdicional. Ilegalidade. Não caracterização.....	4/369
- Execução. Reunião de processos. Mesmo devedor. Possibilidade.....	1/56
- Execução. Salário. Impenhorabilidade. Princípio da proporcionalidade. Aplicação.....	2/147
- Execução. Sócio à época da prestação dos serviços pelo empregado. Validade da constrição de valores.....	2/147
- Execução. Sócio retirante do quadro societário. Responsabilidade por dívidas trabalhistas contraídas após a retirada. Impossibilidade.....	6/634
- Execução. Sócio. Integração à lide. Despersonalização da pessoa jurídica. Cabimento.....	6/634
- Execução. Sócios. Redirecionamento.....	5/515
- Execução. Utilização de todos os convênios. Inexistência de bens da executada e dos sócios. Expedição de certidão de crédito trabalhista.....	2/148
- Execuções trabalhistas e fiscais. Devedor insolvente. Reunião. Possibilidade. Princípio da razoável duração do processo.....	2/148
- Extinção de execução previdenciária. Aplicação de portaria expedida pelo Ministério da Fazenda. Impossibilidade. Dever de ofício.....	2/148
- Inclusão de empresa sucessora no polo passivo da execução. Cerceamento do direito de defesa não configurado. Embargos de terceiro.....	4/369
- Princípio da execução menos gravosa ao devedor. Art. 620 do CPC. Aplicação restrita no processo do trabalho.....	1/56
- Reunião de execuções de ofício ou a requerimento das partes. Existência de bem penhorado. Garantia da execução. Concurso de preferência entre credores.....	6/635
- Suspensão da execução prévia à arrematação. Perda de interesse.....	1/56

FALÊNCIA

- Crédito trabalhista. Falência. Habilitação.....	5/496
- Decretação de falência. Habilitação de crédito no juízo falimentar. Não extinção da execução trabalhista. Efeitos.....	6/635
- Falência. Execução dos créditos previdenciários. Competência da Justiça Comum.....	4/356
- Falência. Juros de mora.....	2/148

FATO INCONTROVERSO

- Fatos tidos por incontroversos por ausência de impugnação específica.....	1/56
---	------

FERIADO

- Petroleiro. Feriados trabalhados. Pagamento em dobro. Não cabimento..... 4/369

FÉRIAS

- Férias. Concessão fora do prazo previsto no art. 134 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT 5/512
- Férias. Fracionamento. Excepcionalidade indemonstrada. Incidência do art. 137 da CLT 6/635
- Férias. Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. Arts. 137 e 145 da CLT 6/635
- Férias. Indenização. Imposto de Renda. Não incidência 5/515
- Férias. Pagamento extemporâneo. Desvirtuada a finalidade do instituto. Dobra devida 3/292
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida 5/515
- Férias. Parcelamento. CLT *versus* Convenção 132 da OIT. Prevalência da norma mais favorável ao empregado 6/636
- Férias. Período de gozo. Não fruição 4/355

FERROVIÁRIO

- Ferroviários. Complementação de aposentadoria. Diferenças percentuais entre as classes salariais do plano de cargos e salários..... 3/292

FGTS

- FGTS sobre salário extrafolha pago ao empregado no período abrangido pela prescrição quinquenal. Prescrição trintenária. Inteligência do art. 23, § 5º, da Lei n. 8.036/1990 e da Súmula n. 362 do C. TST 4/369
- FGTS. Ausência de depósito em alguns meses. Servidor público celetista. Município de Itanhaém. Não comprovada suspensão dos depósitos por decisão judicial. Devidos os depósitos..... 1/56
- FGTS. Prescrição 2/124
- FGTS. Prescrição trintenária. Súmula n. 362 do TST. Efeitos *ex nunc* da decisão que reduziu o prazo para quinquenal 5/515
- Parcelamento do FGTS perante o Órgão gestor. Inocorrência de renúncia ou interrupção da prescrição 5/516

FRAUDE

- Fraude 6/636
- Fraude à execução. Aquisição de imóvel no curso de reclamações trabalhistas ajuizadas contra o vendedor. Configuração. Irrelevante a possibilidade de garantia de execução pela penhora de outros bens..... 3/293
- Fraude à execução. Bem alienado antes do registro da penhora. Não comprovada má-fé do adquirente. Não configurada. Aplicação da Súmula n. 375 do C. STJ 2/148
- Fraude à execução. Partilha de bens em separação judicial quando ainda não pendente demanda contra um dos cônjuges. Não caracterização..... 2/148
- Fraude contra credores. Penhora de imóvel. Bem de família 1/56

FUNDAÇÃO

- Funcamp. Ausência de prévia aprovação em concurso público. Contrato nulo. Efeitos..... 6/603

- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Nova redação do art. 193 da CLT, dada pela Lei n. 12.740/2012	4/369
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Devido. Base de cálculo e reflexos. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo	5/516
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos empregados públicos.....	5/516
- Fundação casa. Diferenças do Plano de Cargos e Salários 2006	6/651
- Fundação Casa. Insalubridade por cuidados com os internos. Inexistência.....	3/293
- Fundação Casa. PCS 2002. Progressão funcional por merecimento. Ausência de avaliação de desempenho.....	3/293
- Fundação Casa. Progressão funcional prevista no PCCS 2002. Vigência ao tempo da contratação. Instituição de novo PCCS no curso da contratação. Regra menos favorável. Inaplicabilidade	5/516
- Fundação de direito privado. Estabilidade prevista no art. 41 da CF. Não caracterização. Ausência de direito à reintegração.....	2/145
- Fundação pertencente à Administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados	4/354
- Fundação Pública. Empregado celetista. Estágio probatório. Dispensa imotivada. Impossibilidade	2/140
- Fundunesp. Natureza jurídica. Dispensa imotivada. Reintegração. Não cabimento.....	2/167

GARANTIA DE EMPREGO

- Exaurido o prazo de garantia de emprego. Impossibilidade de reintegração. Direito à indenização.....	2/149
- Garantia convencional de emprego. Doença ocupacional constatada. Concausa	5/513
- Garantia de emprego. Dirigente sindical. Membro do Conselho Fiscal. Não cabimento	2/140
- Garantia de emprego. Norma coletiva. Pré aposentadoria. Ausência de comunicação.....	6/636
- Garantia provisória de emprego. Renúncia. Coação.....	2/148
- Garantia provisória. Indenização substitutiva. Pensão mensal. Cumulatividade. Possibilidade. Não ocorrência de <i>bis in idem</i>	2/179

GESTANTE

- Gestante. Estabilidade provisória. Art. 10, II, “b”, do ADCT. Pedido de demissão. Nulidade. Ausência de formalidade essencial prevista no art. 500 da CLT.....	4/369
- Gestante. Estabilidade provisória. Contrato de experiência. Compatibilidade. Súmula n. 244, III, do C. TST. Impossibilidade de reintegração. Direito a indenização.....	2/149
- Gestante. Estabilidade. Contratação por prazo determinado.....	5/517
- Gestante. Garantia provisória de emprego. Renúncia à estabilidade. Prova.....	5/517
- Gestante. Garantia provisória de emprego. Renúncia à reintegração. Limite do período de indenização	4/369

GORJETA

- Gorjeta ou taxa de serviço. Cobrança e repasse pela empresa. Previsão normativa. Valores fixos por estimativa	3/293
---	-------

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de produtividade. Empregado horista.....	5/533
- Gratificação especial de atividade, gratificação extra, gratificação fixa, gratificação assistência suporte saúde e gratificação geral. Supressão. Leis Complementares Estaduais n. 1055/2008 e n. 1080/2008.....	6/636
- Gratificação especial. Atividade hospitalar. Legislação estadual. Aplicação. Alcance. Princípio da legalidade	2/149
- Gratificação executiva. Alteração do coeficiente para cálculo. Inexistência de lei específica. Ilegalidade	4/370
- <i>Hiring</i> bônus. Natureza jurídica. Incidência de FGTS.....	1/42
- Incentivo financeiro adicional. Agente comunitário de saúde	2/149
- Incentivo financeiro adicional. Agente comunitário de saúde. Contratação por empresa terceirizada após a Emenda Constitucional n. 51/2006 e a Lei n. 11.350/2006. Inexistência de previsão legal. Ofensa ao art. 37, X, da CF/1988. Indevido	2/149
- Incorporação de gratificação de função. Súmula n. 372 do C. TST. Princípio da estabilidade financeira	2/149
- Parcela incentivo financeiro adicional. Devido. Portarias n. 1.350/2002 e 650/2006, do Ministério da Saúde	3/278
- Prêmio por tempo de serviço, prêmio excelente faturamento, prêmio segurança e prêmio média combustível. Pagamento com habitualidade. Natureza salarial. Integração ao salário. Inteligência do art. 457, § 1º, da CLT	2/165
- Sucen. Gratificação executiva	6/636

GRUPO ECONÔMICO

- Grupo econômico em coordenação.....	1/57
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária	2/174
- Participação societária. Caracterização de grupo econômico. Solidariedade.....	4/355

HONORÁRIOS

- Honorários	2/150
- Honorários advocatícios	6/663
- Honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. Requisitos cumulativos. Assistência pelo sindicato da categoria e miserabilidade jurídica	6/631
- Honorários advocatícios sucumbenciais. Não cabimento na Justiça do Trabalho. Necessidade presença cumulativa dos requisitos do art. 14 da Lei n. 5.584/1970. Inaplicabilidade dos arts. 389 e 404 do CC/2002. Reclamante não assistido pelo respectivo sindicato classista	2/129
- Honorários advocatícios. Advogado particular. Impossibilidade	5/513, 5/544
- Honorários advocatícios. Advogado particular. Impossibilidade.....	6/642
- Honorários advocatícios. Cabimento.....	2/137
- Honorários advocatícios. Concessão na seara trabalhista. Assistência sindical. Documento indispensável.....	2/130
- Honorários advocatícios. Justiça do trabalho	6/602
- Honorários advocatícios. Não cabimento	2/167
- Honorários advocatícios. Não cabimento	3/278
- Honorários advocatícios. Não cabimento	4/384, 4/386
- Honorários advocatícios. Não cabimento	5/494, 5/516
- Honorários advocatícios. Não cabimento	6/603, 6/649, 6/665

- Honorários advocatícios. Parcelas vincendas. Aplicação do art. 260 do CPC.....	6/637
- Honorários advocatícios. Pedidos não decorrentes de relação de emprego. Devidos	2/134
- Honorários advocatícios. Princípio da reparação integral. Descumprimento da obrigação. Arts. 389, 395 e 404 do CC. Aplicação ao processo do trabalho	4/370
- Honorários advocatícios. Processo do trabalho. Exigência de requisitos legais e específicos. Inaplicabilidade dos arts. 389 e 404 do Código Civil. Indevidos. Inteligência dos arts. 14 e 16 da Lei n. 5.584/1970 e Súmulas n. 219 e 329 do C. TST.....	6/637
- Honorários advocatícios. Requisitos da Lei n. 5.584/1970 não preenchidos.....	5/500
- Honorários advocatícios. Requisitos para concessão.....	5/517
- Honorários periciais a cargo do reclamante, beneficiário da justiça gratuita. Restituição do valor dos honorários prévios depositados pela reclamada. Não cabimento	2/164
- Honorários periciais prévios. Restituição.....	5/481
- Honorários periciais. Fixação. Observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade	5/517
- Justiça do Trabalho. Honorários advocatícios contratuais. Incompetência material	2/158

HORAS

- Diferenças de horas extras. Ônus da prova do reclamante	2/150
- Diferenças de horas extras. Tempo despendido entre a portaria da empresa e os locais de anotação de ponto e minutos residuais anotados nos controles de jornada. Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT e Súmula n. 429 do C. TST	2/135
- Honda Automóveis do Brasil Ltda. Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador.....	5/522
- Hora extra. Redução da hora noturna. Jornada contratual mista. Indevida	6/637
- Horas extras e reflexos decorrentes do desrespeito ao intervalo interjornadas.....	5/531
- Horas extras e reflexos. Minutos residuais.....	6/649
- Horas extras fixas estipuladas em norma coletiva. Atividade externa. Possibilidade do controle de jornada	1/57
- Horas extras habituais. Jornada de trabalho exaustiva.....	2/150
- Horas extras laboradas em domingos. Folga compensatória Concedida. remuneração dobrada indevida. Inteligência do art. 9º da Lei n. 605/1949 e da Súmula n. 146 do C. TST	5/517
- Horas extras por sobrejornada. Acordo individual de compensação. Validade. Respeito ao módulo semanal de 44hs. Diferenças postuladas indevidas.....	2/150
- Horas extras por suposto descumprimento dos intervalos intrajornadas e intervalos entrejornadas. Indevidas. Transporte urbano rodoviário. Motoristas e cobradores: “dupla pegada”. Fracionamento da jornada em 2 turnos. Peculiaridade do transporte coletivo terrestre de passageiros. Acordos coletivos de trabalho, que asseguram intervalo intrajornada superior a 2 horas, até o máximo de 7 horas; e intervalo entrejornadas de, no mínimo, 8 horas de descanso.....	4/370
- Horas extras. Acordo coletivo para compensação de “dias ponte”. Labor nos dias destinados à compensação. Invalidez.....	2/156
- Horas extras. Acordo tácito de compensação. Validade	2/150
- Horas extras. Atividades de telemarketing. Jornada reduzida.....	6/637
- Horas extras. Auxiliar de entrega. Trabalho externo. Controle indireto do horário de trabalho.....	6/638
- Horas extras. Bancário. Cargo de confiança. Não comprovação. Art. 224, <i>caput</i> , da CLT	3/304
- Horas extras. Base de cálculo. Adicional noturno. Inclusão	6/607

- Horas extras. Cargo de confiança. Gerente de departamento. Enquadramento indevido no art. 62, II, da CLT. Horas extras devidas	6/638
- Horas extras. Cargo de confiança. Subgerente. Enquadramento indevido no art. 62, II, da CLT. Horas extras devidas	2/151
- Horas extras. Cartões de ponto incorretos. Pagamento extrafolha. Inexistência de quitação	2/128
- Horas extras. Cartões de ponto juntados aos autos. Ônus da prova	2/152
- Horas extras. Cartões ponto. Anotações de horários variáveis. Validade. Ônus da prova	6/647
- Horas extras. Diferenças. Fato constitutivo do direito. Ônus da prova	2/136, 2/164
- Horas extras. Existência de acordo tácito para compensação de jornada de trabalho. Banco de horas, cuja compensação pode se dar em até um ano, de acordo com a Lei n. 9.601/1998	2/144
- Horas extras. Função de confiança descaracterizada	6/638
- Horas extras. Intervalo interjornada. Pagamento cumulado. Não configuração de <i>bis in idem</i>	5/518
- Horas extras. Jogador de futebol. Concentração e viagens para a disputa de jogos. Legislação especial. Atividades normais e preparatórias do atleta. Indevidas	3/294
- Horas extras. Jornada absurda. Necessidade de comprovação robusta, que inexistiu. Indeferidas	6/638
- Horas extras. Jornada de trabalho. Fixação. Princípio da razoabilidade. Diários de bordo. Primazia da realidade do desenvolvimento do pacto laboral	1/57
- Horas extras. Jornada de trabalho. Prova. Fixação. Razoabilidade	2/140
- Horas extras. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada de trabalho contratual. Improcedência	2/151
- Horas extras. Pausas previstas na NR-31 do MTb. Rurícola. Aplicação analógica do art. 72 da CLT	3/294
- Horas extras. Prova documental da jornada. Sonegação em juízo. Inversão do ônus probatório. Presunção favorável à pretensão obreira	1/57
- Horas extras. Reflexos em DSR. Previsão normativa. <i>Bis in idem</i>	1/58
- Horas extras. Regime 12x36	2/151
- Horas extras. Tempo à disposição do empregador. Troca de uniforme. Devidas	2/118, 2/151
- Horas extras. Tempo à disposição entre o registro do ponto e o início efetivo do trabalho	6/638
- Horas extras. Tempo à disposição. Ingresso na portaria e troca de uniformes	6/638
- Horas extras. Tempo de deslocamento da portaria ao local de registro de ponto. Indevidas	2/151
- Horas extras. Trabalho externo. Comprovada a possibilidade de controle de jornada e o sobrelabor. Inaplicabilidade do art. 62, I da CLT. Devidas	3/304
- Horas extras. Trabalho externo. Comprovada a possibilidade de controle de jornada e o sobrelabor. Inaplicabilidade do art. 62, I, da CLT. Devidas	4/371
- Horas extras. Turno ininterrupto de revezamento. Caracterização	3/294
- Horas extras. Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada. Negociação coletiva. Ausência de contrapartida. Invalidez	2/117
- Horas extras. Variação na marcação dos horários de entrada e saída. Previsão em norma coletiva. Não cabimento. Limite máximo legal de dez minutos (CLT, art. 58, § 1º)	5/518
- Horas noturnas em prorrogação. Limitação por norma coletiva. Invalidez. Norma de proteção da saúde física e psicológica do trabalhador. Art. 7º, IX, da CRFB/1988 e art. 73 da CLT	3/293

- Minutos que antecedem e sucedem a jornada contratual de trabalho. Registro nos cartões de ponto. Tempo à disposição do empregador.....	5/523
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	1/57
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	5/523
- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	6/638
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas.....	4/371
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas.....	5/524
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas.....	6/639
- Reflexos das horas extras nos descansos semanais remunerados. Pactuação coletiva: percentual de 16,667%. Simplificação da administração do pagamento	4/371
- Tempo à disposição do empregador. Ônus da prova	2/152
- Tempo à disposição. Minutos que antecedem e sucedem a jornada registrada. Atividades realizadas na sede da empresa	5/524
- Tempo à disposição. Rural. Período de espera ao final da jornada	2/153
- Supressão de horas extras. Indenização inaplicável.....	4/371

HORAS IN ITINERE

- Horas <i>in itinere</i> . Ausência de transporte público regular	1/59
- Horas <i>in itinere</i> . Caracterização. Incompatibilidade de horários do transporte público.....	2/151
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação da base de cálculo em norma coletiva.....	2/152
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação em norma coletiva. Disparidade do tempo real. Invalidez	5/518
- Horas <i>in itinere</i> . Não ocorrência	2/152
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva.....	2/118
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva.....	3/294
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva.....	4/374
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva. Previsão de tempo médio de percurso. Validade	6/639
- Horas <i>in itinere</i> . Requisitos.....	5/518
- Horas <i>in itinere</i> . Supressão ou redução drástica de direito em instrumento normativo. Impossibilidade	6/639
- Horas <i>in itinere</i> . Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova. Ônus do empregador	6/639
- Incompatibilidade de horário do transporte público. Horas <i>in itinere</i> devidas	1/57
- Local de fácil acesso. Falta de transporte público regular em parte do dia. Direito do trabalhador ao recebimento de horas de percurso.....	2/152

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA

- Impossibilidade jurídica do pedido. Sociedade de economia mista. Equiparação salarial. Não configuração	1/58
---	------

IMPOSTO

- Imposto de Renda. Juros de mora. Não incidência.....	5/519
- Imposto de Renda. Lei n. 12.350/2010 e IN RFB n. 1.127/2011. Forma de cálculo	6/607
- Imposto de Renda. Portador de doença grave. Verbas decorrentes do trabalho prestado durante o pacto laboral. Isenção indevida.....	3/294

IMPROBIDADE

- Ato de improbidade. Apuração de falta grave por meio de inquérito. Justa causa aplicada. Ausência de imediatidade que não caracteriza perdão tácito..... 4/371

INCOMPETÊNCIA

- Conselheiro tutelar. Relação jurídico-administrativa. Incompetência absoluta da Justiça do Trabalho..... 2/158
- Incompetência absoluta. ADI 3.395. Dever de estrita observância. *Leading cases* do STF. Servidor público ocupante de cargo em comissão. Anotação na CTPS. Erro material. Relação jurídico-administrativa..... 6/639
- Incompetência da Justiça do Trabalho. Contribuições previdenciárias. Repasse da incidência desse recolhimento sobre diversas verbas trabalhistas, ao Funcef (plano de previdência privada), como componente da base de cálculo desse benefício. Indevido 6/640
- Incompetência da Justiça do Trabalho. Município de Cruzeiro. Regime celetista..... 2/158
- Justiça do Trabalho. Incompetência material. Exercício de cargo em caráter emergencial. Relação jurídico-administrativa 2/158

INDENIZAÇÃO

- Dosimetria das indenizações decorrentes de doença ou acidente do trabalho. Reparação profissional sem previsão na tabela SUSEP..... 5/538
- Equívoco patronal no cadastro do PIS. Recebimento de seguro-desemprego postergado. Indenização por danos morais. Descabimento..... 5/496
- Indenização de danos materiais. Pensão vitalícia. Acidente de trabalho. Trajeto. Inexistência de culpabilidade da ex-empregadora. Não-caracterização da responsabilidade subjetiva 1/58
- Indenização dos danos morais. Pedido de demissão com vício de consentimento. Coação 5/497
- Indenização estabilitária. Acidente do trabalho x doença comum: dor abdominal e pélvica. Ausência de relação entre a doença que provocou o afastamento e o acidente do trabalho 2/153
- Indenização pela perda de uma chance. Rearbitramento do valor conforme probabilidade de ascensão profissional..... 4/372
- Indenização por dano à moral. Limitação de valor. Impossibilidade. Inconstitucionalidade da Lei de Imprensa e do Código Brasileiro de Telecomunicações 2/179
- Indenização por dano moral. Assédio moral não configurado..... 3/303
- Indenização por dano moral. Cobrança de metas sob ameaça de demissão. Indenização devida..... 3/278
- Indenização por dano moral. Descabimento. Comprovação de um singelo episódio de tratamento inadequado por superior hierárquico..... 4/372
- Indenização por dano moral. Prova do assédio sofrido no ambiente laboral..... 5/485
- Indenização por dano moral. Prova do assédio sofrido no ambiente laboral..... 6/618
- Indenização por dano moral. Retenção da CTPS. Ausência de comprovação de efetivo dano ou existência de culpa ou dolo da empregadora. indevida. Interpretação do art. 52 da CLT 2/153
- Indenização por dano social. Indenização por dano processual. Condenação de ofício. Julgamento *ultra e extra petita*..... 4/372
- Indenização por danos materiais e morais. Doença ocupacional. Equiparação a acidente de trabalho. Nexos concausal. Indenização devida..... 4/372

- Indenização por danos materiais e morais. Doença ocupacional. Equiparação a acidente de trabalho. Nexo concausal. Indenização devida.....	5/497
- Indenização por danos morais.....	2/148
- Indenização por danos morais e materiais. Doença ocupacional. Ausência de prova da culpa da empregadora.....	2/153
- Indenização por danos morais e materiais. Seguro de vida. Compensação ou dedução. Impossibilidade	2/153
- Indenização por danos morais. Acidente de trabalho. Culpa da empregadora.....	5/497
- Indenização por danos morais. Ausência de pagamento de verbas trabalhistas. Possibilidade.....	5/497
- Indenização por danos morais. Ausência de pagamento de verbas trabalhistas. Possibilidade.....	6/618
- Indenização por danos morais. Ausência de prova de fato que demonstra ofensa aos direitos da personalidade. Inviabilidade.....	1/58
- Indenização por danos morais. Ausência de prova. Não configuração.....	5/497
- Indenização por danos morais. Condição humilhante e constrangedora. Devida	2/154
- Indenização por danos morais. Configuração do ato ilícito do agente. Demonização da vítima	5/538
- Indenização por danos morais. Contrato de experiência. Encerramento antecipado. Possibilidade legal. Indevida	2/154
- Indenização por danos morais. Desrespeito à dignidade do trabalhador como pessoa humana. Devida	2/154
- Indenização por danos morais. Dispensa por justa causa. Atos de improbidade não demonstrados. Prejuízos de ordem moral presumidos	5/498
- Indenização por danos morais. Empregada vítima de extorsão mediante sequestro que culminou em estresse pós-traumático. Majoração do valor	4/372
- Indenização por danos morais. Fixação do <i>quantum</i> indenizatório. Razoabilidade.....	3/295
- Indenização por danos morais. Frustração à promessa de emprego. Descompasso com o princípio da boa-fé objetiva.....	6/618
- Indenização por danos morais. Ilícito civil	2/154
- Indenização por danos morais. Ilícito trabalhista.....	4/373
- Indenização por danos morais. Labor em sobrejornada. Devido	6/618
- Indenização por danos morais. Não recebimento de salários.....	4/373
- Indenização por danos morais. Omissão temporária do empregador em adotar providências para afastar o contato da empregada com fator alergênico. Devida.....	4/373
- Indenização por danos morais. Prática de ato ilícito pelo empregador. Devida.....	3/295
- Indenização por danos morais. Publicidade indevida de fatos relacionados ao trabalhador. Devida.....	2/154
- Indenizações por danos morais e materiais. Doença relacionada ao trabalho. Devidas.....	2/154
- Indenizações por doença ocupacional. Nexo concausal com atividades laborais. Não comprovado. Indevidas	1/58
- Integração de benefício convencional na base de cálculo de indenização estabilitária. Limitação ao período de concessão previsto na norma coletiva em execução, ainda que a sentença não tenha sido expressa. Possibilidade. Inovação ou modificação da sentença liquidanda não configurada	5/519
- Furto de veículo. Estacionamento cedido pela empresa. Indenização por dano material e moral. Cabimento.....	5/522

I LEGITIMIDADE

- Extinção do feito sem resolução do mérito. Ilegitimidade passiva. Emenda à inicial. Desnecessidade de determinação 2/153
- Ilegitimidade de parte. Polo passivo. Arguição por quem foi indicado na inicial como devedor da tutela postulada. Preliminar rejeitada 5/494, 5/518

INICIAL

- Inépcia da inicial 6/640
- Pedido inicial. Inépcia. Configuração 5/513
- Pedido inicial. Inépcia. Não configuração 2/164

INSALUBRIDADE

- Equipamento de proteção individual. Ausência de certificado de aprovação do MTE. Insalubridade. Caracterização 2/154
- Insalubridade. Caracterização. Análise quantitativa. Agente ruído 1/59
- Insalubridade. Fornecimento de EPI sem certificado de aprovação. Adicional devido 4/373
- Pedreiro. Insalubridade por manuseio de cimento. Indevida 3/298

INSTRUMENTO PARTICULAR

- Instrumento particular de compra e venda. Efeito perante terceiros de sua apresentação em juízo. Ausentes outros indícios da posse efetiva sobre o bem. Aplicação do art. 221 do CC 6/641

INTERVALO

- Higiene e segurança. Pausas para descanso previstas na NR-31, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Pertinência. Aplicação analógica do art. 72, da CLT 6/626
- Intervalo do art. 253 da CLT. Ambiente artificialmente refrigerado 6/641
- Intervalo do art. 253 da CLT. Recuperação térmica. Ambientes artificialmente frios 5/520
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicabilidade ao trabalhador do sexo masculino. Impossibilidade 5/520
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação aos empregados do sexo masculino. Possibilidade 5/491
- Intervalo entrejornadas. Horas extras. Peça inaugural: estabelece os limites da lide. Inadmissível a inovação processual feita em réplica 4/376
- intervalo interjornadas. Art. 66 da CLT. Desrespeito. Pagamento das horas suprimidas como extras 4/373
- Intervalo interjornadas. Horas extras 5/536
- Intervalo intrajornada de 15 minutos. Compensação ao final da jornada. Não atendimento aos objetivos da lei. Equivalência à supressão do intervalo. Pagamento de horas extras devido 4/374
- Intervalo intrajornada reduzido. Existência de portaria ministerial autorizadora. Labor habitual em regime de sobrejornada. Invalidez 2/155
- Intervalo intrajornada violado. Adicional de 60% previsto em convenção coletiva 4/374
- Intervalo intrajornada. Adicional mais vantajoso para as horas extras 6/641
- Intervalo intrajornada. Ausência de autorização específica do Ministério do Trabalho e Emprego 5/485

- Intervalo intrajornada. Concessão apenas parcial. Devida a remuneração por todo o período, não apenas dos minutos faltantes.....	4/373
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento do período total.....	2/155
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento do período total.....	5/520
- Intervalo intrajornada. Cumprimento integral. Norma de ordem pública. Súmula n. 437 do TST.....	4/374
- Intervalo intrajornada. Exclusão do tempo razoável gasto no deslocamento até o refeitório e com a higiene pessoal. Impossibilidade.....	6/641
- Intervalo intrajornada. Ferroviários. Categoria “c”. Aplicável o art. 71 e parágrafos da CLT.....	6/641
- Intervalo intrajornada. Fruição parcial. Pagamento integral. Súmula n. 437 do C. TST.....	1/59
- Intervalo intrajornada. Jornada superior a seis horas diárias. Intervalo mínimo de uma hora.....	5/502
- Intervalo intrajornada. Longo percurso até o refeitório.....	1/59
- Intervalo intrajornada. Pagamento integral e natureza salarial.....	5/524
- Intervalo intrajornada. Portaria n. 42/2007 do Ministério do Trabalho e Emprego.....	5/520
- Intervalo intrajornada. Pré-assinalação nos cartões de ponto. Ausência de prova de supressão. Improcedência do pleito de pagamento de uma hora. Inteligência do art. 74, § 2º, da CLT.....	2/155
- Intervalo intrajornada. Redução mediante norma coletiva. Ausência de autorização específica do Ministério do Trabalho e Emprego.....	2/155
- Intervalo intrajornada. Redução mediante norma coletiva. Ausência de autorização específica do Ministério do Trabalho e Emprego.....	3/295
- Intervalo intrajornada. Redução mediante norma coletiva. Invalidez. Súmula n. 437, II, do C. TST. Devidas horas extras e reflexos.....	2/155
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidez.....	2/156
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidez.....	5/520
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidez.....	1/59
- Intervalo intrajornada. Redução. Acordo coletivo. Nulidade. Ilegalidade da Portaria n. 42/2007 do MTE. Pagamento integral de 1 hora.....	3/295
- Intervalo intrajornada. Redução. Incompatibilidade com regime de sobrejornada. Acordo coletivo. Invalidez. Direito de ordem pública infenso à negociação coletiva ou compensação. Invalidez da Portaria n. 42/2007 do MTE. Pagamento integral.....	4/374
- Intervalo intrajornada. Redução. Inteligência da Súmula n. 437 do C. TST.....	6/638, 6/641
- Intervalo intrajornada. Redução. Norma coletiva. Invalidez.....	6/639, 6/642
- Intervalo intrajornada. Serviços externos.....	5/530
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial ou total. Pagamento integral.....	6/630
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Devido pagamento do período integral.....	2/156
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Não comprovação.....	4/374
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento do período total. Súmula n. 437 do TST.....	2/143
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento integral.....	2/152, 2/155
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento integral.....	5/520, 5/521
- Intervalo intrajornada. Supressão total ou parcial.....	5/521
- Intervalo intrajornada. Supressão total ou parcial.....	6/642
- Intervalo intrajornada. Supressão. Efeitos na jornada de trabalho.....	4/374
- Intervalo intrajornada. Supressão. Efeitos na jornada de trabalho.....	5/521
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento.....	6/651
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos.....	4/386

- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos	5/536
- Intervalo intrajornada. Supressão. Reparação	5/521
- Intervalo intrajornada. Supressão. Serviços externos. Prova.....	6/642
- Intervalo intrajornada. Trabalho externo. Ausência de controle pela reclamada. Pré-assinalação nos cartões de ponto. Improcedência.....	1/59
- Intervalo intrajornada. Trabalho externo. Ausência de controle pela reclamada. Pré-assinalação nos cartões de ponto. Improcedência.....	5/521
- Intervalo para mulher, de, no mínimo, 15 minutos, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho, ao término do expediente, antes do início do período extraordinário. Art. 384 da CLT. Incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista, no TST (2008). Recurso Extraordinário 658.312, relator Min. Dias Toffoli (novembro de 2014)	4/383
- Intervalo para recuperação térmica previsto no art. 253 da CLT. Ambiente artificialmente frio.....	5/524
- Intervalo para recuperação térmica previsto no art. 253 da CLT. Labor em ambiente artificialmente frio. Devido	2/151
- Intervalo para repouso e alimentação. Redução. Norma coletiva. Invalidez.....	5/522
- Intervalo previsto no art. 253 da CLT para recuperação térmica da empregada. Ambiente artificialmente frio. Aplicação. Inteligência da Súmula n. 438 do C. TST	4/375
- Intervalos de 35 horas. Recurso não conhecido por ausência de interesse	6/642
- Intervalos intermitentes previstos pela NR-15, Anexo n. 3, Quadros 1 e 3, violação a norma de ordem pública destinada à proteção da saúde e higidez do empregado. Tempo de descanso trabalhado passível de remuneração como horas extras.....	6/642
- Intervalos intrajornada suprimidos parcialmente. Pagamento apenas da parte não gozada, pena do <i>bis in idem</i> e do enriquecimento sem causa	4/383
- Trabalho da mulher. Intervalo previsto no art. 384 da CLT	6/663
- Trabalho da mulher. Prorrogação da jornada. Intervalo obrigatório	5/544

INTERVENÇÃO

- Intervenção de Município em entidade hospitalar. Ausência de sucessão de empregadores. Responsabilidade solidária afastada com outorga de responsabilidade subsidiária em face de falha administrativa praticada pelo interventor. Inteligência do inciso III do art. 932 do Código Civil	5/522
- Intervenção de Município em Santa Casa. Não configuração de sucessão trabalhista. Ausência de responsabilidade do interventor.....	6/643
- Intervenção do Poder público (município de Itápolis) em serviço público hospitalar (Santa Casa e maternidade). Inexistência de sucessão trabalhista, nem de responsabilidade solidária	4/375
- Intervenção. Não configuração de sucessão trabalhista. Ausência de responsabilidade do interventor.....	5/522

JORNADA

- Controle de jornada. Trabalho externo. Possibilidade	6/663
- Controles de ponto. Jornada de trabalho invariável. Presunção de veracidade da jornada indicada na inicial	5/522
- Jornada 12x36. Horas extras habituais. Descaracterização. Súmula n. 85 do TST	2/157
- Jornada 12x36. Regime especial. Intervalo intrajornada. Vigilante. Indevido	2/181
- Jornada de trabalho de 12x36. Hora noturna reduzida	5/523
- Jornada de trabalho. Horas extras. Escalas de 12 horas. Vigilante. Compensação irregular.....	6/644

- Jornada de trabalho. Horas extras. Prevalência dos documentos	5/523
- Jornada de trabalho. Horas in itinere fixadas em normas coletivas. Supressão de parte do tempo real gasto no trajeto. Critério de razoabilidade.....	6/626
- Jornada de trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência.....	5/502
- Jornada de trabalho. Prova. Ônus da. Controles não assinados. Valor	2/157
- Jornada de trabalho. Tempo à disposição. Troca de uniforme e EPIs	6/626
- Jornada dos professores. Desrespeito à proporção entre atividades realizadas em sala de aula e extraclasse. Horas extraordinárias devidas	6/644
- Jornada especial. Redução <i>ficta</i> da hora noturna	2/157
- Jornada mista. Horas diurnas em prorrogação ao labor noturno. Adicional noturno devido	4/375
- Jornada trabalhada. Horas extras	3/295
- Jornada. Cômputo dos minutos residuais e do tempo de percurso interno	5/523
- Operador de <i>telemarketing</i> . Jornada prevista no art. 227 da CLT.....	6/632
- Regime 12 X 36. Jornada noturna reduzida	6/644
- Regime especial de compensação. Escala 12x36. Previsão em norma coletiva. Validade	2/157
- Semana espanhola pactuada por acordo individual. Não validade.....	6/644

JORNALISTA

- Jornalista. Produção de textos para subsidiar matérias de revistas editadas pela ré. Trabalho intelectual e <i>home office</i> (em domicílio)	3/295
- Reconhecimento da função de Jornalista. Horas extras. Empresa não jornalística.....	2/157

JULGAMENTO

- Julgamento <i>extra petita</i> . Caracterização	5/530
- Julgamento <i>ultra petita</i> . Nulidade da sentença. Não configuração	4/375

JUROS

- Juros de mora e correção monetária. Termo final	1/46
- Juros de mora. Ente público	2/161
- Juros de mora. Ente público	1/59
- Juros de mora. Fazenda Pública	5/525
- Juros de mora. Fazenda Pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Aplicação.....	6/644
- Juros de mora. Fazenda Pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Redação conferida pela Lei n. 11.960/2009	5/516
- Juros de mora. Incidência sobre principal corrigido. Exclusão dos valores referentes à contribuição previdenciária	2/158
- Juros de mora. Indenização por perdas e danos. Incabível a integração na base de cálculo do imposto de renda. Inteligência do art. 404 do CC	6/607
- Juros de mora. Massa falida.....	3/296
- Juros de mora. Massa falida. Devidos se ativo apurado suportar tal pagamento. Inteligência do art. 124 da Lei 11.101/2005.....	6/644
- Juros de mora. Natureza indenizatória. Não incidência de Imposto de Renda.....	2/158
- Juros de mora. RFFSA. Sucessão. Fazenda Pública. Art. 1º-F DA Lei n. 9.494/1997. Aplicação limitada ao período posterior à sucessão	3/296

JUSTA CAUSA

- Dependente químico. Dispensa por justa causa inválida. Reintegração devida 3/296
- Despedida por justa causa. Disciplina da lei trabalhista..... 4/375
- Justa causa não configurada. Indenização por danos morais..... 4/376
- Justa causa..... 1/60
- Justa causa. Abandono de emprego. Prova robusta necessária 6/645
- Justa causa. Abandono de emprego. Reversão..... 6/645
- Justa causa. Agressão física no local de trabalho. Legítima defesa demonstrada 4/376
- Justa causa. Agressão física. Art. 482, “k”, da CLT 4/376
- Justa causa. Art. 482, “l”, da CLT. Abandono de emprego configurado 6/645
- Justa causa. Ato de concorrência à empregadora. Quebra de confiança caracterizada 2/158
- Justa causa. Ausências injustificadas. Configuração. Desídia 6/645
- Justa causa. Concorrência desleal. Ato grave que motiva a dispensa. Desnecessária prova do efetivo prejuízo 1/60
- Justa causa. Mau procedimento..... 1/60
- Justa causa. Pedido de sua reversão. Indevido. Faltas injustificadas. Abandono de emprego. Improcedência da ação 4/376
- Justa causa. Presença de elementos probatórios convincentes. Caracterização..... 1/60
- Justa causa. Relevância da falta grave e prova eficaz..... 5/525
- Justa causa. Reversão. Respeito ao princípio da imediatidade 6/645
- Reincidência em faltas injustificadas. Desídia. Justa causa configurada..... 6/646

LAUDO PERICIAL

- Laudo pericial. Impugnação. Assistência técnica 3/296
- Laudo pericial. Impugnação. Assistência técnica 5/525, 5/526
- Laudo pericial. Impugnação. Assistência técnica 6/604

LEGITIMIDADE

- Legitimidade ativa do sindicato. Substituto processual. Direitos individuais homogêneos 4/376
- Legitimidade passiva *ad causam*. Verificação em abstrato. Teoria da asserção..... 4/376

LEGISLAÇÃO

- Lei Complementar Estadual n. 1.080/2008. Gratificações. Supressão. Inexistência de prejuízo. Reclassificação de vencimentos. Aumento do valor da remuneração e da gratificação executiva. Alteração contratual lesiva não configurada 4/377
- Lei Complementar Estadual n. 1.080/2008. Instituição de plano geral de cargos, vencimentos e salários aos servidores do Estado de São Paulo. Supressão de gratificações. Compensação financeira. Ausência de prejuízo 5/526
- Lei Complementar n. 1.080/2008. Instituição de novo plano de cargos e salários. Gratificações suprimidas ou incorporadas ao salário. Ausência de prejuízo. Superintendência de Controle de Endemias SUCEN..... 5/526
- Lei Complementar n. 1.157/2011 do Estado de São Paulo. Gratificação especial de atividade e gratificação geral. Supressão. Não configuração..... 2/159
- Legislação municipal. Alterações. Restrição a direitos. Inaplicabilidade. Contratos de trabalho vigentes 2/136
- Lei n. 11.738/2008. Professores de educação básica. Observância imposta ao município quanto ao piso salarial nacional 4/377

- Lei n. 12.619/2012. Art. 235 da CLT	4/377
- Lei n. 12.740/2012. Vigia. Segurança patrimonial. Adicional de periculosidade devido.....	3/288
- Revogação de lei. Efeito repristinatório indesejado.....	2/159

LICENÇA

- Concessão de licença não remunerada. Ato administrativo discricionário. Ausência de ilegalidade.....	5/526
- Licença-prêmio e gratificação “sexta parte” Município de Rio Claro. Servidor regido pela CLT. Indevida a vantagem	1/60
- Licença-prêmio. Art. 209 da Lei Estadual n. 10.261/1968. Servidores públicos estaduais celetistas. Inaplicável. Inteligência do art. 3º da Lei Estadual n. 10.261/1968.....	4/377
- Licença-prêmio. Município de Capão Bonito. Verba devida	2/159
- Licença-prêmio. Prescrição. Município de Álvares Machado	5/526
- Quinquênio e licença-prêmio. Declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 2.373/2005. Repristinação da Lei Municipal n. 1.200/1978.....	6/654

LICENÇA-MATERNIDADE

- Prorrogação da licença-maternidade. Lei n. 11.770/2008. Aplicabilidade a partir da adesão do empregador ao “programa empresa cidadã”. Empregada em gozo do benefício no momento da ausência empresarial. Impossibilidade de aplicação. Interpretação restritiva	1/60
---	------

LIDE TEMERÁRIA

- Lide temerária. Abuso do direito de defesa	5/521
- Lide temerária. Abuso do direito de defesa	5/521, 5/527

LIQUIDAÇÃO

- Apresentação de cálculos. Sentença de homologação. Acordo. Não conhecimento de impugnação aos cálculos	1/61
- Impugnação à sentença de liquidação. Prazo para apresentação.....	6/646
- Insurgência quanto à sentença de liquidação. Medida processual aplicável quando a matéria já foi apreciada na homologação de cálculos. Cabimento	6/646
- Liquidação de sentença. Apuração de valores inferiores aos deferidos. Retificação necessária. Aplicação do art. 879, § 1º da CLT.....	2/159
- Liquidação. Impugnação. Cerceamento de defesa. Não caracterização	6/646
- Sentença de liquidação. Observância à coisa julgada. Obrigatoriedade	2/159

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Abuso do direito de defesa. Litigância de má-fé caracterizada	4/360
- Litigância de má-fé configurada. Indeferimento dos benefícios da justiça gratuita. Deserção do apelo.....	6/646
- Litigância de má-fé. Alteração da verdade dos fatos. Abuso do direito de ação	1/45
- Litigância de má-fé. Aplicação da penalidade. Condição de tomadora de serviços negada.....	5/527
- Litigância de má-fé. Caracterização. Art. 17, incisos II e III, do CPC. Incidência	2/127
- Litigância de má-fé. Causas de pedir contraditórias em ações distintas.....	5/527
- Litigância de má-fé. Multa devida aos cofres públicos. Movimentação indevida da máquina judiciária. Abuso de petição	1/61

- Litigância de má-fé. Ofensa ao disposto no art. 14, II e III, do CPC. Configurada. Art. 17, I e II, do CPC..... 2/159
- Tese recursal contrária à prova produzida pelo próprio recorrente. Litigância de má-fé..... 5/498
- Verdade dos fatos alterada pela parte. Multa por litigância de má-fé..... 1/61

LITISCONSÓRCIO

- Litisconsórcio necessário. Enquadramento sindical e aplicação das normas coletivas..... 5/527
- Litisconsórcio passivo. Não comparecimento de uma das reclamadas à audiência de instrução. Pena de confissão *ficta*. Não aplicação à reclamada ausente, nem extensão à outra ré, que compareceu e apresentou defesa, tornando controversa as alegações iniciais audiência. Regra dos arts. 769 da CLT e 320, inciso I, do CPC 2/160

LITISPENDÊNCIA

- Litispendência. Pleito da ação anterior de pagamento dobrado das férias por gozo intempestivo. Pedido da presente ação de pagamento de dobra de férias ante o pagamento em desrespeito ao art. 145 da CLT relativo ao mesmo período aquisitivo. Inteligência do art. 301 do CPC..... 2/160

MASSA FALIDA

- Massa Falida. Multa administrativa. Inexigibilidade. Decretação da falência antes da vigência da Lei n. 11.101/2005. Redirecionamento da execução contra os sócios da executada. Impossibilidade 1/61

MÉDICO

- Médico contratado pela Ford Motor Company Brasil Ltda. por meio de empresa de plano de saúde e, posteriormente, por “cooperativas” pelo período de 16 anos. Fraude na contratação. Vínculo de emprego reconhecido diretamente com a tomadora de serviços 2/160
- Médico veterinário. Salário-mínimo previsto na Lei n. 4.950-A/1966. Inaplicável ao servidor público..... 5/527

MENOR

- Menor representado por sua genitora. Ausência de intervenção do Ministério Público. Nulidade não configurada 3/296

MORTE

- Falecimento do empregado durante a jornada. Acidente de trabalho não demonstrado. Atestado de óbito retificado posteriormente, apresentando como causa da morte o infarto agudo do miocárdio 1/61

MOTORISTA

- Ajudante de motorista. Empresa que atua no comércio e transporte de bebidas. Transporte de valores. Cofre na boleia do veículo. Assalto sofrido. Indenização por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade. Viabilidade 6/647

- Ajudante de motorista. Trabalho externo. Impossibilidade de efetivo controle do intervalo	6/647
- Certidão de antecedentes criminais. Cargo de motorista. Desconfiança do empregador. Violação da honra e dignidade da pessoa humana. Conduta discriminatória. Reparação por danos morais devida.....	1/48
- Motorista carreteiro. Atividade laborativa externa. Art. 62, I, da CLT. Existência de controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Horas extras devidas	4/377
- Motorista. Aplicação da Lei n. 12.619/2012.....	1/62
- Motorista. Atividade externa. Controle de jornada.....	1/62
- Motorista. Caminhão de lixo. Abastecimento. Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Contato por tempo extremamente reduzido. Não cabimento.....	6/647
- Motorista. Controle da jornada de trabalho	2/160
- Motorista. Trabalho externo. Empresa transportadora de cargas. Horas extras e intervalos. Jornadas. Lei n. 12.619/2012. Sistema de monitoramento à distância por satélite. Ônus probatório.....	2/161
- Motorista. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração	5/530

MULTA

- Homologação tardia do TRCT. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Indevida	5/517
- Multa administrativa. Redirecionamento da execução fiscal contra sócio. Impossibilidade	5/528
- Multa art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento.....	3/294
- Multa convencional, por alegado atraso contratual, no pagamento de salários. Indevida	6/647
- Multa convencional. Aplicabilidade	5/513
- Multa do art. 475-j do CPC. Compatibilidade com o processo de execução trabalhista. Decurso do prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação do advogado para cumprimento da sentença. Incidência	1/62
- Multa do art. 475-J do CPC. Compatibilidade com o processo de execução trabalhista. Prazo. Impossibilidade de aplicação em sede de execução provisória	4/378
- Multa do art. 475-J do CPC. Inaplicabilidade no Processo do Trabalho	2/155, 2/161
- Multa do art. 475-J do CPC. Inaplicabilidade no processo trabalhista	5/528
- Multa do art. 477 da CLT. Homologação fora do prazo previsto no § 6º da CLT. Inaplicabilidade	6/661
- Multa do art. 477 da CLT. Não cabimento. Verbas rescisórias. Falecimento do empregado. Extinção do contrato de trabalho. Mora rescisória. Não caracterização	2/161
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT	2/161
- Multa do art. 477, CLT. Pagamento imperfeito. Descabimento	4/363
- Multa do art. 477. Base de cálculo. Complexo salarial.....	1/62
- Multa do art.477, § 8º, da CLT. Reversão da justa causa.....	3/297
- Multa normativa. Interpretação restritiva	6/648
- Multa prevista no art. 475-J do CPC. Execução. Aplicável ao processo do trabalho	5/528
- Multa prevista no art. 475-J do CPC. Inaplicabilidade ao processo do trabalho	2/161
- Multa. Embargos de declaração protelatórios. Exercício regular do direito de defesa.....	2/143
- Multa. Obrigação de fazer ou não fazer. Intimação pessoal.....	2/161
- Multas previstas nos arts. 467 e 477 da CLT. Controvérsia consistente. Necessidade	6/648

MUNICÍPIO

- Município de Amparo. Incentivo financeiro adicional.....	4/378
- Município de Araraquara. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Intervenção municipal. Responsabilidade solidária.....	4/378
- Município de Barra Bonita. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal n. 2.317/2004. Repristinação.....	2/161
- Município de Barra Bonita. Título executivo. Inexigibilidade. Declaração de inconstitucionalidade	4/379
- Município de Botucatu. Adicional de promoção horizontal (biênio). Base de cálculo.....	2/162
- Município de Botucatu. Adicional por tempo de serviço. Biênio. Diferenças. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da Constituição da República. Não configuração	2/162
- Município de Botucatu. Gratificação prevista na Lei Complementar Municipal n. 552/2008. Incorporação definitiva ao salário. Não cabimento.....	4/379
- Município de Botucatu. Professor. Substituição e carga horária	5/528
- Município de Botucatu. Reajustes salariais. Média	2/164
- Município de Bragança Paulista. Evolução funcional. Cursos à distância irregulares. Rebaixamento.....	1/62
- Município de Bragança Paulista. Evolução funcional. Cursos à distância irregulares. Rebaixamento.....	4/379
- Município de Cajati. Professor. Gratificação por desempenho. Vinculação ao salário. Incidência tributária. Súmula n. 241 do STF.....	2/162
- Município de Capão Bonito. Nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional. Da alegada decisão desfundamentada. Aparente violação ao art. 93, inciso IX, da CF	4/379
- Município de Cruzeiro. Alteração de regime jurídico. Lei n. 2.876/1995. Revogação pela Lei n. 3.064/1997. Competência da Justiça do Trabalho.....	5/528
- Município de Cruzeiro. Competência da Justiça do Trabalho	6/648
- Município de Cruzeiro. Depósitos de FGTS. Prescrição rejeitada. Condenação devida	4/380
- Município de Cruzeiro. Depósitos de FGTS. Prescrição rejeitada. Condenação devida	5/529
- Município de Cruzeiro. Lei que restabelece o regime celetista para as relações de trabalho mantidas com os servidores. Alegação de vício. Não ocorrência	5/529
- Município de Cruzeiro. Regência da relação com servidores. Regime celetista. Competência material da Justiça do Trabalho.....	4/380
- Município de Cruzeiro. Regência da relação com servidores. Regime celetista. Competência material da Justiça do Trabalho.....	5/528
- Município de Franca. Professor. Hora-atividade. Adequação da remuneração à Lei n. 11.738/2008. Prejuízo salarial inadmissível.....	2/162
- Município de Glicério. Reajustes salariais. Média	2/162
- Município de Ibaté. Lei Municipal n. 2.587/2011. Reajuste salarial. Excetuada a concessão ao pessoal integrante do magistério municipal por se encontrar contemplado por lei específica. Diferenças salariais indevidas. Violação ao princípio da isonomia não configurada.....	3/297
- Município de Ibitinga. Lei n. 1.923/1993. Diferença percentual entre as referências salariais. Revogação tácita pela legislação municipal superveniente	2/162
- Município de Itapetininga. Instituto “Vida”. Convênio. Responsabilidade subsidiária. Aplicabilidade da Súmula n. 331, IV e V, do TST	5/529
- Município de Juquiá. Contrato de comodato. Responsabilidade subsidiária. Aplicabilidade da Súmula n. 331, V, do C. TST	2/162

- Município de Mirandópolis. Lei Complementar Municipal n. 64/2012. Mudança de regime para estatutário. Inconstitucionalidade	6/648
- Município de Mogi Guaçu. Auxiliar de educação infantil. Profissional do magistério. Incidência do piso nacional.....	3/297
- Município de Monte Aprazível. OJ n. 386 da SBDI-1 do C. TST. Férias usufruídas e não remuneradas na época própria. Aplicação do art. 145 e 137 da CLT	3/297
- Município de Paraguaçu Paulista. Ausência de aprovação prévia em concurso público. Incompetência da Justiça do Trabalho.....	5/529
- Município de Paraguaçu Paulista. Contratação em caráter temporário. Regime jurídico-administrativo. Incompetência da Justiça do Trabalho	6/648
- Município de Paraguaçu Paulista. Contratação temporária por regime especial em lei própria. Incompetência da Justiça do Trabalho	6/648
- Município de Penápolis. Leis locais. Abonos fixos. Incorporação. Reajustes salariais diferenciados. Diferenças salariais devidas.....	3/297
- Município de Penápolis. Reajustes salariais. Média.....	2/163
- Município de Rosana. Legislação municipal. Lei Complementar Municipal n. 17/2006. Diferenças salariais. Ausência de dotação orçamentária	1/63
- Município de Rosana. Vigilantes. Adicional de periculosidade. Devido. Efeitos pecuniários	6/649
- Município. Abono salarial. Reajuste salarial art. 37, X, da CF.....	4/380
- Município. Dentista contratado pelo regime da CLT. Piso salarial da Lei n. 3.999/1961. Aplicabilidade.....	2/163
- Município. Jornada 12x36. Previsão em lei municipal. Validade	2/163
- Município. Responsabilidade subsidiária. Convênio para prestação de serviços públicos de saúde. Ausência de fiscalização.....	1/63
- Município. Servidor público celetista. Indenização pela supressão de horas extras habituais. Aplicabilidade da Súmula n. 291 do C.TST.....	6/649

NORMA

- Condomínios residenciais. Normas coletivas. Inaplicabilidade. Ausência de representatividade da categoria econômica.....	2/163
- A revogação de norma legal por declaração de inconstitucionalidade contém efeito ripristinatório em relação à norma anterior.....	3/298
- Interpretação. art. 5º, II, da CF. Visão sistêmica do ordenamento jurídico. Inviável pinçar uma norma para aplicação isolada	6/661
- Norma coletiva. Disponibilização de benfeitorias no meio ambiente laboral. Localização externa. Obrigação inexecutável. Não violação ao art. 7º, inciso XXVI, da Constituição da República	2/163
- Norma coletiva. Flexibilização de direitos intangíveis. Invalidez	6/635

NULIDADE

- Nulidade da decisão administrativa que declarou nulas as progressões funcionais. Certificados de cursos inválidos por ausência de credenciamento junto ao MEC	3/298
- Nulidade da dispensa de empregado público em estágio probatório. Necessidade de instauração de procedimento administrativo. Reintegração cabível	1/63
- Nulidade da dispensa. Empregado portador de necessidades especiais. Reintegração	1/63
- Nulidade da hasta pública. Intimação pessoal	6/650

- Nulidade do auto de infração. Lavratura fora do local de inspeção. Desobediência a formalidade essencial à validade do ato. Dever do agente público cumprir e fazer cumprir a lei	3/298
- Nulidade do processo originário da certidão de dívida ativa. Competência da Justiça do Trabalho	4/380
- Nulidade processual negativa de prestação jurisdicional. Princípio da devolução recursal. Não caracterização	1/63
- Nulidade processual. Ausência de citação da parte. Ocorrência	4/380
- Nulidade processual. Caracterização. Inobservância dos ditames legais. Interesse de incapaz. Ministério Público do Trabalho. Intervenção obrigatória. Arts. 82, I, do CPC e 794 da CLT	3/298
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Configuração	5/529
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Negativa de produção probatória de fatos controversos e relevantes em relação à jornada de trabalho efetivamente praticada. Ocorrência	5/529
- Nulidade processual. Inocorrência	2/163
- Nulidade processual. Retirada do processo de audiência de instrução. Não caracterização	2/164
- Preliminar de nulidade. Ausência de designação de audiência inicial. Matéria exclusivamente de direito. Não configuração	1/64

PAGAMENTO

- Não pagamento injustificável das verbas rescisórias	3/275
- Pagamento de comissão. Negativa pelo reclamado. Ônus da prova do reclamante	5/530
- Pagamento em dobro dos repousos. Adoção de regime de 7x1. Semana de oito dias. Ilegalidade	6/649
- Pagamento em dobro dos repousos. Cabimento. Adoção regime de 7X2	6/649
- Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos	5/530
- Verbas rescisórias. Despedida arbitrária. Prova. Ausência. Não cabimento	2/164
- Verbas trabalhistas e rescisórias sonegadas. indenização por danos morais. Descabimento	2/164
- Verbas trabalhistas. Mudança de regime jurídico. Prescrição	2/164

ÔNUS DA PROVA

- Ônus da prova. Critério preconizado no art. 818 da CLT	6/635
- Ônus da prova. Frustrada desincumbência. Inteligência dos arts. 818 da CLT e 333, inciso I, do CPC. Demonstrativo de diferenças. Necessidade de apresentação	2/115
- Ônus da prova. Horas extras. Prova dividida	5/530

PARTE PROCESSUAL

- Confusão entre autor e réu. Extinção do processo sem resolução de mérito	2/124
- Nome da parte. Erro material que pode ser relevado	2/144

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

- PLR. Pagamento mensal. Calculo incidente sobre quilometragem rodada. Natureza salarial	5/531
--	-------

PAUSA

- Pausa prevista na NR-31. Ausência de impugnação específica na defesa. Aplicação da pena de confissão ao autor. Incontrovérsia sobre a ausência da pausa. Deferimento de horas extras. Inteligência do art. 302 do CPC 2/156
- Pausas para o café. Tempo à disposição do empregador..... 2/156

PDV

- Adesão do trabalhador ao PDV. Renúncia expressa a quaisquer direitos oriundos da relação de emprego. Efeito de coisa julgada..... 4/380
- Diferença de incentivo financeiro. Adesão a novo PDV. Projeção do aviso-prévio. Impossibilidade 5/499
- Diferenças entre o Plano de Demissão Voluntária a que aderiu o trabalhador e o plano implantado durante o período de aviso-prévio indenizado 4/381
- PDV. Quitação genérica. Inteligência da OJ n. 270 da SDI-1 do TST..... 6/649

PENALIDADE

- Penalidade inserta no art. 940 do CC. Inaplicabilidade no processo do trabalho 1/64

PENHORA

- Auto de penhora. Validade. Descrição. Registro imobiliário..... 4/381
- Penhora de bens. Desconsideração inversa da personalidade jurídica. Possibilidade..... 2/164
- Penhora no rosto dos autos. Crédito de natureza alimentar. Exceção à regra 4/381
- Penhora. Bem imóvel. Separação conjugal. Partilha de bens homologada pela Justiça Comum. Validade. Ausência de averbação no Registro de Imóveis 4/381
- Penhora. Bem imóvel. Transferência. Dissolução de sociedade conjugal. Invalidez. Fraude à execução 2/164
- Penhora. Bens de terceiro. Sociedade conjugal. Dissolução. Prova..... 4/381
- Penhora. Imóvel. Alienação. Direitos de terceiro. Defesa 5/515
- Penhora. Incidência sobre imóvel dado em garantia a cédula de crédito comercial em hipoteca. Ausência de alienação fiduciária. Validade. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 226 da SDI-1 do C. TST 2/164
- Penhora. Intimação encaminhada para o endereço residencial do executado 6/650
- Possibilidade de penhora conta poupança..... 6/650

PENSÃO

- Pensão mensal vitalícia. Termo final. Expectativa de vida. Limitação indevida 5/483
- Complementação de pensão à viúva. Previsão, na Lei estadual, de pagamento de 80% do valor do benefício que já era recebido pelo empregado, ora falecido. Inexistência do direito às diferenças relativas à integralidade..... 6/650

PERÍCIA

- Perícia. Componente probatório. Valoração do juiz. *Judex peritus peritorum*..... 5/530

PETROBRAS

- Petrobras. Coisa julgada. Ação coletiva e individual. Descabimento 5/493
- Petrobras. Coisa julgada. Ação coletiva e individual. Descabimento 6/650

PISO SALARIAL

- Piso salarial da Lei n. 11.738/2008. Agente de educação infantil. Atividades de magistério. Diferenças salariais devidas 3/286
- Piso salarial profissional nacional. Lei n. 11.738/2008. Modulação dos efeitos da decisão do STF..... 1/64

PLANO DE CARREIRA

- Plano de carreira, cargos e salários de 2002. Implementação futura. Progressão horizontal funcional. Fundação Casa. Norma de conteúdo programático..... 2/169

PLANO DE SAÚDE

- Plano de saúde. Direito decorrente de extinto contrato de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho..... 5/531

PLANO ECONÔMICO

- Planos econômicos. Diferenças salariais. Conversão dos salários em URV. Prescrição parcial. Aplicação da Súmula n. 294, última parte, do E. TST..... 5/531

PREPOSTO

- Desconhecimento dos fatos pelo preposto. Presunção relativa de veracidade 2/165
- Empregador rural pessoa física. Preposto membro da família. Revelia e pena de confissão *ficta*. Não configuração..... 2/142
- Preposto não empregado. Aplicação da pena de revelia e confissão ficta 6/651
- Preposto. Desconhecimento dos fatos. Confissão ficta. Indeferimento de produção de prova testemunhal. Cerceamento de defesa. Não configuração..... 6/651

PRESCRIÇÃO

- Prescrição bienal. Interrupção. Ajuizamento de ação anterior. Necessidade de comprovação da identidade de pedidos 4/382
- Prescrição da pretensão executória. Oposição de exceção de pré-executividade. Rejeição pela origem. Decisão de natureza interlocutória. Não cabimento de agravo de petição 6/652
- Prescrição de ofício. Incompatibilidade com o processo do trabalho..... 5/532
- Prescrição intercorrente..... 5/532
- Prescrição intercorrente..... 6/652
- Prescrição intercorrente. Aplicabilidade no processo do trabalho. Súmula n. 327 do E. STF. Execução extinta..... 2/165
- Prescrição intercorrente. Exequente: União. Alteração promovida pela Emenda Constitucional n. 45/2004. Inércia da parte autora. Inocorrência 4/382
- Prescrição intercorrente. Exequente: União. Declaração de incompetência material. Emenda Constitucional n. 45/2004. Nulidade apenas dos atos decisórios 4/382
- Prescrição intercorrente. Extinção da execução. Cabimento 4/382
- Prescrição intercorrente. Impulso oficial. Falta de iniciativa 6/652
- Prescrição intercorrente. Possibilidade. Inércia e desinteresse do credor. Exaurimento de providências executórias 4/382
- Prescrição intercorrente. Possibilidade. Inércia e desinteresse do credor. Exaurimento de providências executórias(2 vezes) 6/652

- Prescrição nuclear. Danos morais e materiais. Doença ocupacional (Ler/Dort). Pedidos indenizatórios prescritos. Lesão com ciência antes da EC n. 45/2004, e ação proposta após a mesma. prazo prescricional de 3 anos, aplicável à espécie	3/299
- Prescrição parcial. Diferenças salariais. URV. Ocorrência	1/64
- Prescrição quinquenária. Ajuizamento de ação anterior. Interrupção. Cabível	5/532
- Prescrição trienal. Doença dita do trabalho	4/382
- Prescrição. <i>Actio nata</i> . Anistia. Lei n. 8.878/1994	3/299
- Prescrição. Art. 200 do CC. Aplicação ao processo do trabalho	2/165
- Prescrição. Conversão dos salários em URV. Diferenças	5/532
- Prescrição. Danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho	5/532
- Prescrição. Diferenças salariais. Incorporação de abono salarial. Previsão legal. Aplicação da parte final da Súmula n. 294 do TST	4/383
- Prescrição. Indenização acidentária	5/532
- Prescrição. Indenização da perda de uma chance. Marco inicial. <i>Actio nata</i>	2/165
- Prescrição. Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho. Aplicação do art. 206, § 3º, do Código Civil	3/299
- Prescrição. Indenização por danos morais e materiais, decorrentes de doença ocupacional. Lesão ocorrida após a Emenda Constitucional n. 45/2004. Aplicação do prazo prescricional quinquenal trabalhista	4/383
- Prescrição. Indenização. perda de uma chance. Informações incorretas passadas pelo empregador ao INSS. Direito à aposentadoria especial reconhecido judicialmente	2/166
- Prescrição. Indenizações decorrentes de acidente de trabalho sofrido após a Emenda Constitucional n. 45/2004. Aplicação do art. 7º, XXIX, da CF/1988. Decurso do prazo a contar da ciência do dano. Inteligência da Súmula n. 278, do STJ	3/299
- Prescrição. Indenizações por danos morais materiais. Acidente ou doença do trabalho. Termo inicial	6/652
- Prescrição. Interrupção pelo ajuizamento de ação anterior com pedidos idênticos. Aplicação da interrupção também à prescrição quinquenal	4/383
- Prescrição. Lei municipal. Inaplicabilidade da segunda parte da Súmula n. 294 do C. TST	5/532
- Prescrição. Não interrupção. Ajuizamento de segunda ação. Alteração do polo passivo	5/533
- Prescrição. Pedido de entrega do Perfil Profissiográfico Previdenciário PPP. Aplicação do art. 11, § 1º, da CLT	2/166
- Prescrição. Prazo. Dano moral. Aplicação do art. 206, § 3º, V, do CC Brasileiro	2/166
- Prescrição. Prazo. Dano moral. Aplicação do art. 7º, XXIX, da Constituição da República, 206, § 3º, V, do CC brasileiro	5/533

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Negativa de prestação jurisdicional. Não caracterização	2/166, 2/167
---	--------------

PREVIDÊNCIA

- Alta previdenciária. Recusa da empresa em atribuir funções ao empregado. Salários e demais consectários do período. Cabimento	5/512
- Alta previdenciária. Retorno ao trabalho. Falta de atribuição de atividades. Rescisão indireta reconhecida pelo não cumprimento das obrigações contratuais pelo empregador. Salários devidos no período sem afastamento previdenciário e sem atividades laborais	3/300
- Benefício previdenciário. Impenhorabilidade	6/610

- Devolução de descontos previdenciários. Incidência ou não da contribuição previdenciária. Necessidade de integração à lide do INSS..... 2/162

PRINCÍPIO

- Princípio da identidade física do Juiz. Magistrado afastado. Nulidade processual inexistente..... 4/384

PROCESSO

- Processo administrativo disciplinar. Direitos fundamentais. Abuso de direito. Arrombamento de porta. Indenização devida. Dano à moral que se presume. Finalidade compensatória e punitiva-dissuasória..... 2/167
- Processo administrativo. Contraditório e ampla defesa não observados. Nulidade..... 4/380
- Processo trabalhista. Simplicidade das regras procedimentais. Acesso à justiça e resposta jurisdicional eficiente e a tempo..... 1/64

PROFESSOR

- Professor da rede pública municipal de Franca. Adicional de 25% a título de “hora-atividade”. Princípio da irredutibilidade salarial e teoria da acumulação. Impossibilidade de sua exclusão da renda mensal do trabalhador 2/167
- Professor de ensino público básico. Jornada de trabalho. Fixação do tempo mínimo para dedicação a atividades extraclasse em 1/3 da jornada. Art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/2008. Pagamento do adicional de 50% (cinquenta por cento) paras as horas trabalhadas além do limite de 2/3 da jornada. Aplicação para o trabalho Realizado após 27.4.2011 em razão da modulação dos efeitos da ADI 4167 6/653
- Professor. Adicional de horas extras. Recreio ínfimo. Tempo à disposição 4/384
- Professor. Carga horária semanal. Composição. Regência de aulas mais atividades extraclasse. Salário complessivo não configurado..... 3/300
- Professor. Horas extras. Limitação interna da jornada prevista no § 4º do art. 2º da Lei n. 11.738/2008. Extrapolação. Adicional de horas extras devido 4/384
- Professor. Horas extras. Reuniões pedagógicas. Cômputo na jornada 6/653
- Professor. Incidência do piso nacional. Proporcionalidade à carga horária cumprida 2/168
- Professor. Município de Ibaté. Intervalo entre aulas “recreio”. Ausência de quebra da continuidade da jornada laboral. Sobrejornada devida a partir da quarta hora diária 4/384
- Professor. Norma coletiva. Previsão de pagamento das horas suplementares de forma simples. Invalidez..... 2/168
- Professor. Remuneração. hora-aula. Direito ao DSR..... 2/168
- Profissional do magistério. Incidência do piso nacional. Proporcionalidade à carga horária..... 5/533

PROGRESSÃO FUNCIONAL

- Progressão funcional por tempo de serviço. Base de cálculo 5/533
- Progressão funcional por tempo de serviço. Base de cálculo. A progressão 6/653
- Progressão funcional por tempo de serviço. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da CF. Não configuração..... 5/533
- Progressão horizontal por antiguidade. Diferenças salariais..... 1/65
- Progressão horizontal. Diferenças salariais. Quinquênio. Condições para implementação. Fundação Casa. Critérios subjetivos..... 5/534
- Progressões horizontais. Aplicação do PCCS 1995. Prescrição..... 6/654

PROMESSA DE EMPREGO

- Fase pré-contratual. Promessa de emprego. Não configurada. Indenizações por dano moral e material. Indevidas..... 2/168
- Promessa de emprego descumprida. Processo seletivo em estado avançado. Abertura de conta salário. Comprovada frustração de direito do empregado. Devidas as indenizações por danos materiais e morais..... 1/51

PROMOÇÃO

- Promoção por antiguidade. Inexistência de faltas como requisito para concessão. Ocorrência de faltas justificadas. Impossibilidade de preterição da trabalhadora por esse motivo..... 2/168

PROVA

- Prova emprestada produzida sem a concordância da reclamada não transfere a esta o ônus probatório. Prevalece a confissão reconhecida 5/534
- Prova pericial. Ausência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito. Doença ocupacional. Não caracterização denexo causal..... 2/168
- Prova pericial. Existência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito..... 5/534
- Prova. Solidez indispensável. Condição para observância do princípio do livre convencimento..... 1/52
- Prova. Solidez indispensável. Condição para observância do princípio do livre convencimento 5/509, 5/526, 5/534

QUÍMICO

- Químico. Piso salarial previsto em lei. Diferenças salariais devidas 4/385

RECONVENÇÃO

- Reconvenção. Indenização por danos morais. Inépcia por ausência de causa de pedir..... 2/169

RECUPERAÇÃO

- Plano de recuperação judicial. Alienação de unidade da empresa empregadora. Excepcional responsabilidade da sucessora. Previsão expressa a respeito no plano de recuperação..... 5/537
- Recuperação judicial. Multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Incidência..... 1/65

RECURSO

- Inovação recursal. Não conhecimento 3/300
- Inovação recursal. Não conhecimento 5/519
- Inovação recursal. Não conhecimento 1/65
- Inovação recursal. Vedação legal..... 5/484
- Razões de recurso que não atacam os fundamentos da decisão recorrida. Não conhecimento 1/65
- Recurso apócrifo. Ato processual inexistente. Não conhecimento..... 5/535
- Recurso da reclamada. Dispensa por justa causa. Empregado portando, no ambiente de trabalho, substância entorpecente. Ato ilícito tipificado como crime. Mau procedimento caracterizado. Validade do ato demissionário 2/169

- Recurso da reclamada. Licitude do pedido de demissão. Ausência de alegação de vício de vontade. Inovação processual quanto à causa de pedir. Impossibilidade	2/169
- Recurso da reclamada. Motorista que desempenha atividade profissional externa. Impossibilidade de fiscalização da jornada de trabalho. Norma coletiva que prevê a aplicação do art. 62, inciso I, da CLT. Horas extras indevidas	2/170
- Recurso da reclamante. Acúmulo de funções. Auxiliar de restaurante. Diferenças indevidas.....	2/170
- Recurso da reclamante. Horas extras. Ausência de prova quanto ao labor em jornada diversa daquela declinada nos cartões de ponto. Pretensão indevida	2/170
- Recurso de revista. Recurso ordinário interposto no prazo de contrarrazões. Ausência de identificação do apelo como adesivo. Tempestividade	6/654
- Recurso do reclamado. Vale-transporte. Benefício indevido ao estagiário. Ausência de previsão legal.....	2/171
- Recurso do reclamante. Adicional de periculosidade. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de condições perigosas de trabalho. Ausência de prova em sentido contrário. Adicional indevido	2/170
- Recurso do reclamante. Contrato de estágio. Impossibilidade de se convolar o contrato de estágio em relação de emprego	2/170
- Recurso do reclamante. Pessoa jurídica. Microempresa. Contrato de pequena empreitada. Ação de cobrança. Incompetência da justiça do trabalho. Hipótese que não se enquadra no art. 652, alínea “a”, inciso III, da CLT.....	6/654
- Recurso do reclamante. Troca de uniforme e desjejum. Pretensão de que o tempo despendido em tais atividades seja considerado como à disposição do empregador. Faculdade concedida ao reclamante. Horas extras indevidas	2/170
- Recurso do segundo reclamado. Correspondente bancário. Vínculo de emprego. Bancário. Primazia da realidade.....	5/535
- Recurso ordinário deserto. Assistência judiciária indeferida em decorrência do reconhecimento da litigância de má-fé	6/655
- Recurso ordinário do Município de Capão Bonito. Promoção vertical por merecimento. Avaliações de desempenho realizadas em desacordo com as diretrizes da Lei Complementar Municipal n. 45/2005. Invalidez. Diferenças salariais indevidas	2/171
- Recurso ordinário do reclamante. Feriados laborados. Ônus da prova	4/385
- Recurso ordinário. Capítulos de sentença. Nulidade (parcial) e prescrição. Coisa julgada	1/65
- Recurso ordinário. Comprovante de recolhimento de custas processuais. Ausência de guia. Impossibilidade de identificação do processo. Deserção reconhecida	2/171
- Recurso ordinário. Depósito recursal recolhido em guia imprópria. Deserção.....	1/65
- Recurso ordinário. Depósito recursal. Guia incorreta. Deserção	4/385
- Recurso ordinário. Fundação Casa. Regime 2x2 com 12h de trabalho. Instituição por norma interna. Invalidez	5/535
- Recurso ordinário. Horas extras. Motorista. Serviço externo	5/531
- Recurso ordinário. Horas extras. Motoristas entregadores e ajudantes. Possibilidade de controle da jornada. Inaplicabilidade do art. 62, I, da CLT	3/300
- Recurso ordinário. Indenização por danos materiais. Óbito do trabalhador. Pensão mensal. Pagamento em parcela única. Indevido.....	3/300
- Recurso ordinário. Indenização por danos morais	4/385
- Recurso ordinário. Inépcia da inicial. Redação confusa. Inconsistências. Prazo para emenda. Ausência de prejuízo à defesa. Economia, utilidade e celeridade processuais.....	5/535
- Recurso ordinário. Município. Férias não quitadas antes do afastamento. Arts. 137 e 145 da CLT. Pagamento dobrado devido	5/535

- Recurso ordinário. Não conhecimento. Irregularidade de representação processual.....	6/655
- Recurso ordinário. Prescrição bienal. Emenda à inicial	6/655
- Recurso ordinário. Razões de decidir da sentença não atacadas. Não conhecimento. Súmula n. 422 do TST	1/66
- Recurso ordinário. Reintegração e estabilidade pré-aposentadoria. Interpretação da cláusula normativa.....	6/655
- Recurso ordinário. Representação sindical	3/301
- Recurso ordinário. Reprodução da contestação. Não contrariedade aos fundamentos da sentença. Não conhecimento	2/171
- Recurso ordinário. Responsabilidade da sucessora. Arrendamento. Ausência de fraude.....	6/655
- Recurso ordinário. Trabalhador rural. Exposição ao sol. Calor ambiental superior aos limites de tolerância. Insalubridade caracterizada	4/385
- Recurso ordinário. Trabalho da mulher. Intervalo previsto no art. 384 da CLT	5/524
- Recurso que não ataca os fundamentos da sentença. Não conhecimento	6/655
- Recurso subscrito por patrono não constituído. Não conhecimento	2/172
- Recurso. Agravo de petição. Intempestividade. Interposição via E-doc. Endereçamento incorreto	6/656
- Recurso. Matéria inovatória. Observância dos limites da lide	6/634
- Recurso. Matéria. Omissão da sentença. Preclusão.....	6/646
- Recurso. Princípio da dialeticidade. Violação. Ausência de enfrentamento das razões de decidir. Recurso não conhecido.....	2/172

REEXAME NECESSÁRIO

- Reexame necessário. Condenação inferior a sessenta salários mínimos. Não recebimento	1/66
--	------

REINTEGRAÇÃO

- Reintegração ao emprego de empregado submetido a tratamento em decorrência de alcoolismo. Dispensa nula e discriminatória. Dano moral configurado	3/301
- Reintegração aos serviços. Reparação dos danos morais. Vícios na avaliação da trabalhadora.....	1/66
- Reintegração no emprego decorrente de desligamento considerado nulo. Efeito <i>ex tunc</i> . Reconhecimento do direito às promoções previstas na legislação municipal. Diferenças salariais devidas	4/386
- Reintegração. Dispensa discriminatória. Empregado portador de doença grave (tumor maligno). Súmula n. 443 do C. TST	2/172

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Cooperativa de trabalho. Simulação. Vínculo de emprego caracterizado.....	3/282
- Pastor de igreja. Inexistência de vínculo empregatício. Trabalho voltado para o outro mundo, espiritual	1/66
- Relação de emprego. Chamamento ao serviço conforme demanda	4/386
- Reconhecimento de vínculo anterior ao anotado na CTPS. Prova robusta	5/536
- Reconhecimento de vínculo com empresa de pagamentos eletrônicos. Subordinação estrutural.....	3/301
- Representante comercial autônomo. Ausência de subordinação jurídica. Relação jurídica de emprego não reconhecida	5/537

- Técnico de enfermagem. Labor no âmbito residencial. Vínculo empregatício. Sem finalidade lucrativa. Aplicação do art. 1º da Lei n. 5.859/1972. Caracterização como empregado doméstico	5/536
- Trabalhador autônomo “chapa”. Vínculo de emprego. Inexistência	2/180
- Trabalhador externo. Jornada controlada. Horas extras devidas	4/355
- Vínculo de emprego direto com tomador de serviços. Contrato de locação de pessoal	2/172
- Vínculo de emprego doméstico. Confissão quanto à prestação de serviços em um dia semana. Ônus da prova do trabalhador	1/66
- Vínculo de emprego reconhecido em juízo. Multa do art. 477 da CLT devida	6/656
- Vínculo de emprego. Atleta amador. Jogador de futsal. Aplicação da Lei n. 9.615/1998.....	4/386
- Vínculo de emprego. Comprovação dos requisitos essenciais	1/67
- Vínculo de emprego. Comprovação dos requisitos essenciais. Pedreiro. Trabalho em obra residencial	4/386
- Vínculo de emprego. Contrato de estágio. Subordinação e pessoalidade. Mantido	1/67
- Vínculo de emprego. Não caracterização. “Chapa”. Carregamento e descarregamento de mercadorias	4/386
- Vínculo de emprego. Nulidade do contrato de estágio. Configuração	2/172
- Vínculo de emprego. Policial. Especificidade que envolve a atividade. Necessidade de prova nos autos da subordinação e pessoalidade	2/172
- Vínculo de emprego. Presidente-diretor. Sociedade de economia mista. Competência. Justiça do Trabalho. Preliminar do Ministério Público do Trabalho rejeitada	2/173
- Vínculo de emprego. Prestação de serviço em campanha eleitoral. Previsão legal específica.....	1/66
- Vínculo de emprego. Salão de beleza. Contrato de parceria. Caracterização.....	1/67
- Vínculo de emprego. Terceirização. Fraude. Confissão ficta do reclamante.....	6/656
- Vínculo empregatício com o tomador de serviços. Atividades de teleoperadora na recuperação de créditos do banco. Atividade fim bancária. Terceirização ilícita.....	3/301
- Vínculo empregatício controvertido. Ônus da prova. Fato constitutivo do direito. Ausência de prova robusta. Inviabilidade	3/302
- Vínculo empregatício. Atividade fim.....	4/353
- Vínculo empregatício. Configuração. Prestação de serviços ligados à atividade fim da empregadora. Preenchimento dos demais requisitos legais	6/656
- Vínculo empregatício. Serviços de consultoria e assessoria. Não caracterização.....	4/387

REMUNERAÇÃO

- General Motors. Incorporação do percentual de 16,66% ao salário-hora. Descabimento da quitação de descansos semanais remunerados de forma destacada	5/523
- Remuneração de labor em feriados. Cláusula coletiva. Desrespeito	6/656
- Remuneração prevista em edital de concurso público. Observância. Diferenças salariais. Não cabimento	2/173
- Remuneração. Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo.....	6/621
- Remuneração. Participação nos lucros e resultados. Integração ao contrato. Indevida	5/502

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Descanso semanal remunerado. Empregado horista. Não integração no vencimento..... 1/64
- Descanso semanal remunerado. Integração ao salário. Norma coletiva. Possibilidade 5/499
- DSR. Adicional de insalubridade. Progressão funcional por tempo de serviço. Gratificação de produtividade 5/533
- DSR. Reflexos. Plantão. Valor mensal. Não cabimento 6/656
- Repercussão do repouso semanal remunerado, acrescido da média das horas extras, no cálculo das férias, do décimo terceiro salário e dos depósitos do FGTS. *Bis in idem* caracterizado..... 2/155

PRESCRIÇÃO

- Renúncia à prescrição. Norma coletiva. Pagamento retroativo do adicional de periculosidade ou insalubridade. Caracterização por perícia técnica. Direito condicionado ao implemento de condição exigida na própria norma. Impossibilidade de abdicação antecipada à prescrição 2/166

REPRESENTAÇÃO

- Representação processual irregular. Ausência de mandato outorgado ao subscritor do agravo de petição. Não conhecimento do apelo 4/387
- Representação processual irregular. Instrumentos de mandato e substabelecimento apresentados em cópia sem autenticação. Prazo de vigência extrapolado..... 2/173
- Representação processual irregular. Procuração apresentada em cópia sem autenticação e com vício formal de redação 2/173
- Representação processual irregular. Procuração passada por pessoa jurídica sem identificação do subscritor 1/67
- Representação processual. Ausente fundada dúvida. Contrato social não juntado. Regularidade 4/387
- Representação sindical. Princípio da especificidade..... 4/387
- Representatividade sindical. Administração pública indireta. Empresa pública. Natureza jurídica. Inteligência do art. 173, § 1º, II, da CF 3/278

REQUISIÇÃO

- Requisição para pagamento de dívidas de pequeno valor. Legislação aplicável 3/302
- Requisições de pequeno valor. Competência. Sequestro de valores 5/545

RESCISÃO

- Rescisão contratual a pedido. Gestante. Estabilidade provisória. Ausência de assistência sindical. Nulidade..... 5/537
- Rescisão contratual. Falta grave. Compras diretas pelo empregado no estabelecimento do empregador. Gênero alimentício. Prova..... 6/657
- Rescisão contratual. PLR proporcional. Previsão em norma coletiva. Forma de requerimento não observada. Prazo limite obedecido. Parcela devida..... 5/537
- Rescisão contratual. Prática de conduta antijurídica pelo empregador. Caracterização..... 4/387
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova do empregador..... 5/537
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ausência de imediatidade. Não configuração 4/387
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ausência de motivo ensejador de justa causa causada pelo empregador. Não configuração. Interpretação do art. 483 da CLT 2/173

- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Mudança de horário de trabalho. Não configuração	2/174
- Rescisão indireta. Jornada excessiva. Falta grave	6/657
- Ruptura contratual. Abandono de emprego x rescisão indireta do contrato.....	2/128

RESPONSABILIDADE

- CPFL. Tomadora dos serviços. Responsabilidade subsidiária.....	6/657
- Diretor de sociedade anônima. Responsabilidade. Não cabimento.....	1/53
- Pedido de responsabilização subsidiária interposto contra o tomador dos serviços. Ação autônoma. Impossibilidade.....	5/538
- Responsabilidade civil do empregador. Acidente do trabalho ou doença equiparada	6/653
- Responsabilidade civil do empregador. Concausalidade	5/525, 5/531, 5/538
- Responsabilidade civil do empregador. Concausalidade	6/658
- Responsabilidade civil do empregador. Dever de reparação	5/525
- Responsabilidade civil do empregador. Reparações advindas de moléstia adquirida no trabalho.....	6/658
- Responsabilidade civil. Agressão a professor. Dever de indenizar decorrente de ação ou omissão na segurança.....	5/538
- Responsabilidade civil. Dano moral. Jornada exaustiva. Motorista carreteiro. Comprometimento do convívio social adequado, do descanso e do lazer. Dano existencial	5/505
- Responsabilidade civil. Danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador	2/175
- Responsabilidade civil. Danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador	6/658
- Responsabilidade civil. Doença congênita ou degenerativa. Inaplicável	3/302
- Responsabilidade civil. Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Pretensão de estabilidade provisória, de reintegração ao emprego e de indenização por danos morais. Nexo de causalidade não comprovado. Inviabilidade.....	2/174
- Responsabilidade civil. Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Pretensão de reparação por danos materiais e morais. Nexo de causalidade não comprovado. Inviabilidade.....	5/539
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Mora salarial e/ou não quitação das verbas rescisórias. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade. Viabilidade.....	4/388
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Trabalhador rural. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito à indenização. Pertinência	4/388
- Responsabilidade da Administração pública. Terceirização. Tomadora de serviços.....	5/539
- Responsabilidade do dono da obra	2/149
- Responsabilidade dos sócios retirantes. Contrato de trabalho posterior à retirada	4/389
- Responsabilidade solidária.....	6/658
- Responsabilidade solidária ou subsidiária. Contrato de franquia. Direito do uso da marca "Oi". Condenação da franqueadora indevida.....	2/175
- Responsabilidade solidária. Exercício de tarefas tipicamente bancárias. Terceirização ilícita. Reconhecimento	1/67
- Responsabilidade solidária. Grupo econômico trabalhista (art. 2º, § 2º, da CLT).....	5/539
- Responsabilidade solidária. Sucessão de empregadores.....	2/176
- Responsabilidade solidária. Tomadora de serviço, trabalhador avulso.....	5/539

- Responsabilidade subsidiária da Administração pública. Débitos trabalhistas reconhecidos em sentença. Ocorrência de culpa <i>in vigilando</i>	6/631
- Responsabilidade subsidiária da franqueadora. Aplicação da Súmula n. 331 do C. TST. Indevida. Precedentes do C. TST.....	2/175
- Responsabilidade subsidiária da Infraero. Contrato de concessão de uso de área em aeroporto. Inexistência de terceirização de serviços.....	6/659
- Responsabilidade subsidiária de empresa privada. Prestação de serviços. Súmula de n. 331, IV, do C. TST	5/539
- Responsabilidade subsidiária de ente público. Omissão na fiscalização da empresa contratada. Não observância da IN n. 2/2008 do MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão). Culpa na fiscalização das obrigações trabalhistas reconhecida.....	6/659
- Responsabilidade subsidiária de ente público. Prestação de serviços negada pelo tomador. Ônus probatório do autor. Aplicação do art. 818, da CLT e do inciso I do art. 320 do CPC.....	6/659
- Responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços. Conduta culposa. Negligência.....	5/539
- Responsabilidade subsidiária do Estado. Ocorrência de culpa <i>in vigilando</i> . Aplicabilidade da Súmula n. 331 do C. TST	5/540
- Responsabilidade subsidiária.....	2/175
- Responsabilidade subsidiária. Ação trabalhista autônoma em face do tomador de serviços. Condenação do prestador de serviço em ação anterior já transitada em julgado. Impossibilidade jurídica do pedido.....	2/176
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa <i>in vigilando</i> do tomador dos serviços. Decisão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST	6/659
- Responsabilidade subsidiária. Contrato de prestação de serviços. Ente público	4/389
- Responsabilidade subsidiária. Contrato de prestação de serviços. Ente público	6/659
- Responsabilidade subsidiária. Contrato. prejuízo a terceiros. Inadmissibilidade. Caracterização.....	6/660
- Responsabilidade subsidiária. Danos morais.....	2/176
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST. Culpa <i>in vigilando</i> . Configuração	5/540
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Incidência da Súmula n. 331, V, do TST	3/302
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Relativização da coisa julgada na execução	4/389
- Responsabilidade subsidiária. Execução. Execução de responsável subsidiária.....	6/660
- Responsabilidade subsidiária. Limites da condenação. Inaplicabilidade	5/540
- Responsabilidade subsidiária. Município e instituição financeira. Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	5/540
- Responsabilidade subsidiária. Órgão público. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST. Culpa <i>in vigilando</i> . Configuração	6/617
- Responsabilidade subsidiária. Redirecionamento da execução	2/176
- Responsabilidade subsidiária. Redirecionamento da execução	4/389
- Responsabilidade subsidiária. Rediscussão de matéria da fase de conhecimento. Impossibilidade	2/176
- Responsabilidade subsidiária. Sociedade de economia mista. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento	5/541
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Administração pública.....	6/660

- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço. Ente público/entidade administrativa. Reconhecimento.....	6/660
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço. Entidade paraestatal. Reconhecimento.....	3/302
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Contrato de empreitada. Dono da obra. Culpa. Cabimento.....	5/512
- Responsabilidade subsidiária. Tomadora de serviços terceirizados. Benefício de ordem. Arguição. Momento oportuno	6/630
- Responsabilidade subsidiária. Tomadora de serviços. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST.....	5/520
- Responsabilidade subsidiária. Tomadora dos serviços pertencente ao mesmo grupo econômico. Devida	4/376
- Responsabilidade. Acidente de trabalho. Dono de obra. OJ n. 191 da SDI-I do C. TST. Inaplicabilidade.....	4/389
- Responsabilidade. Sucessão de empresa tomadora de serviço pertencente ao mesmo grupo econômico. Ausência de responsabilidade solidária da empresa sucessora na forma da OJ-SDI-I 411 do TST.....	6/661
- Subempreitada. Responsabilidade solidária da empreiteira e da subempreiteira.....	3/302

REVELIA

- Revelia e confissão <i>facta</i> . Ausência injustificada em audiência. Notificação com a respectiva cominação. Configuradas.....	4/390
- Revelia. Ausência de prova pré-constituída. Jornada de trabalho. Divergência. Impossibilidade de reconhecimento	3/303
- Revelia. Efeitos.....	1/67
- Revelia. Litisconsórcio passivo. Elisão da mesma	3/303

RITO

- Conversão de procedimento. Art. 295, V, CPC. Rito ordinário em sumaríssimo.....	5/533
- Rito ordinário. Determinação judicial de prova do convite de testemunha através de carta. Impossibilidade	2/176
- Rito sumaríssimo. Conversão para o ordinário quando inviável o fornecimento do endereço do reclamado. Direito da parte	4/384

SALÁRIO

- Acréscimo salarial devido. Percentual de 10%, 20% ou 40%. Conforme intensidade da cumulação funcional.....	6/661
- Bloqueio de salários. Impenhorabilidade.....	5/491
- Redução salarial. Alteração da sistemática de pagamento do salário. Ausência de prejuízo. Não configuração.....	4/385
- Reiterado atraso no pagamento de salários e verbas rescisórias. Ausência de homologação da rescisão. Impossibilidade de saque do FGTS. Não entrega das guias para recebimento do seguro-desemprego. Dano moral	5/543
- Revisão geral anual com índices distintos. Município de Botucatu. Incorporação do abono em valor fixo. Lei Municipal n. 307/2002. Violação ao art. 37, X, da CF.....	2/176
- Revisão geral anual dos empregados públicos. Reajuste anual em percentuais diversos. Impossibilidade.....	1/68
- Revisão geral anual dos empregados públicos. Reajuste anual em percentuais diversos. Impossibilidade.....	6/661

- Salário profissional. Empregado público. Aplicação dos parâmetros ao salário inicial. OJ n. 71, da SDI-2, do C. TST..... 1/68
- Salário profissional. Lei n. 4.950-A/1966. Fixação em múltiplos do salário-mínimo. Constitucionalidade. Art. 7º, inc. IV, da CF/1988. OJ n. 71 da SBD-II do C. TST..... 2/177
- Salário profissional. Lei n. 4.950-A/1966. Fixação em múltiplos do salário-mínimo. Constitucionalidade. Art. 7º, inc. IV, da CF/1988. OJ n. 71 da SBD-II do C. TST..... 5/541
- Salário-mínimo mensal inferior ao mínimo legal. Possibilidade 3/303
- Salários do período de afastamento. Alta previdenciária. Impedimento de retorno ao trabalho com base em ASO. Responsabilidade do empregador..... 1/68
- Salário-utilidade. Não caracterização 2/177

SEGURO DE VIDA

- Seguro de vida em grupo. Indenização substitutiva. Prescrição total afastada 2/177
- Seguro de vida. Contratação de prêmio com condições mais restritivas que as previstas em negociação coletiva. Pagamento de indenização substitutiva. Devido 1/68

SEGURO-DESEMPREGO

- Seguro-desemprego. Indenização substitutiva. Utilização da sentença transitada em julgado para requerimento do benefício. Pretensão rejeitada 3/303

SERVIDOR PÚBLICO

- Servidor público municipal concursado. Estágio probatório. Dispensa desprovida de motivação. Nulidade do ato demissional. Direito à reintegração na função 3/303
- Servidor público. Remuneração paga por força de tutela antecipada. Revogação posterior. Recebimento de boa-fé. Caráter alimentar da verba. Restituição indevida..... 2/177
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF..... 5/541
- Servidores do Estado de São Paulo. Licença-prêmio. Extensão aos empregados públicos celetistas. Impossibilidade 6/661

SINDICATO

- Sindicato. Ação civil pública. Empresa de âmbito nacional. Sentença. Efeitos. Base territorial..... 6/662
- Sindicato. Legitimidade. Substituição processual..... 5/541
- Sindicato. substituição processual. Direitos individuais heterogêneos. Ilegitimidade ativa 2/177
- Sindicato. Substituição processual. Direitos individuais homogêneos. Legitimidade ativa 3/304
- Sindicato. Substituição processual. Interesses individuais heterogêneos de cada trabalhador. Ilegitimidade..... 3/304

SOBREAVISO

- Horas de sobreaviso. Eletricitário. Base de cálculo..... 5/536
- Horas de sobreaviso. Requisitos 6/637
- Horas em sobreaviso. Inteligência da Súmula n. 428 do C. TST 6/606
- Sobreaviso. Uso de aparelho celular. Não caracterização 6/642
- Sobreaviso. Uso de telefone. Não caracterização..... 2/127
- Sobrejornada. Habitualidade. Reflexos em DSR..... 5/484
- Regime de sobreaviso. Instrumentos telemáticos ou informatizados..... 5/536
- Uso de celular e *notebook*. Sobreaviso. Não caracterizado..... 4/375

SÓCIO

- Sócio retirante. Responsabilidade. Averbação da alteração do contrato social. Limites 6/662
- Sócio retirante. Responsabilidade. Dívidas relativas ao período posterior à sua retirada. Não cabimento 4/390
- Sócio retirante. Responsabilidade. Limitação..... 6/662

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Substituição processual. Legitimidade ativa do sindicato profissional para postular em juízo. Direitos individuais homogêneos 2/178
- Substituição processual. Sindicato. Legitimidade ativa *ad causam*. Direitos individuais homogêneos 5/542
- Substituição processual. Sindicato. Legitimidade. Direitos individuais homogêneos..... 2/178

SUCESSÃO

- Sucessão trabalhista. Não continuidade da prestação de serviço. Não configuração 2/178
- Sucessão trabalhista. Relação familiar. Não caracterização..... 6/662
- Sucessão. Responsabilidade solidária das reclamadas. Manutenção..... 5/542
- Sucumbência da reclamante. Justiça gratuita. Devolução de honorários prévios periciais à reclamada. Impossibilidade. Responsabilidade da União via ação própria 1/44

SÚMULA

- Aplicação da Súmula n. 55 do C. TST..... 3/304
- Súmula n. 51, do C. TST e art. 468, da CLT. Integração das regras que estabeleceram as gratificações ao contrato de trabalho da laboreira..... 1/69

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA

- Supressão de instância 1/69

TERCEIRIZAÇÃO

- Terceirização da atividade fim com único objetivo de redução de custos. Transformação do trabalho e do próprio trabalhador em mercadoria. Vedação pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho OIT (Declaração de Filadélfia) e seu Anexo e pelos arts. 1º, IV, 3º, 6º e 7º e 170 da Constituição da República Federativa do Brasil..... 6/662
- Terceirização ilícita. Atividade fim. Vínculo empregatício reconhecido. Banco Bradesco..... 2/178
- Terceirização ilícita. Eletricista. Atividade fim. Empresa concessionária de energia elétrica. Vínculo de emprego com a tomadora de serviços. Solidariedade passiva. Fraude na contratação de empregado por empresa interposta 6/663
- Terceirização ilícita. Execução de atividade fim da tomadora. Vínculo de emprego reconhecido 2/178
- Terceirização ilícita. Exercício da função de eletricista. Atividade fim. Empresa concessionária de energia elétrica. Vínculo de emprego com a tomadora de serviços..... 6/663
- Terceirização ilícita. Exercício de tarefas tipicamente bancárias. Credenciamento de clientes para transação comercial de máquinas de cartão de crédito e abertura de contas correntes para movimentação comercial de recebimento de transação de cartões de crédito. Enquadramento como bancário com aplicação dos instrumentos normativos da categoria 3/304

- Terceirização ilícita. Isonomia salarial entre empregados prestadores de serviços e os da empresa tomadora.....	6/663
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviços. Configuração	5/542
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento	6/658
- Terceirização. Aplicação do piso salarial e benefícios previstos nas normas coletivas da categoria da tomadora dos serviços. Possibilidade.....	1/69
- Terceirização. Atividade fim da empresa tomadora. Ilegalidade.....	5/542
- Terceirização. Atividade fim da empresa tomadora. Ilegalidade.....	6/663
- Terceirização. Atividade meio. Ausência de subordinação jurídica. Vínculo empregatício indevido.....	2/178
- Terceirização. Efetiva fiscalização do ente público. Responsabilidade subsidiária. Ausência	5/542
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade	6/663
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária	2/179
- Terceirização. Ilícitude. Atividade fim. Enquadramento sindical	4/390
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do CC, arts. 67 e 71, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI, do C. TST e ADC 16 do STF	5/542, 5/543
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público tomadora de serviços. Responsabilidade	5/543
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público tomadora de serviços. Responsabilidade	6/664
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas	3/305
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária.....	5/544
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST	5/519
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST	6/630
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Contrato regular. Irrelevância da licitude da prestação. Súmula n. 331/TST.....	2/179
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Contrato regular. Irrelevância da licitude da prestação. Súmula n. 331/TST.....	5/544
- Terceirização. Serviços de vigilância. Responsabilidade subsidiária	4/372

TESTEMUNHA

- Testemunha que move ação contra o mesmo reclamado. Pedidos idênticos ou similares. Suspeição não caracterizada	6/651
- Testemunha. Acolhimento de contradita. Oitiva como informante. Utilização do depoimento como prova. Impossibilidade	3/305
- Testemunha. Suspeição. Ação movida contra o mesmo empregador. Inocorrência	2/179

TRABALHADOR RURAL

- Trabalhador rural. Cultura canavieira. Remuneração por produção. Tempo destinado ao preparo de ferramentas e à troca de eitos ou talhões. Tempo à disposição do empregador	1/69
- Trabalhador rural. Pausas para descanso previstas pela NR 31, do MTE. Aplicação analógica do art. 72, da CLT.....	1/69

TRABALHO

- Trabalho doméstico. Simultaneidade com atividades voltadas ao lucro do empregador. Prevalência do regime jurídico mais benéfico ao trabalhador..... 2/180
- Trabalho em área de risco. Habitualidade. Período de exposição considerável. Adicional de periculosidade devido 1/41
- Trabalho externo. Jornada controlada. Horas extras devidas 2/127
- Trabalho penoso. Pausas NR-31. Inexistência. Horas extras 3/294
- Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade..... 6/664
- Trabalho temporário. Acréscimo extraordinário de serviços. Mera menção no contrato..... 2/180

TRANSAÇÃO

- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência..... 2/180
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Não aplicação do Precedente Jurisprudencial n. 270 do C. TST..... 2/180
- Transação. Adesão a PDV. Ocorrência. Regras do plano de saúde para inativos. Validade. Direito à manutenção do plano. Inexistente. Extinção do processo com resolução de mérito. Art. 269, inciso VII, do CPC..... 2/181
- Transporte de numerário. Atividade de risco. Indenização..... 2/124

TURNO DE REVEZAMENTO

- Turno ininterrupto de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Reciprocidade. Condição validade..... 1/59
- Turno ininterrupto de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Reciprocidade. Condição de validade..... 5/544
- Turno ininterrupto de revezamento. Jornada de 12x36. Regime especial. Domingos e feriados trabalhados. Pagamento em dobro. Impossibilidade. Gozo de três folgas semanais. Compensação das folgas e feriados laborados no módulo semanal de jornada. Vigilante 2/181
- Turnos de revezamento. Não caracterização 6/664
- Turnos ininterruptos de revezamento, possibilidade de ajuste coletivo para a flexibilização 4/391
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização..... 2/118
- Turnos ininterruptos de revezamento. Caracterização. Alternância trimestral 6/665
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada por norma coletiva. Invalidez 6/616
- Turnos ininterruptos de revezamento. Ferroviários 6/665
- Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada superior a seis horas mediante negociação coletiva. Extrapolação habitual..... 4/390

TUTELA

- Tutela antecipada. Fazenda Pública. Possibilidade 5/544

UNICIDADE DO CONTRATO

- Unicidade contratual. Grupo econômico. Responsabilidade solidária. Ausência de provas. Não configuração..... 4/391

- Unicidade contratual: declaração judicial em decorrência de 2 (dois) contratos celebrados em curto espaço de tempo. Necessidade de comprovação, pelo empregado, da ocorrência de fraude..... 4/391

UNIFORME

- Troca de uniforme. Exigência patronal 5/545

VALE-TRANSPORTE

- Vale-transporte. Comprovação da opção do empregado por não perceber o benefício ou do não preenchimento dos requisitos para o recebimento. Ônus da prova do empregador 2/159
- Vale-transporte. Direito. Ônus probatório 2/127
- Vale-transporte. Ônus da prova 5/545
- Vale-transporte. Opção 4/374
- Vale-transporte. Órgão público. Regime da CLT. Ônus da prova. Verba devida 5/528
- Vale-transporte. Requisitos exigidos pelo art. 7º do Decreto n. 95.247/1987. Ônus da prova 1/70
- Vale-transporte. Taxa de embarque. Desconto indevido. Repetição. Cabimento 1/70

VENDEDOR

- Vendedor. Atividade externa. Art. 62, I, da CLT. Controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Adicional de horas extras devidas 3/305
- Vendedor. Jornada de trabalho. Atividade externa e sem controle. Art. 62, I, da CLT. Configuração 5/545

VIGILANTE

- Vigilante. Lei n. 12.740/2012. Adicional de periculosidade. Devido a partir da regulamentação pelo MTE..... 3/306